

Eanes vai ao Maputo ainda este ano

O Presidente Eanes aceitou o convite para visitar oficialmente Moçambique que esta manhã lhe foi formulado, em nome do Presidente Samora Machel, pelo ministro dos Negócios Estrangeiros da RPM, Joaquim Chissano.

«O sr. Presidente da República visitará Moçambique com muito gosto, logo que os canais diplomáticos estabeleçam as datas mais convenientes» — disse aos jornalistas o ministro Chissano, à saída da audiência de mais de uma hora que lhe foi concedida pelo Presidente Eanes. O «DL» soube, contudo, que a visita do Presidente português ao Maputo se efectuará ainda este ano.

«Foi uma boa conversa» — acrescentou depois Joaquim Chissano que ontem, como noticiamos na página 8, já se havia encontrado com o Primeiro-Ministro, Pinto Balsemão, e recebido Freitas do Amaral, Tito de Morais, Álvaro Cunhal e José Tengarrinha.

«Abordamos com o sr. Presidente vários pontos, dos quais saliento a cooperação entre Portugal e Moçambique e questões relacionadas com a situação internacional, nomeadamente na África Austral. O sr. Presidente da República manifestou as mesmas preocupações que nós quanto à situação internacional e fará todos os esforços ao seu alcance para que a situação na África Austral se transforme no melhor sentido. Reafirmou também a vontade de Portugal cooperar com Moçambique no campo económico e noutros.»

«O general Ramalho

Continua na pág. 24

A ETA anuncia grave atentado para hoje em Espanha

O rei pede aos militares que passem à ofensiva contra bandos armados

● *Excepcionais medidas de segurança em Madrid e Saragoça*



O rei Juan Carlos, que a nossa telefoto UPI/ANOP mostra cumprimentando os chefes de Estado-Maior, apelou ontem aos militares para que passem da sua «paciente atitude defensiva à ofensiva» contra os «bandos armados». O monarca dirigia-se aos chefes militares durante uma reunião inabitual, na qual o primeiro-ministro Calvo Sotelo lhes comunicou a amplitude das novas medidas decretadas pelo Governo para combater o terrorismo. Juan Carlos alertou contudo para o perigo de os militares se deixarem arrastar para a armadilha que lhes está a ser montada pelo terrorismo. As novas medidas governamentais parecem destinar-se, antes de mais, a acalmar a ira de certos sectores militares que continuam a falar abertamente na necessidade de levar por diante uma nova tentativa de golpe. Entretanto, as novas disposições que concedem às Forças Armadas um papel determinante na luta contra a violência política, já entram em vigor e as fronteiras terrestres e marítimas já estão a ser vigiadas por unidades do Exército e da Marinha.

Por outro lado, foi já anunciada para a próxima semana o debate parlamentar sobre uma série de projectos de lei que se destinam a aumentar o arsenal legislativo de luta antiterrorista. Enquanto isto, toda a Espanha está hoje suspensa de uma ameaça divulgada pela ETA militar. Segundo um comunicado dessa organização, terá hoje lugar, algures em Espanha, um «grave atentado». As autoridades policiais receiam que o atentado seja efectuado em Madrid ou Saragoça, pelo que, nessas cidades, foram tomadas excepcionais medidas de segurança.

Pág. 15

Se todos seguirem as indicações já divulgadas

Não há perigo de explosões durante a greve do gás

Segundo a comissão de trabalhadores da Petroquímica, em greve até às 24 horas de amanhã, foram tomadas as medidas necessárias à segurança da empresa e dos utentes. No entanto, e de acordo com a EDP, o público deve abster-se de consumir gás da cidade durante este período (mantendo todas as torneiras fechadas) dado o grave risco que a

não observância deste conselho representa para pessoas e bens. A desconvocação desta greve que, para já, não é previsível, poderia eventualmente verificar-se se, durante a reunião, marcada para esta tarde, as partes em conflito chegassem a um acordo.

Pág. 14

Jorge Sampaio ao «DL»

Vitória no Congresso PS será a derrota do «macartismo»

Alguém lhe chamou, um dia, o «Rocard» do PS, título que Jorge Sampaio não aceita. Na entrevista que hoje publicamos com este dirigente socialista, a crise no PS é tema de reflexão serena. Para Jorge Sampaio, o Congresso será já uma vitória se terminar com o «macartismo» e o «ambiente totalitário» que se vive no PS. Subscritor da «Moção do Secretariado», como é conhecida, Jorge Sampaio defende para já a clarificação da liderança no partido: colegialidade nas decisões é a preocupação constante de Jorge Sampaio.

O que é o PS, o socialismo democrático, são debates para anos. Jorge Sampaio sabe esperar. Tal como «Rocard». (Ler nas págs. 5 e 6).

Também como tínhamos anunciado, o «DL» publica amanhã uma entrevista com o presidente do MDP, José Manuel Tengarrinha. A próxima realização do Congresso do MDP e as divergências de opinião recentemente surgidas no partido são pretexto para as declarações de José Manuel Tengarrinha.



Jorge Sampaio

Concurso «DL»/81

**SEGUNDA-FEIRA
30 DE MARÇO**

**Faltam só 5 dias
para começar a iniciativa
comemorativa
do 60.º aniversário do «DL»**

**Um concurso fácil
e com valiosos prémios
Compre o «Diário de Lisboa»
e concorra
a partir de 2.ª-feira**

**VEJA NAS PÁGS. 3 E 4
A LISTA DOS PRÉMIOS
E O REGULAMENTO**

Congresso do CDS começa amanhã

A Índia está a entrar em Goa

Pegadas portuguesas desaparecem das praias

O primeiro contacto com Goa, logo no aeroporto de Diabolim, foi agradável. Utilizo um adjetivo que noutro contexto rejeitaria. Após a minha vivência da Índia, acho que a palavra **agradável** se ajusta à ideia, parecendo ter recuperado o significado perdido. Confirmei depois a versão de Inga Luce, a americana: «Um canto do paraíso». Um tanto estupefacta deparei com uma população luxuriante invadida por braços de rios, Mandovi e Zuari, navegados pelos portugueses na época Quinhentista. Paisagem claramente tropical, de coqueiros ondulantes e de buganvílias que não se decidem entre o lilás e o vermelho, espreitando no meio

ções rurais e piscatórias.

Quatro séculos e meio são difíceis de apagar. A influência portuguesa está lá: na disposição das ruas, nos costumes, na cozinha, na religião, na arte.

Emoção

Encontrei Panaji, capital do território de Goa, a festejar o Carnaval. Engalanada, divertia-se com um costume que os portugueses lhes ensinaram. Turistas, vindos de Bombaim, enchiam os hotéis. Indianos, de uma burguesia desafogada, com dinheiro disponível, gozavam os prazeres que Goa oferece.

Vinte anos antes, essa burguesia desconhecia o

de patriotismo, em Goa, andei desvairada, à procura de tudo aquilo que restava de Portugal.

Reconheci o ambiente das pequenas tabernas, com prateleiras de madeira, onde as garrafas de licor, surgem ao lado de outras bebidas. Lembrei-me, imediatamente, da Rua do Alecrim. Ri, ao ver na ementa de um restaurante, o nosso tradicional caldo-verde e a trivial caldeirada à fragateira. O antigo Palácio do Idalcão, perto do porto, hoje chamado **Secretariado**, deu-me uma sensação de familiaridade. Ali viveram os vice-reis e governadores portugueses. E a igreja da Imaculada Conceição? Senti-me, assim, de repente, no Minho. Construída em 1514 e, cerca de um século mais tarde reedificada, essa obra do colonialismo português, com a sua fachada barroca, demora-nos o olhar.

É estranho! Descobri, também em Panaji, traços sul-americanos, sobretudo no bairro junto ao porto, onde se cruzam pesados barcos de carga com pequenos vapores. Um deles está destinado ao turismo. Duas horas no estuário do Mandovi, em passeio pelas águas tranquilas, com direito a espectáculo que mete fado e corridinho, valem vinte rupias.

Muita gente, em Goa, traça à europeia. Mas também se vêem **saris** coloridos que no ambiente «especial» de Panaji, surgem quase como uma surpresa. Claro que isto é uma impressão superficial. Estando mais dentro de Goa não há dúvidas de que a Índia predomina. E tenho a certeza que um dia absorverá, por completo, os vestígios portugueses como a areia absorve as pegadas de quem passa...

Saudosismo

Apesar da partida relativamente recente dos portugueses, a língua lusitana é falada, apenas, por uma elite local. Cada vez mais fechada e minoritária. «Houve uma tentativa perversa de acabar com a língua portu-



As praias onde as caravelas portuguesas acostaram...

guesa em Goa... — afirma Renato Sá, um saudosista. Atitude, com muito de exagero e de incompreensão, pelo fenómeno da reconquista, pela Índia, de um território que lhe pertencia.

O colonialismo português nunca fundiu a sua cultura com a da Índia. Impôs o catolicismo renascentista, apenas. Foi um colonialismo tradicional. Uma forma de pirataria razoável, clara quanto aos meios e aos fins. E por isso, limitado e pouco cruel. «Estamos ligados pelo afecto» — diz Renato Sá. É verdade. E muito mais essa amizade permaneceria se tivéssemos saído da Índia da maneira elegante e despreendida como fez a Inglaterra.

Infelizmente, havia Salazar, um provinciano castanho, sem o sentimento da história. Como podiam umas centenas de portugueses, amolecidos pelo álcool e o sol da praia, aguentar o exército de Nehru, determinado e consciente da missão de recuperar aquela parcela de solo indiano abusivamente ocupada por um Portugal, distante e que nada tinha, ali, a fazer. Claro que Vassalo e Silva optou pela rendição. Foi uma atitude inteligente e ponderada.

Por outro lado, compreende o estado de espírito de alguns goeses, já idosos, que conviveram, nas melhores relações, com os portugueses. Sentem, ainda hoje, que a Índia «os invadiu». Esses, de religião católica, não aceitaram a posição de Nehru. Até porque têm muito pouco a ver com a Índia. Eram assimilados pelo colonialismo português. Vivem isolados no seu sonho.

Cabe-me, aqui dizer, que fui excepcionalmente bem

recebida por essa gente. «Os portugueses nunca foram arrogantes como os ingleses» — comentário frequente nessa comunidade. É possível. Houve casamentos entre as duas raças, promovidos por Afonso de Albuquerque. Misturaram-se os sangues. A intenção marcou este gesto, evidentemente. Era consolidar a nossa presença na Índia.

«Os católicos de Goa assimilaram a civilização ocidental» — refere António Menezes, autor de diversos ensaios sobre a cultura portuguesa em Goa. Acrescentou ainda que qualquer estrangeiro nota uma enorme diferença entre Goa e a Índia «inglesa». Embora os hindus fossem maioritários, os católicos, no tempo dos portugueses detinham os privilégios. No entanto, a convivência entre uns e outros era boa, se excluirmos o sentimento de superioridade que os católicos não escondiam. Mas entendiam-se. «A tal ponto que era difícil identificar uns e outros...» Esta versão de António Menezes não me convenceu, mas posso compreendê-la...

Na época da Inquisição, devido à intransigência religiosa, os hindus, com receio de serem convertidos, fugiram de Goa. Só regressaram muito mais tarde. Daí que os portugueses não tenham conseguido uma «catolização» massiva.

Melhor!

António Menezes, embora seja um aportunado, manifestou uma certa lucidez, quanto à situação actual de Goa. Não o disse, mas eu percebi que preferia os portugueses. «Agora estamos sobrecarregados de taxas,

muito pesadas, sobretudo para os comerciantes». E inevitavelmente estabelece comparações: «No tempo dos portugueses bastava, numa família, que o marido trabalhasse. Hoje a mulher também precisa de trabalhar... A nossa vida é difícil porque tudo custa caro e os ordenados são baixos.»

Todavia, este homem, ex-director do «Diário da Noite», reconhece que vieram alguns benefícios com a libertação, nomeadamente no campo da instrução e da indústria. «O desenvolvimento quanto ao ensino foi notável e temos muitas fábricas que no tempo dos portugueses não existiam.»

Com uma mentalidade ainda mais prática se mostrou Aires Basílio Dias, de trinta e cinco anos, proprietário de umas «cottages» na praia Dona Paula. Criou um belíssimo complexo turístico, frequentado por diplomatas que vêm de Nova Deli, para ali descansar os olhos do miserabilismo pesado da Índia. E sobretudo de uma civilização que não entendem...

«Ao princípio nós, uma certa «elite», classe média, resmungamos contra o facto da União Indiana ter tomado Goa. Há ainda os saudosistas de Salazar e dos velhos tempos... mas para falar verdade eu penso que estamos muito melhor... sem os portugueses.»

Aires Basílio ganhou bastante com a mudança. E os pobres que, na administração colonial portuguesa não tinham a mínima hipótese também. Pelo menos têm emprego, instrução e dignidade.

Lourdes Féria



A moderna Panaji...

do verde terno das bananeiras.

Chamam-lhe a «Pérola do Oriente» os textos de propaganda turística que inundam as delegações do Ministério do Turismo pela Índia fora. Não há exagero de intenção, embora me pareça vulgar a imagem literária. Demasiado comum para aquilo que é Goa...

O que na Índia (a que vi) é árido, seco e fétido, em Goa tem cor, perfume e fertilidade. Um conjunto harmonioso nasceu do casamento da natureza tropical com a arquitectura que os portugueses lá deixaram. Apesar da disparidade, há equilíbrio nessa simbiose. As inúmeras pequenas igrejas brancas integram-se bem nas povoa-

Carnaval e não tinha acesso às bebidas que em Goa sempre abundaram. Na Índia, a não ser nos hotéis e restaurantes de classe internacional, praticamente não se bebe álcool. Austeridade imposta pela religião e também pelas dificuldades económicas. O mesmo não sucedia em Goa, onde ainda hoje se fabrica vinho. Mau, é certo. Mas vinho. E ainda o feni, uma espécie de aguardente, destilada a partir do caju.

Contemplar em Panaji, os muitos vestígios portugueses desencadeou em mim reacções inesperadas. O sentimentalismo lamecha dos lusitanos? Talvez. Aconteceu qualquer coisa. Eu, que nunca acreditei nos conceitos

HOSPITAIS CIVIS DE LISBOA

Admissão de Preparadores de Laboratório de Análises Clínicas de 2ª. classe

Para conhecimento dos interessados se publica que se encontram abertas até ao dia 30 do corrente mês, inscrições para a categoria acima referida, para admissão imediata, em regime eventual, para serviço de escala.

Poderão candidatar-se os indivíduos possuidores do respectivo curso profissional obtido ao abrigo da Portaria nº. 18 523, situação da qual deverão fazer prova através da apresentação do respectivo documento.

Os candidatos deverão dirigir-se ao Serviço de Pessoal dos Hospitais Civis de Lisboa, sito no Campo dos Mártires da Pátria, 91-2º. Esqº., de 2ª. a 6ª. feira das 9 às 12 horas ou das 14 às 16 horas, onde lhes serão prestados todos os esclarecimentos.

CENSOS 81

16 de março

O PREENCHIMENTO DOS QUESTIONÁRIOS



É OBRIGATÓRIO

NO SEU INTERESSE COLABORE!

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA

PUB.



SINDICATO TRAB. IND.
CALÇADO, ART. PELE, MALAS,
CORREARIA E SIMILARES
DO CENTRO, SUL E ILHAS

CONVOCATÓRIA

Ao abrigo dos Estatutos, convoca-se a Assembleia Geral Ordinária, para o próximo dia 30 de Março, pelas 21 horas, na sede do Sindicato, Rua Nova da Trindade, 8-1.º Dt.º, com a seguinte

ORDEM DE TRABALHOS

1. — Discussão e aprovação do Relatório e Contas do ano de 1980 e do Orçamento Ordinário para o ano de 1981;
2. — Diversos.

O Secretário da Mesa da Assembleia Geral
a) Joaquim Francisco Poupinha

CENTRO CULTURAL E DESPORTIVO DAS PAIVAS

CONVOCATÓRIA

Assembleia Geral Ordinária

De acordo com o Art.º 7.º, alínea 5.1 do Regulamento Interno, convoco todos os sócios do Centro Cultural e Desportivo das Paivas, para a Assembleia Geral a realizar no próximo dia 27 de Março de 1981 pelas 20.30 horas, nas instalações do Centro Cultural em Paivas, com a seguinte

ORDEM DE TRABALHOS:

- 1.º Ponto Prévio
- 2.º — Apreciação e votação do Relatório e Contas da Direcção e Parecer do Conselho Fiscal

Paivas, 18 de Março de 1981.

Pel'O PRESIDENTE DA MESA DA ASSEMBLEIA GERAL
(assinatura ilegível)

NOTA: Se na hora indicada não estiverem presentes 50% dos associados a Assembleia Geral reunirá uma hora depois com os sócios presentes.

Concurso "DL"/81

1.º PRÉMIO



CITROËN GSA SPECIAL

1.º PRÉMIO - CITROËN GSA SPECIAL: 4 cilindros, 1130 cc, 56,5 cavalos DIN a 5750 rpm, arrefecimento por ar; 4 velocidades para a frente e 1 para trás; travões à frente por discos ventilados à saída da caixa de velocidades, e atrás por discos nas rodas, com assistência hidráulica de alta pressão, circuitos de travagem independentes à frente e atrás, e limitador de velocidade que adapta automaticamente a travagem em função da carga; suspensão hidropneumática. 4 rodas independentes, barras estabilizadoras, correctores de altura e dispositivo antibalanço; 5 lugares, 955 kg de peso, 400 kg de carga útil, consumo de 6,3 litros a 90 km/h de velocidade estabilizada, 150 km/h velocidade máxima, 16,2 segundos dos 0 aos 100 km/h.

É FÁCIL CONCORRER

BASTA:

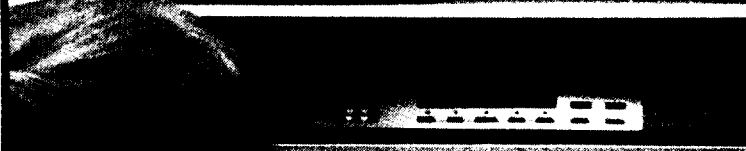
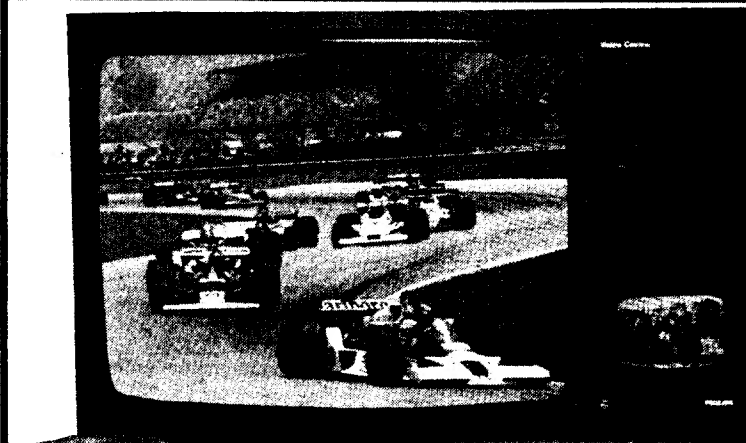
1. Recortar e coleccionar os 30 cupões que serão publicados na 2.ª página do «Diário de Lisboa» a partir de **30 DE MARÇO**.

2. Recortar e preencher, com letra bem legível, o boletim de identificação que será publicado várias vezes durante o período do concurso.

3. Enviar a colecção de cupões e o talão de identificação pelo correio, em data a anunciar, juntamente com um selo de 8\$50 para a devolução (se o leitor assim o desejar) do talão-recibo numerado.

4. Pode concorrer com quantas colecções desejar, mas deverá enviar **APENAS UMA EM CADA ENVELOPE**, para

«DIÁRIO DE LISBOA» - CONCURSO
Rua Luz Soriano, 44
1200 LISBOA



PHILIPS
VIDEO
CENTRE



• Golpe dos Fiftis?
• Como faço o 1.º Álbum?

(Leia na página seguinte)

**A PARTIR DE
SEGUNDA-FEIRA
30 DE MARÇO
NO
Diário de Lisboa**

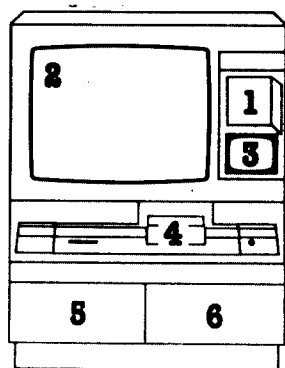
3.º PRÉMIO

3.º PRÉMIO - UM VIDEO CENTRO PHILIPS (26C2601): Tele-receptor incorporado, a cores, de 66 cm, equipado com um cinescópio de feixes com características HI-FI. O gravador de imagens incorporado é o modelo de cassettes VR 2020. Completamente comandado por microprocessador, dispõe de poucas peças mecânicas e está provido do sistema «Dynamic Tract Following», que faz as cabeças seguirem automaticamente com exactidão as pistas gravadas. Isto permite uma imagem estável sem paralelo, gravando em duas pistas completas de audiovideo, numa fita standard de meia polegada.

É assim o VR 2020 o único gravador de imagem utilizando «Cassette Compacta de Video», que pode ser virada para o outro lado como a familiar cassette compacta de audio. Quando acaba de gravar de um lado, basta virar e gravar do outro, podendo cada lado durar 4 horas de gravação.

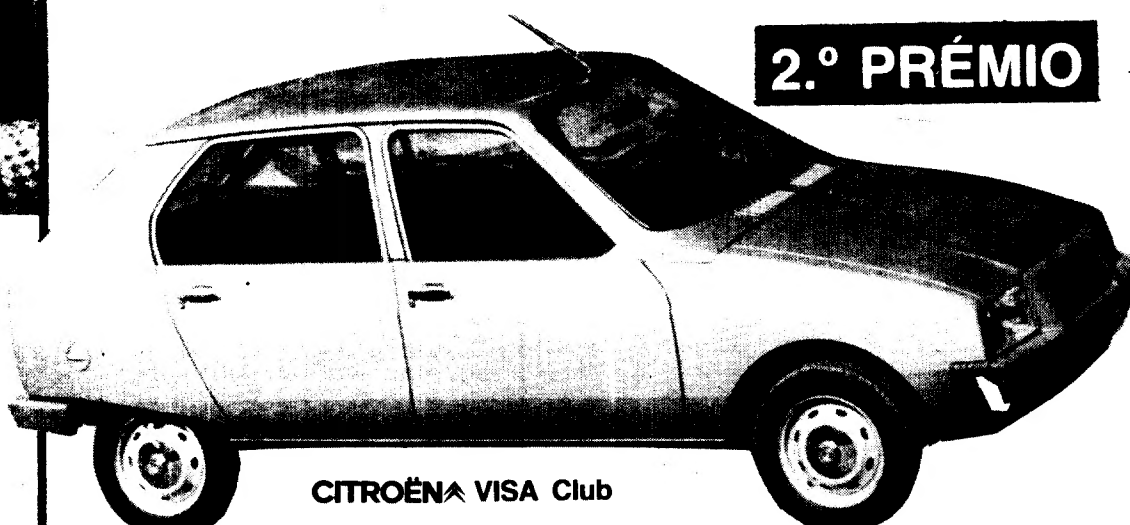
O VR 2020 dispõe de um novo programador de gravações automáticas, podendo gravar automaticamente em qualquer sequência 5 estações diferentes em 5 dias diferentes num período de 16 dias. Após efectuadas as gravações programadas, rebobina automaticamente. O gravador tem ainda o sistema Go-To, que permite através de um botão seleccionar automaticamente um ponto pré-sinalizado da cassette de video. O écran de 15 cm do monitor permite ter à vista o programa de um canal enquanto está a ver o programa no outro, o que é particularmente útil se estiver a gravar um canal e quiser confirmar com o monitor como está a decorrer a gravação.

Todas as funções do tele-receptor a cores, do gravador de imagem a cassettes e do écran monitor a preto e branco podem ser comandadas à distância por um simples telecomando de mão a infravermelhos.



(1) Painel de Comandos; (2) Écran de cores de 66 cm; (3) Monitor-écran de 15 cm; (4) VR2020 Gravador de imagens a cassettes; (5) Altifalante de HI-FI; (6) Armário para Cassettes e Acessórios.

2.º PRÉMIO



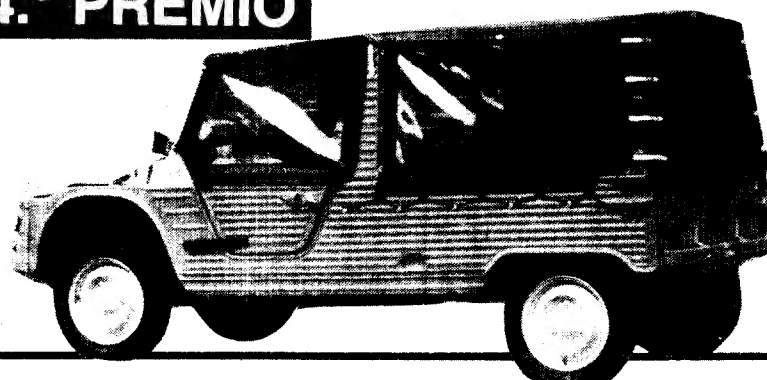
CITROËN VISA Club

2.º PRÉMIO - CITROËN VISA CLUB: 2 cilindros, 652 cc, 36 cavalos DIN a 5500 rpm, arrefecimento por ar, ignição electrónica integral tracção dianteira, 4 velocidades sincronizadas e marcha atrás, suspensão tipo Mac Pherson à frente e atrás de braços independentes com molas e amortecedores incorporados, travões de disco à frente e tambor atrás, 4 portas, 5 lugares, 735 kg de peso, 330 kg de carga útil, consumo de 5,7 litros a 90 km/h de velocidade estabilizada, 124 km/h de velocidade máxima e comando de instrumentos com «satélite».

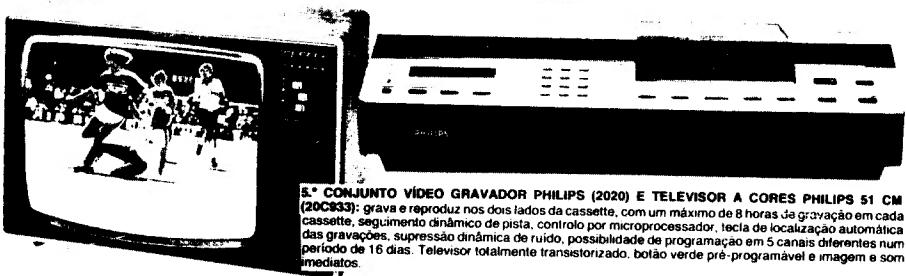
4.º PRÉMIO

CITROËN MEHARI

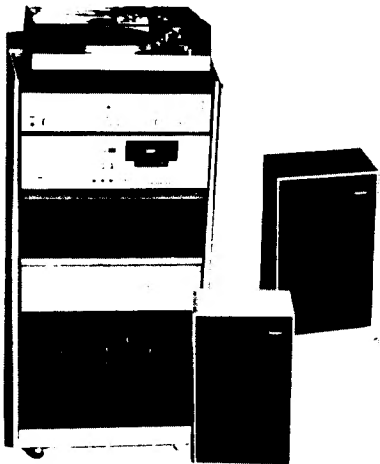
4.º PRÉMIO - CITROËN MEHARI: 602 cc, arrefecimento por ar, 29 cavalos a 5750 rpm, pneus 135-15, sistema eléctrico 12 volts, versão 2 assentos + 2, pára-brisas de baixa, capota de algodão preto, armadura tubular com os montantes laterais revestidos, assento traseiro amovível e escamoteável: anti-roubo.



Concurso "DL"/81



5.º CONJUNTO VIDEO GRAVADOR PHILIPS (2020) E TELEVISOR A CORES PHILIPS 51 CM (20C933): grava e reproduz nos dois lados da cassete, com um máximo de 8 horas de gravação em cada cassete, seguimento dinâmico de pista, controlo por microprocessador, tecla de localização automática das gravações, supressão dinâmica de ruído, possibilidade de programação em 5 canais diferentes num período de 16 dias. Televisor totalmente transistorizado, botão verde pré-programável e imagem e som imediatos.



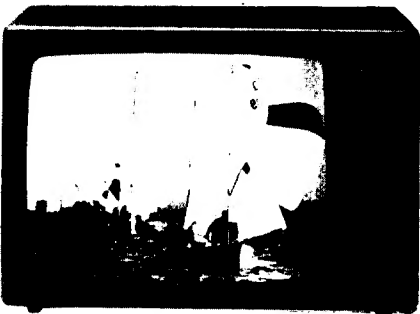
6.º UM CONJUNTO HI-FI PHILIPS (AH902): integrados num belo móvel, um giradiscos electrónico semiautomático, arranque e paragem electrónicos, elevador de braço, regulador fino de velocidades, compensação da força lateral da agulha, um sintonizador/amplificador estereofónico com OL, OM e FM, teclas de pré-selecção FM, potência de saída de 2x20 Watt, um deck estereofónico para gravação e reprodução de cassetes, e duas colunas acústicas de baixa distorção.



8.º TELEVISOR A CORES PHILIPS, 51 CM, COM TELECOMANDO (20C934): totalmente transistorizado, imagem e som imediatos, «botão verde» pré-programável, com comando à distância.



9.º CENTRO ESTEREOFÓNICO PHILIPS (AH902): sintonizador com OL, OM e FM, equipado para recepção de FM estereo, giradiscos de 2 velocidades, automanipulador de elevação do braço, regulação contínua da força vertical da agulha, gravador de cassetes estereofónico, filtro de gravação rádio, conta-voltas, possibilidade de mistura com microfone, e duas colunas acústicas de larga gama de frequências.



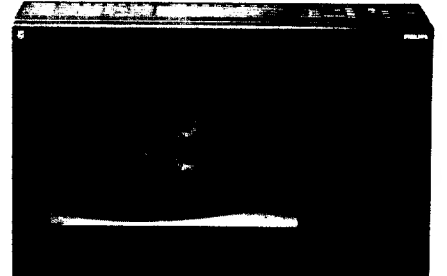
7.º TELEVISOR A CORES PHILIPS, 66 CM, COM TELECOMANDO (26C1203): totalmente transistorizado, imagem e som imediatos, estabilização de cor «Philips Vigilant IC», «Botão verde» pré-programável, com comando à distância.



14.º TELEVISOR COM JOGOS PHILIPS (12B915): imagem e som imediatos, ecrã de 31 cm, antena telescópica orientável, com comando de 10 jogos (ténis, hóquei, futebol, squash, treino, maltriquinhos, basquete I, basquete II, tiro I e II).



10.º MICROCOMPUTADOR PHILIPS (G7000) COM 5 JOGOS: teclado alfanumérico, possibilidade de introdução actual de 26 videopacs diferentes, incluindo jogos educativos e início ao computador, alimentador de 9 volts a ligar à corrente, a funcionar ligado à tomada de antena de um televisor.



11.º FORNO DE MICROONDAS PHILIPS (7910): 2 potências de saída, intermitente (descongelamento a cozimento lento) e contínua luz indicadora e sinal sonoro, iluminação automática, porta transparente, marca-dor de tempos, cozinha e descongela numa fracção do tempo normal.

REGULAMENTO DO CONCURSO

1.º O concurso destina-se aos leitores e aos vendedores e agentes do «Diário de Lisboa». Para concorrer, o leitor deverá enviar pelo correio uma ou mais coleções compostas por 30 cupões (que serão publicados no «Diário de Lisboa» a partir de 30 de Março de 1981) e um boletim de identificação, no qual o leitor deverá indicar o seu nome, morada e telefone (se tiver), bem como o nome, morada e telefone do vendedor ou agente (apenas um) onde adquiriu os jornais relativos ao concurso. Junto ao boletim de identificação será publicado um talão-recebo que deverá igualmente ser preenchido pelo concorrente com o seu nome e morada.

2.º Haverá duas séries de cupões, ambas numeradas de 1 a 30, podendo o leitor concorrer com coleções formadas por cupões de ambas as séries, desde que a coleção apresente cupões de 1 a 30. Cada concorrente poderá enviar quantas coleções desejar, mas sempre e apenas um conjunto em cada envelope. Serão excluídos os concorrentes que não enviem as coleções completas, com os cupões de 1 a 30 e o boletim de identificação e o talão-recebo devidamente preenchidos. No caso de algum leitor enviar mais de uma coleção no mesmo envelope, elas serão numeradas com numeração seguida, ficando o envelope agradado à coleção com o número mais baixo.

3.º Não serão válidos os cupões que contiverem o carimbo de «oferta», «serviço», ou outro semelhante, carimbo utilizado para identificar os exemplares gratuitos, sendo eliminada qualquer coleção encontrada, durante as operações de apuramento, contendo um ou mais desses cupões. Os envelopes ficarão agradados às coleções e deverão conter a marca comprovativa do seu envio através do CTT.

4.º O «Diário de Lisboa», à medida que for recebendo as coleções e cupões e boletim de identificação, numerará, para efeitos de sorteio, esse boletim, com numeração seguida a partir de 1.001, segundo a sua ordem de entrada na empresa. O duplicado do boletim, igualmente numerado, será devolvido ao concorrente por correio normal, em envelope aberto, se o concorrente assim o desejar e para o efeito juntar o selo correspondente. Este boletim ou talão-recebo serve unicamente para informação do concorrente, considerando-se apenas, para efeitos de sorteio e atribuição de prémios, aquele que, juntamente com a coleção de cupões, fica depositado no «Diário de Lisboa».

5.º As coleções serão agradadas e armadas por ordem de numeração, de forma a permitir a verificação das coleções.

6.º As operações de apuramento dos concorrentes far-se-ão nas dependências do «Diário de Lisboa» na Rua Luz Soriano, n.º 15 e 17, em Lisboa, pelas 18 e 30 do dia 7 de Setembro de 1981.

7.º O sorteio realizar-se-á no dia 15 de Setembro de 1981, nas dependências atrás referidas, através de esteras numeradas de zero a nove, contidas em recipiente a esse fim destinado, dele se extraíndo tantas esteras quantas as necessárias para formação dos números que indicarão os talões premiados. Assim, em cada extração, a primeira estera a sair representará o algarismo das unidades, o segundo o das dezenas, o terceiro o das centenas, e assim sucessivamente. A extração dos números premiados será feita por um representante do Governo Civil de Lisboa, na presença de um representante do «Diário de Lisboa».

8.º No caso de ao mesmo concorrente ou ao mesmo número ser atribuído mais que um prémio, só será mantida a extração correspondente ao prémio de maior valor, sendo as restantes extrações anuladas e repetidas tantas vezes até recaírem em concorrentes ou números ainda não premiados. Serão igualmente anuladas as extrações de números inferiores a 1001.

9.º Os prémios para os leitores e os prémios para os vendedores e agentes do «Diário de Lisboa» constam da lista publicada neste jornal e deverão ser reclamados no prazo de 90 dias a contar da data do sorteio, na sede do «Diário de Lisboa», Rua Luz Soriano 44, em Lisboa, das 10 às 12, e das 15 às 17 horas, com excepção de sábados, domingos e feriados.

10.º A publicidade do concurso será feita no jornal «Diário de Lisboa».

11.º O «Diário de Lisboa» obriga-se a anunciar nas suas páginas o nome e morada dos premiados, bem como o último dia do prazo em que os prémios podem ser levantados, logo após a sua determinação.

12.º O «Diário de Lisboa» obriga-se a apresentar no Governo Civil de Lisboa, no prazo de oito dias a contar do termo final daquele a que alude a condição 9.º, declaração dos premiados com a assinatura reconhecida notarialmente, comprovativa do recebimento dos prémios.

13.º No caso de os prémios não serem reclamados no prazo devido, ou de não ser feita prova, nos termos e prazo referidos na condição anterior, propõe-se que os prémios, em espécie, ou conforme for optado pelo Governo Civil de Lisboa, o seu valor em dinheiro, revertam para o estabelecimento de assistência a designar pelo Exm.º Governador Civil de Lisboa no prazo de trinta dias a contar da respectiva notificação. Haverá também idêntica reversão se, iniciadas, com a participação do público, as operações do concurso, não se realizarem, por qualquer circunstância — incluindo a falta de cumprimento por parte da entidade organizadora do concurso de alguma das cláusulas estabelecidas para o mesmo — o respectivo sorteio ou não for possível atribuir os correspondentes prémios.

14.º São da responsabilidade dos concorrentes todas as despesas relacionadas com a entrega dos prémios, nomeadamente registos de transferência de propriedade e outras despesas, tal como o selo do recibo, o reconhecimento das assinaturas, as despesas de embalagem, seguro e transporte nos casos em que a entrega não for feita na sede do jornal, etc. Será dada publicidade desta cláusula através dos meios referidos na cláusula 10.º.

15.º Simultaneamente serão atribuídos dez prémios (de acordo com a lista de prémios também publicada no «Diário de Lisboa») para os vendedores de jornais e estabelecimentos que venderem os jornais que incluam os cupões que proporcionaram prémios no concurso principal. Assim:

a) No boletim de identificação do concurso principal, os concorrentes deverão indicar, se quiserem, o nome, morada e telefone (se o tiverem) do vendedor ou estabelecimento (um apenas) onde adquiriu os jornais relativos ao concurso;

b) À medida que forem extraídos os prémios do concurso principal — dos leitores — será elaborada uma lista, pela ordem de extração, dos vendedores ou estabelecimentos que vierem indicados nos talões correspondentes aos números premiados, até perfazer um total de 10 nomes de vendedores ou estabelecimentos. O primeiro prémio do concurso dos vendedores será atribuído ao vendedor ou estabelecimento que vier indicado no talão que no concurso principal obtiver o primeiro maior valor, o segundo prémio ao vendedor ou estabelecimento que vier indicado no talão do primeiro maior próximo do primeiro e assim sucessivamente. Isto é, a atribuição de prémios aos vendedores seguirá a ordem de atribuição de prémios aos leitores, sendo por exemplo contemplado com o 1.º prémio de «Vendedores» o vendedor que, identificado no talão com nome e morada, aparecer em primeiro lugar nos talões dispostos por ordem decrescente dos valores dos prémios vendidos para os leitores;

c) Serão aplicáveis a este concurso paralelo — de vendedores — e à sua entrega de prémios, etc., todas as regras e normas que regem o concurso principal e que lhe forem aplicáveis.

16.º O «Diário de Lisboa» compromete-se a confirmar por escrito ao Governo Civil de Lisboa, com a antecedência de cinco dias úteis, em relação às operações respectivas, as datas destas e, bem assim, a identificação do seu representante nas mesmas operações.

17.º Através dos meios publicitários indicados na condição 10.º serão dados a conhecer ao público não só o local, dia e hora da realização das operações de determinação dos contemplados, como também as datas até às quais as coleções deverão dar entrada na sede do jornal para serem admitidas a sorteio, ou seja, até ao dia 20 de Agosto de 1981 (data do carimbo do correio).

PRÉMIOS PARA OS LEITORES

1.º Um automóvel CITROEN GSA Special 1130	474.000\$00
2.º Um automóvel CITROEN VISA CLUB	357.360\$00
3.º Um VIDEO CENTRO PHILIPS (26C2601)	321.100\$00
4.º Um automóvel CITROEN MEHARI	293.321\$00
5.º Um conjunto VIDEO GRAVADOR PHILIPS (2020) e TELEVISOR A CORES PHILIPS 51 cm (20C933)	190.317\$00
6.º Um conjunto HI-FI PHILIPS (AH602)	95.516\$00
7.º Um TELEVISOR A CORES PHILIPS, 66 cm, com telecommando (26C1203)	70.690\$00
8.º Um TELEVISOR A CORES PHILIPS, 51 cm, com telecommando (20C934)	56.612\$00
9.º Um CENTRO ESTEREOFÓNICO PHILIPS (AH902)	44.826\$00
10.º Um MICROCOMPUTADOR PHILIPS G7000 com 5 jogos	39.000\$00
11.º Um FORNO DE MICRO-ONDAS PHILIPS (7910)	37.674\$00
12.º Um FRIGORÍFICO PHILIPS de 240 litros (AMB405)	31.863\$00
13.º Uma ARCA CONGELADORA PHILIPS de 220 litros (420)	29.625\$00
14.º Um TELEVISOR COM JOGOS PHILIPS (12B915)	15.412\$00
15.º Uma MÁQUINA DE COZINHAR PHILIPS (HR2670)	14.545\$00
16.º Um ELECTROFONE ESTEREOFÓNICO PORTÁTIL PHILIPS (AF200)	11.996\$00
17.º Um ASPIRADOR PHILIPS (HR6242)	11.914\$00
18.º Um RÁDIO GRAVADOR PHILIPS (AR208)	8.707\$00
19.º Uma PHILISHAVE RECARREGÁVEL (HP1318)	7.735\$00
20.º Uma FRITADEIRA PHILIPS (HD4242)	6.307\$00
21.º e 22.º Uma PHILISHAVE EXCLUSIVE (HP1601)	5.150\$00
23.º a 25.º Um RÁDIO RELÓGIO PHILIPS (AS180)	4.949\$00
26.º a 30.º Uma PHILISHAVE DE LUXE (HP1602)	4.674\$00
31.º a 35.º Um FERRO DE ENGOMAR PHILIPS (HD1207)	4.171\$00
36.º a 40.º Uma BATEDEIRA COM TRITURADOR PHILIPS (HD1194)	4.020\$00
41.º a 50.º Uma MÁQUINA DE CAFÉ PHILIPS (HD5140)	3.810\$00
51.º a 60.º Uma LADYSHAVE PHILIPS (HP2115)	2.566\$00

PRÉMIOS PARA OS VENDEDORES

1.º Um TELEVISOR PHILIPS A CORES, 51 cm (20C933)	49.202\$00
2.º Um FRIGORÍFICO PHILIPS de 190 litros (AMB402)	22.230\$00
3.º Um ELECTROFONE ESTEREOFÓNICO PORTÁTIL PHILIPS (AF200)	11.996\$00
4.º Um RÁDIO GRAVADOR PHILIPS (AR208)	8.707\$00
5.º Uma FRITADEIRA PHILIPS (HD4242)	6.307\$00
6.º Um RÁDIO RELÓGIO PHILIPS (AS180)	4.949\$00
7.º Uma PHILISHAVE DE LUXE (HP1602)	4.674\$00
8.º a 10.º Uma MÁQUINA DE CAFÉ PHILIPS (HD5140)	3.810\$00

Do golpe de Braga ao golpe dos Fifis

O semanário humorístico «SEMPRE FIXE», que fora fundado com o propósito amável e irreverente de levar aos leitores um comentário irónico, mas sorridente, sarcástico, mas bem-humorado, da vida portuguesa, teve que enfrentar, logo no seu quarto número, uma nova realidade política. No baralho político da vida portuguesa: o triunfo passava a ser **espadas**.

Há uma clara e profunda incompatibilidade entre a existência de uma **Censura**, atenta e vigilante à imprensa, instalada ao lado do Governo ditatorial como um verdadeiro «poder-de-Estado», e o exercício livre da crítica, a livre criação humorística.

Comentar e sorrir, comentar a sorrir, criticar com humor, começou a apresentar dificuldades. A **Censura** vigiava e severamente reprimia. Cortava desenhos e ilustrações. Retalhava textos.

Para o «SEMPRE FIXE» surgiu uma nova dimensão do combate humorístico: tratar com humor a **Censura**, não a ignorar, não a poupar. A **Censura**, com os seus símbolos, a «tesoura», o «lápiz azul», passariam a ser objecto de crítica.

A **Censura** era brutal e poderosa. Mas o humor de Valença, o traço de Amarelhe, não a pouparam. Enquanto foi possível. Porque, com o andar dos anos, a **Censura** tornou-se um suplicio para os jornalistas, um impedimento para a imaginação dos desenhadores, uma mordada para os críticos. O comentário sorridente converter-se-ia num comentário amargo e tristonho. O humor foi posto fora de lei.

Nas páginas do «SEMPRE FIXE» — e o «CONCURSO DL» deste ano evocará os artistas que ilustraram o semanário — manteve-se o comentário crítico e sorridente enquanto a **Censura** o consentiu. Deu-se réplica — com um sorriso que traía já amargura — aos primeiros passos do regime de Ditadura Militar.

Estas páginas do «SEMPRE FIXE» que vão constituir um primeiro álbum de evocação do semanário criado por Pedro Bordallo, são dedicadas ao humor político e recordam dois acontecimentos: o «golpe de Braga», que assinalou a destituição do Presidente da República e o termo da vida constitucional da I República, e o «golpe dos Fi-Fis», que foi uma tentativa quase burlesca da parte da componente monárquico-integralista para influenciar o curso dos acontecimentos.

Entre esses dois marcos políticos o humor possível quando já a **Censura** estava vigilante mas ainda consentia ser figurada com os instrumentos de trabalho — o «lápiz azul», a «tesoura», a «guilhotina» — nas páginas do semanário onde brilhavam artistas como Francisco Valença, Amarelhe, Stuart Carvalhais, Almada Negreiros, Botelho,

Roberto Nobre, Jorge Barradas, Alfredo Cândido, Carlos Ribeiro, Cunha Mates, Bernardo Marques.

As 60 páginas do «SEMPRE FIXE», e as 60 páginas de textos ou de desenhos humorísticos ou de crítica social que juntamente publicaremos, constituirão, para os coleccionadores, um primeiro álbum do «Sempre Fixe» e um álbum de humor político que oferece um panorama crítico, um contra-ponto de humor e de sátira, da vida política portuguesa desde os acontecimentos de Maio de 1926 à tentativa burlesca de Setembro — do «golpe de Braga» ao «golpe dos Fi-Fis» à frente do qual estiveram um Filomeno da Câmara e um Fidelino de Figueiredo.

A recordação do «Sempre Fixe» — um álbum de humor político — será, também, um documento interessante pelo seu conteúdo político, social e cultural.

São páginas da nossa História Contemporânea, são maneiras de ver uma época perturbada que marcou Portugal e se reflectiu na formação de sucessivas gerações. Muitos leitores não terão vivido os acontecimentos. Estas páginas do «Sempre Fixe» vão, com certeza, levá-los a interrogar-se e a sorrir.

O ÁLBUM

Durante os 60 dias do Concurso (2 séries de 30) o «Diário de Lisboa» publicará 2 páginas diárias com primeiras páginas e excertos do «Sempre Fixe» desde Maio de 1926 (data do 1.º número) até ao «Golpe dos Fifis», abrangendo assim o período de vida portuguesa a que chamamos «Do golpe de Braga ao golpe dos Fifis».

O leitor recortará as páginas que publicaremos, e que têm um desenho especial para o efeito, junta-as por ordem, acrescenta a capa a cores, e encaderna este verdadeiro Álbum, ou, se não quiser ir tão longe, através de um cordão de seda ou grampos metálicos, poderá manter as 120 páginas do seu «1.º Álbum» bem firmes.

A CAPA — No sábado, dia 4 de Abril, o «Diário de Lisboa» publicará um suplemento em papel especial (mais branco e mais pesado) cuja capa, impressa a 4 cores, será a capa do «Álbum».

4 de Abril
dia da capa
do Álbum



Jorge Sampaio sobre o congresso do PS

Consenso, sim, mas com princípios

«Seria uma grande vitória terminar com o ambiente de «macartismo», com o ambiente totalitário que se tem vindo a desenvolver neste partido», afirmou ao «DL» o dr. Jorge Sampaio, membro do Secretariado Nacional do Partido Socialista e subscritor da moção que se opõe a Mário Soares, numa longa entrevista que quebrou o silêncio que aquele líder político político tem mantido.

Jorge Sampaio, falou a Fernanda Mestrinho e José Vilça do «DL» da crise do PS, das

Diário de Lisboa. — Começamos com uma pergunta que não pode deixar de se fazer. O dr. Jorge Sampaio é o Rocard do Partido Socialista?

Jorge Sampaio — Essa pergunta já me foi feita várias vezes e eu sempre respondi que em Portugal somos portugueses, os franceses estão em França e eu não tenho nada a ver com designações desse tipo. Interessa-me apenas aquilo que é a «démarche» colectiva dentro do Partido Socialista e que em breve, passadas algumas provas difíceis daqui até ao Congresso, nos obrigará a aprofundar o debate ideológico, criadas que estejam as condições para que o debate democrático se faça no partido, da base ao topo. Aí, quando tratarmos da actualização do Programa e da Declaração de Princípios, teremos a ocasião para cada um assumir as suas especificidades próprias, em termos ideológicos e programáticos. Mas, para já, não é esse o debate essencial. Este trava-se, neste momento, em torno das moções e da reforma estatutária e circunscreve-se, de uma forma geral, à necessidade de uma democratização profunda do PS e à afirmação da transparência do seu funcionamento e da colegialidade do seu processo de tomadas de decisão. Foram estes aspectos que estiveram em crise em 1980 e que justificam os embates que se têm verificado ultimamente.

D.L. — Embates?

J.S. — Embates que eu preferiria claramente, principalmente agora que estou de fora por doença, se tivessem processado no interior do partido, porque o escancarar de algumas destas intrigas e destes processos «macartistas» de que alguns dos elementos do Secretariado têm sido alvo é, objectivamente, um serviço que se presta à direita e, porque não dizê-lo, ao Partido Comunista. Disso deveríamos estar imunes. Temos de acreditar que todos somos socialistas, e não podemos autorizar que nos movam processos de intenção. Aliás, tem-se procedido assim sem que haja o mínimo fundamento, o mais pequeno elemento objectivo ou subjectivo para as acusações feitas. Esse «macartismo», ou esse funcionamento totalitário, digamos assim, em que o inimigo externo está sempre perfilado no horizonte para, através dos «cavalos de Tróia», subverter a autonomia e a identidade do PS, isso, parecendo que não, é hoje uma das questões centrais. Que eu designaria, como fazemos na moção que subscrevo com outros camaradas, como a necessidade de democratização interna do partido. E é isso, que pelos vistos, não é bem entendido.

D.L. — Falou há pouco de colegialidade. A proposta que subscreve de alteração dos estatutos para a eleição da Comissão Política por maioria não terá por intenção garantir o controlo completo dos principais órgãos do partido?

J.S. — As experiências mais recentes demonstraram que há um órgão máximo do partido entre Congressos, que é a Comissão Nacional. Aí, sim senhor, devem estar representadas todas as tendências, nos termos da proporção que se manifestou no Congresso. A Comissão Política, que é o órgão de gestão normal e executor das deliberações do Congresso e das Comissões Nacionais, a ela devem-se assegurar a maior coesão possível. Quem vence deve governar, sem

que se tenha de excluir ninguém do Parlamento, do partido que é a Comissão Nacional. Desculpe o paralelo mas é assim que eu penso.

Manter Soares?

D.L. — Essa coesão é possível mantendo o dr. Mário Soares como secretário-geral?

J.S. — Penso que o dr. Magalhães Godinho dá (entrevista a «O Jornal») uma contribuição importante para essa questão. Apela para um consenso possível, mas um consenso com regras claras precisamente em torno da colegialidade, e da ligação entre o secretário-geral e a Comissão Política, de que aquele é um presidente com voto de qualidade. Isso trará um novo equilíbrio ao PS. E não se trata de hipocrisia política. Eu, em relação ao dr. Mário Soares, tenho de há muitos anos sempre a mesma posição, que deriva, e desculpe pessoalizar, mas já que tantas coisas têm sido pessoalizadas também tenho esse direito, das relações de grande respeito pessoal e mútuo que tenho tido com ele. Nunca ninguém pediu nada a ninguém, nos já vinte anos em que nos conhecemos. E isso obriga a que a cada um seja reconhecida a sua independência. Por isso, reconheço a sua importância para o País e para o PS e a necessidade da sua manutenção como líder. Sem nenhuma dose de hipocrisia. Isso não significa que, se isso não for possível, não se encontrem outras soluções. Mas a verdade é que a manutenção do dr. Mário Soares como líder implica a sua inserção no funcionamento colegial dos órgãos que o Congresso vier a eleger. E essa é uma mutação qualitativa extremamente importante, sobre a qual não desejaria dizer mais nada. É um debate interno do PS e não um debate para o público em geral.

D.L. — A colegialidade que hoje une os subscritores da sua moção não é apenas uma plataforma para conquista da liderança do PS?

J.S. — Repare que essa questão é extremamente curiosa, porque alguma especulação que se tem feito em torno dela mistifica o problema. As pessoas que subscrevem esta moção tiveram muito em comum ao longo de 1980: a aprovação de uma estratégia de vivificação e de democratização do partido, de barragem do caminho à AD, uma estratégia confluyente na candidatura presidencial, uma estratégia de barragem do caminho ao desenvolvimento do Partido Comunista e da APU. E, também, de afirmação da necessidade de liderança do PS no quadro da Frente Republicana e Socialista, como desenvolvimento de um espaço de esquerda democrática. Isto é extremamente fecundo e suficiente para permitir um pluralismo interno neste conjunto de pessoas. E o que nos preocupa, como se vê na moção, é o estabelecimento de regras onde este pluralismo, em lugar de ser algo que embota o desenvolvimento do partido, seja uma fonte da sua vivificação e da sua relação com os problemas concretos da sociedade portuguesa. Será a única forma de combater a «liturgia do aparelho partidário, que nos tem causado muitos problemas».

D.L. — Que tipo de problemas?

J.S. — Foi esta liturgia — ex-

pressão que sempre tenho utilizado — que se opôs de facto à FRS, desde o seu início. Dá agora a ideia de que a quer liquidar, para logo a seguir dizer que não. Mas, no fundo, sempre se opôs à liderança que o PS, no quadro da Frente, porque não tinha a certeza de poder perpetuar a liturgia de aparelho, perante o dinamismo, da FRS. É aliás aqui que entra o perigo do elemento externo, da conspiração externa, quando se procura ligar o partido, rompendo com os horizontes tradicionais, a tudo o que pode ser específico e novo na sociedade portuguesa.

D.L. — Falou do inimigo externo e tinha já referido o PCP e a AD. Mas não referiu ainda, não direi um inimigo mas uma



personalidade externa que poderá ter influência no Congresso — Eanes?

J.S. — Parece-me que felizmente algumas pessoas têm vindo a desdramatizar essa questão. Mesmo o dr. Mário Soares apercebeu-se, o que já não era sem tempo, que o general Eanes está eleito por cinco anos e que é preciso, em termos institucionais, ter um diálogo com o Presidente da República. Há muitas carapuças que obviamente não enfiu. E diverte-me imenso as pessoas que têm feito na praça pública um esventar de algumas questões internas, acusando alguns militantes de não estarem a prosseguir um projecto de socialismo democrático, mas sim a bater-se por projectos exteriores ao partido. Isto é uma difamação, uma calúnia, é um processo «macartista», que como tal deve ser claramente rejeitado. Porque, no fundo, ninguém deu um dado objectivo e concreto onde essas acusações se pudessem alicerçar. E, de resto, o caso mais flagrante de prossecução de uma política de direita, que tende a desfazer o PS por aqueles que podem ser ligados ao PSD na sua oposição ao general Eanes e que transformarão o PS num elemento dócil de um bloco comandado pelo PSD.

D.L. — Mas qual é a sua posição quanto ao general Eanes?

J.S. — A nossa posição de socialistas, e foi a grande maioria

políticas de aliança que são possíveis, das linhas de actuação que poderão sair do Congresso do Coliseu.

Sampaio, um homem paciente — como ele admitiu mas que nos últimos tempos, retido em casa com uma hepatite, tem «sofrido» com a leitura dos jornais. O «dize tu direi eu» desgosta-o. Ele um homem da reflexão política. Jorge Sampaio será um vencedor ou um vencido no próximo Congresso? Ou estaremos perante um herdeiro?

dos socialistas que apoiou a candidatura do sr. general Eanes, foi fundamentada em termos puramente objectivos. Aliás, eu tive ocasião de dizer, num comício a que você assistiu em Moscavide e que foi a minha única intervenção na campanha eleitoral o que se pede e, sobretudo, o que não se pede ao general Eanes. E o que se lhe pede é que não interfira no desenvolvimento dos projectos partidários, na autonomia dos partidos, na sua independência. E, principalmente, que salvaguarde o funcionamento das regras básicas do regime democrático. Uma coisa é o diálogo institucional de um partido com vocação do poder como o PS, com o Presidente e outra a missão pro-

dele muito mais tarde, como é do conhecimento público. A minha opinião é a de que, para além das soluções concretas que cada um possa apontar, temos perdido muito tempo, temos perdido a extraordinária capacidade que os últimos resultados eleitorais (derrotada que foi a possibilidade de revisão referendária) nos trouxeram de sermos de facto os líderes da revisão constitucional.

D.L. — Com que consenso?

J.S. — Esse consenso é possível, mas sem cedências apriorísticas, sem quaisquer condições, quando o que é necessário, como aliás alguns deputados e o seu líder, o dr. Salgado Zenha o quiseram fazer em tempo oportuno, apresentar um projecto de revisão, assumindo a liderança nesta matéria. E daí, poder-se-ia partir para a busca da maioria indispensável dos 2/3. Agora, dizer-se que se está de acordo com esse consenso, mas não tomar qualquer medida autónoma, com medo de o inviabilizar, é colocarmo-nos a reboque do projecto da AD, quando sabemos que os pontos principais desse texto, são da responsabilidade do líder do CDS. É por isso que não entro em polémicas estereis. A questão das chefias militares é importante? Mas há outras matérias tão ou mais importantes e que passam despercebidas. Ora veja: quem dissolve a Assembleia da República, se esse poder continua a pertencer ao PR, como é isso das moções de censura, e das moções de confiança; que princípio de responsabilidade para o Governo, se dupla responsabilidade ou não. Mas tudo isto deve ser discutido em sossego, sossego esse que a AD tem demonstrado, não trazendo para público essa discussão.

Um debate necessário e urgente, para que o PS não seja arrastado para consensos feitos à sua revelia, para consensos formados por outros.

Que modelo?

D.L. — Na moção subscrita pelo dr. Jorge Sampaio fala-se em partido da modernidade. Que significa isso?

J.S. — Significa que nós, socialistas, temos de assumir uma grande disposição e uma grande abertura, quer para a experimentação política, quer para a experimentação social, veiculando modelos alternativos económicos para a sociedade portuguesa. Mas isso leva tempo. Nós estamos inseridos numa crise europeia insosfismável que, penso eu, demonstra claramente a falência dos modelos liberais-conservadores, que começam sempre muito bem (é o caso da senhora Thatcher), mas que dá «com os burrinhos na água» dois ou três anos depois, assim como a crise dos modelos de Leste que, como toda a gente sabe, não são modelos de socialismo.

Ora isso é uma batalha muito longa e que nos transcende em termos puramente conjunturais.

Não podemos, ainda, segundo penso, defender um projecto de socialismo democrático sem que se tenha uma ideia de que modelo de desenvolvimento é que se está a falar, sem ir atrás daquilo que foram as conquistas socialistas e sociais-democratas dos últimos 20 a 30 anos. É exactamente quando começa este debate que o partido tem de per-

der a sua ambiguidade sectorial e, politicamente, tem de responder com uma alternativa clara, que não é uma gestão do capitalismo à forma liberal-conservadora...

D.L. — Mas o PS está na Oposição...

J.S. — Por isso está em boas condições para essa reflexão. Neste período de transição, após a derrota eleitoral, estamos aptos (ressalvados os tais princípios a que penso que o Congresso do PS tem de dar absoluta guarida) para programar uma nova relação do partido com a sociedade portuguesa, promover o alargamento desta faixa imensa de esquerda democrática, de consolidar esse bloco social ainda disperso, mas que é de facto um bloco de renovação democrática e progressista, que não tem as fronteiras actuais do PS, é muito mais vasto, pode até ser maioritário na sociedade portuguesa e dar às pessoas a credibilidade de uma alternativa. Mas isso não se faz num ano, nem talvez em dois ou três e o que importa é a dinâmica desse movimento. E que não seja à esquerda da rua, por qualquer compromisso, que isto tudo se deite a perder.

Bloco central ou a FRS

D.L. — Falemos, agora, e em relação ao que afirmou, doutro questão. Parece que o dr. Jorge Sampaio recusa o bloco central e opta pelo consenso democrático. Mas como? E quanto à FRS?

J.S. — Para mim, o PS nada tem para substituir o alargamento e a vivificação da aliança partidária que é a FRS. Se o PS não se desenvolver em termos organizativos, em termos democráticos e em termos de modelos social e cultural, que imprima uma dinâmica nova na sociedade portuguesa, em todas as frentes de luta, desde a frente social à frente cultural ou económica, não é capaz de desenvolver a artilharia suficiente para se impor como uma nova alternativa. Porque, mesmo que não seja depois maioritário politicamente, pode sê-lo desde logo, socialmente. E se o for socialmente, pode, um dia, vir a sê-lo politicamente. Por isso não devemos ceder por qualquer partilha conjuntural de poder, tanto mais que o Poder estará sempre entroncado nos próximos anos em torno da AD que nada tem a ver com o espaço da esquerda democrática em que se insere o PS. E a vivificação do partido, quando vejo tanta gente tão legitimamente preocupada com o PS, nunca se fez em torno de tomadas de poder conjunturais. É quando os partidos recolhem de todas as suas experiências o incentivo necessário para uma abertura a novas camadas da sociedade, chamando a si aquilo que mexe e aquilo que é de facto moderno em termos de classes sociais e de grupos sociais na sociedade, é quando o partido instala um novo projecto social, alternativas económicas e sociais, é aí que o partido começa de facto a ser uma alternativa clara de poder, acabando com aquilo que tem sido o obscurantismo, a opressão, as profundas desigualdades; é isso que é a alternativa e é isso que impele para outros consensos com camadas que até nem se reclamem dessa mesma modernidade.

Jorge Sampaio sobre o congresso do PS

Continuação da pág. 5

O que é o PS?

D.L. — Os esquemas, os prazos e a hegemonia do PS nas alianças tem constituído também um ponto de ruptura nos debates internos?

J.S. — Penso que está a aparecer para a opinião pública como um ponto de ruptura. Resta saber qual será a opinião dos militantes do partido e dos delegados ao Congresso. E nesse quadro não será nenhum ponto de ruptura.

D.L. — A ambiguidade do PS é uma realidade. Como é que define, neste momento, o Partido Socialista?

J.S. — O PS é um partido progressista, onde coexistem leituras diversas do capitalismo e das necessidades da sociedade portuguesa. O PS é um partido interclassista, um partido de trabalhadores, mas também de quadros, da pequena e média burguesia e das profissões liberais. Isto causa, dissemelhantemente do que acontece no PC e nos partidos à nossa direita, por um lado a sua força, por outro, em momentos conjunturais, a sua própria fraqueza. Por isso, é preciso saber qual o sentido das alianças de classe que esse partido encerra, o que é uma das suas grandes potencialidades. Não vale a pena estar-se sempre a dizer que somos um partido de trabalhadores e, por outro lado, fazer-se um apelo aos votantes da AD. Tudo isto poderá parecer contraditório, se não fizermos a distinção entre o que é um partido de massas e com um projecto político, do que é um partido de eleitores...

D.L. — Chamou-lhe progressista, mas não o definiu como marxista...

J.S. — Olhe, ainda hoje verifiquei uma coisa engraçada. A Natália Correia, num artigo aliás inteligente, lembra alguns passos do programa do PSD, de que o PSD obviamente se esqueceu. Pela minha parte reconheço que todos nós temos a nossa forma-

ção marxista, bem como a proveniente de outras correntes. Não vale a pena reclamar-nos do marxismo, como se estivéssemos numa cruzada na Idade Média. Penso que no PS, não se pode dizer que haja uma corrente marxista, porque as pessoas ali não têm bandeiras, mas as pessoas na sua metodologia, na sua capacidade de entender a realidade portuguesa aplicam de facto aquilo que recolheram do marxismo. Mas que recolheram também do que tem sido a evolução das sociedades modernas.

Penso que isso é um «aport», como muitos outros. E isso é precisamente aquilo que faz a riqueza do Partido Socialista.

D.L. — Mas chamou-lhe também um partido interclassista, denominação que foi utilizada num documento de Jaime Gama e Manuel Alegre apresentado à Comissão Nacional do Porto.

J.S. — Essa expressão não tem nada de original. Não podemos dizer que esses nossos ilustres camaradas tenham sido originais. Toda a gente sabe e diz que este é um partido interclassista. E aí está a fonte das suas dificuldades bem como da sua força, na medida em que se torna necessária a harmonização de interesses que são divergentes. Esse é que é o desafio do socialismo democrático. Se ele dependesse apenas da afirmação política de determinada classe, utilizando uma expressão que talvez esteja hoje relativamente em desuso, porque as classes sociais são muito mais complicadas do que aquilo que se pensava no início do século, restringiríamos o nosso campo de acção e aquilo que são as nossas virtualidades. O problema está em saber quais são os valores que em cada momento obtêm a hegemonia no partido. Não penso que sejam os valores que algumas moções tendem a reclamar. O que me parece importante é que em cada momento saia algo do nosso conjunto que possa cimentar o bloco social. Esta é

uma ideia que me é particularmente cara, de que outros se têm apropriado com invulgar desenvoltura e despoimento. Mas se tivesse havido a noção clara do que era o bloco social, e o Partido Socialista não teria feito em 1976 e 1977 os erros que são conhecidos.

Mas a UGT, dr.?

D.L. — Pensa que se encontra na UGT a expressão dessa ideia de interclassismo?

J.S. — Penso que haveria aí muito que melhorar.

D.L. — Como?

J.S. — Eu penso que no grupo de sindicatos que estão rigorosamente filiados na UGT haveria interesse e penso que o futuro poderá vir a indicar alguma coisa nesse sentido, em haver também não apenas uma predominância de sindicatos ligados ao sector dos serviços, mas também aquilo que classicamente se designa por trabalhadores não dos serviços, digamos trabalhadores da indústria, aquilo que se designava há uns vinte ou trinta anos por classe operária propriamente dita, se você assim quiser.

D.L. — Mas defende a permanência na UGT?

J.S. — Repare, aquilo em que eu sou particularmente feroz é na defesa da autonomia sindical. Aliás, o que se tem passado, quer com a CGTP, quer com a UGT, de interferências partidárias tem sido extremamente lamentável. Nós todos temos algumas culpas nisso e isso tem de acabar, porque a maioridade sindical dos trabalhadores portugueses está atingida independentemente das soluções que encontrarem para a sua organização enquanto instituição. Por isso o que me preocupa é que haja uma corrente sindical socialista, que em meu entender deve procurar ser maioritária, claramente identificada, como nós dizemos na nossa moção, com alternativas para a sociedade. E que isso seja o reflexo de uma autonomia sindical crescente, democrática e independente dos

partidos. E se essas pessoas se reclamam de um projecto socialista, tanto melhor.

Consenso

D.L. — O dr. Jaime Gama adiantou uma possibilidade de conciliação, numa entrevista ao «Tempo». Acha que há algumas possibilidades nesse sentido?

J.S. — Eu sempre fui em toda a minha vida, e alguns têm-se esquecido disso, um homem de consensos. O que não sou é por um consenso sem princípios.

D.L. — E o consenso é possível agora?

J.S. — É sempre possível.

D.L. — Com assento em que princípios?

J.S. — Isso é que é preciso discutir.

D.L. — E quais são os princípios que defende para esse consenso?

J.S. — Eu penso que a nossa moção é extremamente clara a esse respeito... Penso que é extremamente fácil encontrar um consenso em torno dos princípios fundamentais da nossa moção quanto ao funcionamento do partido. Se soubérmos engolir e arquivar questões passadas, se acabarmos com o «macartismo», se deixarmos de fazer processos de intenção, se transferirmos este saudável debate, que não deve ser fulanizado, para o problema de saber como é que de facto este partido pode ser um grande líder de um espaço de esquerda democrática neste país é possível, realmente encontrarmos-se consensos. E se tivermos consciência que os líderes partidários são sempre conjunturais que não há líderes permanentes, que os Congressos fazem-se precisamente para eleger líderes tudo será mais fácil. De resto, esta experiência de dois anos causou em mim algumas cicatrizes que são extremamente reveladoras e sobre as quais não desejo falar neste momento. No futuro direi alguma coisa sobre isso (é também uma experiência política importante — tenho já vinte anos de actividade

política). Mas penso que não será difícil, se acabarmos com os aspectos negativos e se precisamente, contrariamente ao que se diz, não pusermos as coisas em termos de oligarquia e olharmos bem para os nossos respectivos umbigos para vermos bem onde está a oligarquia, e se tivermos em conta que o partido afinal é de todos nós e não é de A ou B ou da instituição A ou da instituição B, eu penso que é possível caminhar para um determinado consenso. É preciso todavia alguma clareza, sobre quem vai gerir o partido e para quem é como.

D.L. — Isso quer dizer que subscreve a posição do dr. António Arnaut de que é possível o consenso em termos de moção, mas não em termos de listas?

J.S. — É capaz de ser mais fácil em termos de moção, ressaltando os tais princípios, sobre os quais a nossa moção é clara, do que sobre listas. Porque há uma coisa que esta experiência demonstra: é que tem-se criticado muito a gestão, que não foi gestão, que foi apenas assumir uma determinada posição política em 1980 no quadro das deliberações da Comissão Nacional do Porto. Mas nunca ninguém disse que havia uma alternativa a isso e de facto não havia. Esse é que é o grande ensinamento que tem sido esquecido; que houve uma equipa que se bateu por uma determinada alternativa, que era uma alternativa a curto-prazo com raízes para o médio-prazo, não houve outra alternativa clara que tivesse credibilidade e as pessoas uniram-se e souberam dar a todo o partido, nomeadamente em momentos críticos como os de Outubro de 1980, a noção do que era necessário respeitar as decisões que tinham sido tomadas e os riscos inerentes a essa tomada de decisões. Isso evidentemente que forja uma equipa. Estar o A ou estar o B é absolutamente secundário, o que a experiência demonstrou é que há muitas mais pessoas capazes de assegurar a gestão e a

eficácia da gestão do Partido Socialista. É um problema que não me preocupa muito.

D.L. — Essa experiência de coesão poderá prolongar-se no médio-prazo?

J.S. — Penso que sim. Essa equipa desde que alargada, pode continuar. Penso mesmo que há noutras moções, nomeadamente na moção da «Esquerda Laboral», e na apresentada pelo Aquilino de Oliveira e pelo José Leitão, pontos que são importantes para a meditação do partido e que não podem ser escamoteados. E, pela minha parte, uma vez passada esta batalha que eu penso que é uma batalha democrática estimulante e não pessoal, estou para isso disponível. Essas pessoas, todas elas, são indispensáveis.

D.L. — Isto é, portanto, um Congresso onde vai haver vencidos e vencedores?

J.S. — É natural. Espero que não, mas é natural. Eu não vejo nisso qualquer inconveniente.

D.L. — E o macartismo...

J.S. — Eu penso que o «macartismo» tem de cessar, independentemente dos resultados do Congresso. Isso seria já a grande vitória deste processo da discussão das moções. Era terminar com o «macartismo», terminar com o chamado ambiente totalitário, terminar com o ambiente de coacção moral, que se tem vindo a desenvolver neste partido.

D.L. — O Partido Socialista conseguiu esta coisa espantosa que foi ser um mau Governo e não ser oposição. Concorda?

J.S. — Eu penso que estamos a correr o risco de ser a segunda coisa e que fomos certamente a primeira.

D.L. — Só para terminar o dr. Jorge Sampaio diz que é uma pessoa paciente. Considera-se paciente?

J.S. — Sou... sou paciente, embora seja nervoso.

É que o Rocard, na entrevista ao «Expresso» afirmou-se também extraordinariamente paciente. Será isso que os une?



CÂMARA MUNICIPAL DE ALMADA

SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE ÁGUA E SANEAMENTO

SERVIÇOS DE GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS

ANÚNCIO

ADMISSÃO DE OPERADORES DE CENTRAIS DE 3.ª CLASSE

Está aberto concurso para o preenchimento de cinco vagas na categoria de «OPERADORES DE CENTRAIS ELEVATÓRIAS DE ÁGUA DE 3.ª CL.», à qual corresponde o vencimento de Esc.: 11.700\$00, letra Q.

Exigem-se as habilitações a seguir indicadas, por ordem de prioridades:

1. — Curso Industrial de Montador Electricista
2. — Curso Industrial Incompleto
3. — Carteira Profissional ou equivalente.

Os interessados deverão fazer a sua inscrição no prazo de 8 dias a partir da data da publicação deste anúncio, para o que deverão dirigir-se ao Serviço de Gestão de Recursos Humanos — Serviços Municipalizados de Almada — Rua do Registo Civil — 2800 — ALMADA, onde serão prestadas todas as informações.

Almada, 18 de Março de 1981.

O PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO,
Carlos Manuel B. de Sousa

MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DO DOURO E LEIXÕES

FORNECIMENTO DE DOIS APARELHOS DE MUDANÇA DE VIA (CRUZAMENTO) INCLUINDO OS APARELHOS DE MANOBRA PARA VIAS FÉRREAS DO TERRAPLENO DO CAIS DE CONTENTORES NORTE

Na sede da Administração dos portos do Douro e Leixões, Palácio da Bolsa, cidade do Porto, perante a comissão para esse fim nomeada, realizar-se-á no dia 29 de Abril de 1981, pelas 15 horas, concurso público para adjudicação do fornecimento supracitado.

O depósito provisório será de 25.000\$00, a efectuar na Caixa-Geral de Depósitos, Crédito e Previdência, na filial, agências ou delegações, podendo ser substituído por garantia bancária ou apólice de seguro-caução, do mesmo valor.

O depósito definitivo será de 5 (por cento) do montante da adjudicação.

O programa e condições do concurso estão patentes, todos os dias úteis, durante as horas normais de expediente, na divisão do Secretariado da Direcção dos Serviços Administrativos e Financeiros desta administração e na Secretaria-Geral da Direcção-Geral do Ministério dos Transportes e Comunicações, em Lisboa.

A documentação a apresentar no concurso, salvo a guia de depósito provisório, não necessita de ser selada.

Administração dos Portos do Douro e Leixões, em 23 de Março de 1981

Pel'o presidente do Conselho de Administração
JOSÉ CASIMIRO DOS SANTOS ESPINHA



CÂMARA MUNICIPAL DE OEIRAS

Aceitam-se inscrições, na Secção de Pessoal, até ao próximo dia 17 de Abril, com vista à admissão do seguinte pessoal para os Serviços Técnicos de Obras:

- Capatazes
- Calceteiros
- Ajudantes de calceteiro
- Serventes
- Asfaltadores
- Pedreiros
- Canteiro
- Carpinteiro
- Canalizador

Os candidatos deverão ter os seguintes requisitos:

- Nacionalidade portuguesa originária ou adquirida nos termos da lei;
- Idade não inferior a dezoito anos;
- Sanidade física e mental para desempenho do cargo;
- Ausência de pena disciplinar ou de condenação por crime que inabilitem para o exercício de funções públicas;
- Cumprimento de deveres militares;
- Escolaridade obrigatória.

Oeiras e Paços do Concelho, 17 de Março de 1981.

O Presidente da Câmara Municipal,
(João António Silva Ramos)

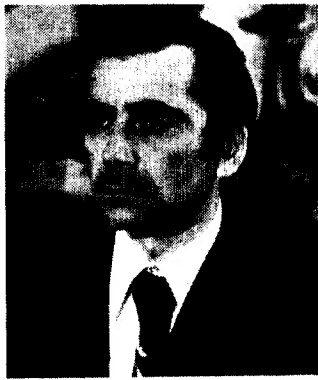
Enquanto Grainha do Vale segue para a UNESCO

Lurdes Pintasilgo será nomeada para Belém

Lurdes Pintasilgo, após o seu regresso do México, país para onde partiu hoje, deverá ser nomeada para as funções de assessora do Presidente da República. A antiga primeiro-ministro, que colocou o seu lugar de embaixadora de Portugal junto da UNESCO à disposição do general Ramalho Eanes, em Outubro último, foi agora exonerada pelo Governo Pinto Balsemão. Lurdes Pintasilgo permaneceu mais de um ano numa situação irregular, depois de afastada da UNESCO pelo Governo de Sá Carneiro, numa medida classificada na altura como de «saneamento político».

Francisco Grainha do Vale será o novo embaixador de Portugal junto daquela organização.

Em declarações prestadas antes de seguir para o México, onde a convite do ex-presidente Luís Echeverria participa numa série de conferências no Centro de Estudos Económicos e Sociais dirigido por aquele antigo chefe de Estado, Lurdes Pintasilgo disse que comunicara há sete dias ao ministro dos Negócios Estrangeiros que aceitava



Grainha do Vale

passar à disponibilidade em serviço, dado que se trata de uma solução administrativa correcta no quadro da lei orgânica e do regulamento do MNE.

A antiga chefe do Governo acrescentaria, no entanto, que a solução administrativa agora encontrada para o seu caso em nada altera o significado político da situação criada pelo VI Governo Constitucional.

A situação de Pintasilgo não é inédita, pois encontram-se em

iguais circunstâncias os embaixadores Albano Nogueira (antigo secretário-geral do MNE), Humberto Morgado (director-geral dos Serviços Centrais do mesmo Ministério), Mário Viçoso Neves (antigo embaixador na URSS), Mário de Oliveira Neves, Fortunato de Almeida e Fernando Fafe (México).

As funções de embaixadora junto da UNESCO, para as quais Maria de Lurdes Pintasilgo fora nomeada em 31 de Julho de 1975, foram interrompidas em 1 de Agosto de 1979, quando tomou posse como primeiro-ministro do V Governo Constitucional. Após a vitória da AD nas eleições de Dezembro de 1979, Maria de Lurdes Pintasilgo não reocupou o seu cargo na UNESCO por decisão expressa do Governo Sá Carneiro. O Presidente da República, contudo, não sancionou a decisão, pelo que Maria de Lurdes Pintasilgo ficou em Lisboa na situação de «chamada em serviço». Com a entrada em funções do Governo Pinto Balsemão, o caso foi reaberto, tendo conhecido, agora, a sua decisão final.

Plano e OGE aprovados na generalidade

As propostas de lei do Plano e do Orçamento Geral do Estado foram ontem aprovadas pelo Parlamento, na generalidade. A discussão na especialidade começou esta manhã.

Na votação na generalidade, toda a maioria se ergueu a favor das propostas do Governo, e toda a oposição votou contra.

O PS apresenta uma proposta de alteração ao OGE que aumenta a cobertura dos saldos negativos das Regiões Autónomas pelo OGE.

O PCP apresenta 24 propostas de alteração ao Orçamento, a maior parte delas respeitante a pensões, reformas, finanças locais e isenção de imposto profissional.

O Primeiro-Ministro, Pinto Balsemão fez uma intervenção no debate de ontem, tendo afirmado, a dado passo, que «a modernização económica e a justiça social constituem vectores fundamentais das propostas do Plano e Orçamento».

Na sessão da tarde ficou assinalada, tal como a da manhã, de resto, por ásperas

críticas por parte do PS (Vitor Constâncio) e do PC (Carlos Brito).

Assinale-se que o ministro moçambicano Joaquim Chissano esteve ontem à tarde na AR. A sessão foi momentaneamente interrompida para dar conta da sua presença. Todas as bancadas se ergueram numa salva de palmas.

Números

Traduziu-se em 126 votos a oposição da maioria parlamentar a favor do Plano proposto pelo Governo. Os votos contra foram 66. Mais de meia centena de deputados, portanto, estiveram ausentes.

O OGE teve mais um voto a favor: 127, e os mesmos contra: 66.

A proposta de OGE prevê um Orçamento de 490 milhões de contos, e um saldo negativo de 168,5 milhões de contos.

PS e Regiões

O PS apresenta uma proposta de alteração ao OGE elevando de 2,1 para 3,6 milhões de contos a cobertura dos saldos negativos dos Açores.

Mas a proposta do PS contempla também a Madeira, prevendo que o saldo negativo, neste caso, seja financiado por Lisboa em 3,6 milhões de escudos.

O PS propõe também a transferência de 750 mil contos para os Açores, para apoio às obras de reconstrução provocadas pelo sismo de 1 de Janeiro do ano passado.

PCP: alterações

O PCP apresenta 24 propostas de alteração ao OGE e uma à proposta de lei do Plano para 1981.

As alterações apresentadas pelo PCP prevêem um aumento das pensões de reforma e o integral cumprimento da Lei das Finanças Locais.

Prevêem ainda que os funcionários públicos continuem dispensados do pagamento de imposto complementar enquanto não receberem contrapartidas.

Para financiar estas medidas, os comunistas propõem a cobrança das dívidas à Previdência e o combate à evasão fiscal.

cursos por correspondência

Rádio, Electrónica, TV
Desenho e Pintura
Electricidade
Inglês
Secretariado

Fotografia
Costura
Relações públicas
Vendas/Marketing
Contabilidade

desde 1947

ÁLVARO TORRÃO

Rua Fernão Lopes, 8 - 1096 LISBOA CODEX - Telef. 54 31 36

REVISTAS:

Seleções de
REVISTA DE DIVULGAÇÃO TÉCNICA Rádio

Mecânica
e do lar

RÁDIO • ELECTRÓNICA • TV

HOBBIES • BRICOLAGE • CIÊNCIA



SINDICATO DOS PROFESSORES DA GRANDE LISBOA

ASSEMBLEIA GERAL

PARA REVISÃO DOS ESTATUTOS

MESAS DE VOTO



Sindicato dos Trabalhadores
da Função Pública
da Zona Sul e Açores

CONVOCATÓRIA ASSEMBLEIA DE DELEGADOS SINDICAIS

Convocam-se todos os Delegados Sindicais para uma Assembleia de Delegados Sindicais a realizar no dia 25 de Março de 1981, 4.ª-feira, às 18.30 horas no L.N.E.C. — Laboratório Nacional de Engenharia Civil — Av. do Brasil, com a seguinte

ORDEM DE TRABALHOS

- 1 — Informações
- 2 — P.R.I.

- a) Ponto da situação das negociações
 - b) Formas de luta a adoptar
- O Secretariado

NOTA:

Nesta ADS teremos que fazer um resumo das posições assumidas nas Reuniões realizadas nos locais de trabalho, teremos que analisar a Manifestação/Concentração de 23/3/81 e tomar posição sobre as Propostas de continuação da luta entretanto avançadas pelo Plenário dos Sindicatos da Frente Comum realizado após a Concentração.

Para uma mais correcta análise do realizado e perspectivação das acções a empreender a Direcção propõe no início dos trabalhos que seja concedido o uso da palavra à generalidade dos sócios presentes (Delegados Sindicais estatutários ou não).

A DIRECÇÃO,
Lisboa, 20/3/81

- 1 INSTITUTO SUPERIOR TÉCNICO
Av. Rovisco Pais - 1000 LISBOA
- 2 ESCOLA SECUNDÁRIA CAMÕES
Praça José Fontana - 1000 LISBOA
- 3 ESCOLA PREPARATÓRIA MARQUESA ALORNA
Av. Dr. Júlio Dantas - Bairro Azul - 1000 LISBOA
- 4 ESCOLA PREPARATÓRIA MUNO GONÇALVES
Av. General Roca - 1000 LISBOA
- 5 ESCOLA SECUNDÁRIA GIL VICENTE
Rua Verónica - 1000 LISBOA
- 6 ESCOLA SECUNDÁRIA MARIA AMÁLIA VAZ CARVALHO
Rua Rodrigo Fonseca - 1200 LISBOA
- 7 ESCOLA SECUNDÁRIA PASSOS MANUEL
Trav. Convento Jesus - 1200 LISBOA
- 8 ESCOLA SECUNDÁRIA PEDRO NUNES
Av. Álvares Cabral - 1200 LISBOA
- 9 INSTITUTO SUPERIOR ECONOMIA
Rua Quelhas - 1200 LISBOA
- 10 ESCOLA SECUNDÁRIA FRANCISCO ARRUDA
Calc. da Tapada, 182 - 1200 LISBOA
- 11 ESCOLA PREPARATÓRIA PAULA VICENTE
Rua Gonçalves Zarco - 1400 LISBOA
- 12 ESCOLA SECUNDÁRIA FERREIRA BORGES
Rua Jau - Alto Santo Amaro - 1300 LISBOA
- 13 ESCOLA SECUNDÁRIA JOSEFA OBIOS
Rua Possidónio Silva - 1300 LISBOA
- 14 ESCOLA SECUNDÁRIA MARQUES POMBA
Rua Alexandre Sá Pinto - 1300 LISBOA
- 15 ESCOLA PREPARATÓRIA ALGÉS
Rua S. José Ribamar - 1495 LISBOA
- 16 ESCOLA PREPARATÓRIA MIRA-FLORES
Rua Bombeiros Voluntários - 1495 LISBOA
- 17 ESCOLA PREPARATÓRIA PROF. DELFIM SANTOS
Estr. Benfica, 275 - 1500 LISBOA
- 18 FACULDADE LETRAS
Alameda Universidade - 1600 LISBOA
- 19 ESCOLA SECUNDÁRIA D. PEDRO V
Estrada Laranjeiras - 1600 LISBOA
- 20 ESCOLA PREP. ALMADA NEGREIROS
Charneca Lumiar - Estr. S. Bartolomeu - 1700 LISBOA
- 21 ESCOLA SEC. RAINHA D. LEONOR
Rua Maria Amália Vaz Carvalho - 1700 LISBOA
- 22 ESCOLA PREPARATÓRIA DAMIÃO GOMES
R. Cidade Praia - 1800 LISBOA
- 23 ESCOLA SECUNDÁRIA D. DINIS
R. Dr. Manuel Teixeira Gomes - 1900 LISBOA
- 24 ESCOLA SECUNDÁRIA AFONSO DOMINGUES
Quinta Velhas - 1900 LISBOA
- 25 ESCOLA SECUNDÁRIA ANTONIO ARROIO
R. Coronel Ferreira Amaral - 1900 LISBOA
- 26 ESCOLA SEC. PATRÍCIO PRAZERES
Quil. Comendadoras, 66 - Alto Varejão - 1900 LISBOA
- 27 ESCOLA PREP. BRANDOIA
2700 AMADORA

- 28 ESCOLA SECUNDÁRIA AMADORA
Av. Alexandre Sales - Rebolera - 2700 AMADORA
- 29 ESCOLA PREPARATÓRIA PONTINHA
Azinhaga Besouros - Pontinha - 1675 LISBOA
- 30 ESCOLA PREPARATÓRIA AZAMBUJA
2050 AZAMBUJA
- 31 ESCOLA PREPARATÓRIA CADAVAL
2550 CADAVAL
- 32 ESCOLA PREPARATÓRIA MAFRA
2640 MAFRA
- 33 ESCOLA SECUNDÁRIA N.º 2 TORRES VEDRAS
2560 TORRES VEDRAS
- 34 ESCOLA PREPARATÓRIA VILA FRANCA XIRA
2800 VILA FRANCA XIRA
- 35 ESCOLA PREPARATÓRIA ALENQUER
2580 ALENQUER
- 36 ESCOLA SECUNDÁRIA GAMA BARROS
2735 AGUALVA CACÉM
- 37 ESCOLA PREPARATÓRIA NEM MARTINS
Tapada Meróis - Rio Moura - 2735 CACÉM
- 38 ESCOLA SECUNDÁRIA STA. MARIA
S. Pedro Sintra - 2710 SINTRA
- 39 ESCOLA PREP. ANTONIO PEREIRA COUTINHO
R. Henrique Saizias - 2750 CASCAIS
- 40 ESCOLA SECUNDÁRIA LOURES
2670 LOURES
- 41 ESCOLA PREPARATÓRIA ODIVELAS
R. Guilherme G. Fernandes - 2675 ODIVELAS

- 41/A ESCOLA SECUNDÁRIA ODIVELAS
R. Prof. Abreu Lopes - 2675 ODIVELAS
- 42 ESCOLA SEC. SEBASTIÃO E SILVA
2780 OELHAS
- 43 ESCOLA PREPARATÓRIA S. JULIÃO
S. João Barra - 2780 OELHAS
- 44 ESCOLA PREPARATÓRIA SACAVÉM
2885 SACAVÉM
- 45 ESCOLA SEC. S. JOÃO ESTORIL
A. A. Q.ª Carreira - S. João Estoril - 2785 ESTORIL
- 46 ESCOLA SECUNDÁRIA CARCAVELOS
2775 PARDEDE
- 47 ESCOLA SECUNDÁRIA ALVERCA
2815 ALVERCA
- 48 ESCOLA SECUNDÁRIA LINDA-A-VELHA
Rua Domingos Fernandes - 2785 LINDA-A-VELHA
- 49 ESCOLA SECUNDÁRIA ALCÁCER DO SAL
7580 ALCÁCER DO SAL
- 50 ESCOLA PREPARATÓRIA ALCOCHETE
Vale Bombeiros - 2880 ALCOCHETE
- 51 ESCOLA SECUNDÁRIA ENDO NAVARRO
2800 ALMADA
- 52 ESCOLA PRIMÁRIA N.º 1 ALMADA
2800 ALMADA
- 53 ESCOLA PREPARATÓRIA D. ANTONIO COSTA
Cova Pedreira - 2800 ALMADA
- 53/A ESCOLA PREPARATÓRIA AMORA
2840 SEIXAL

- 54 ESCOLA SECUNDÁRIA ALFREDO SILVA
2830 BARREIRO
- 55 ESCOLA PRIMÁRIA N.º 4 BARREIRO
R. Prof. Vicente França - 2830 BARREIRO
- 56 ESCOLA SEC. ANTONIO INACIO CRUZ
7570 GRÁNDOLA
- 57 ESCOLA SECUNDÁRIA MOITA
2860 MOITA
- 58 ESCOLA PREPARATÓRIA MONTIJO
2870 MONTIJO
- 59 ESCOLA SECUNDÁRIA PALMELA
2950 PALMELA
- 60 ESCOLA PREP. SANTIAGO CACÉM
7540 SANTIAGO CACÉM
- 61 ESCOLA SECUNDÁRIA SEIXAL
2840 SEIXAL
- 62 ESCOLA PREPARATÓRIA SESIMBRA
2970 SESIMBRA
- 63 ESCOLA SECUNDÁRIA S. JULIÃO
Parque Bonfim - 2900 SETÚBAL
- 64 DELEGAÇÃO SINDICATO
Av. Luísa Tody, 386-r/c - 2900 SETÚBAL
- 65 ESCOLA SECUNDÁRIA BOCAJE
Av. Dr. Ant. Rodrigues Mendes - 2900 SETÚBAL
- 66 ESCOLA PREPARATÓRIA SINES
7520 SINES
- 67 ESCOLA PREPARATÓRIA PINHAL NOVO
2950 PALMELA
- 68 ESCOLA SECUNDÁRIA N.º 1 ABRANTES
2200 ABRANTES
- 69 ESCOLA SECUNDÁRIA ALCANENA
2380 ALCANENA
- 70 ESCOLA PREPARATÓRIA ALMEIRIM
2080 ALMEIRIM
- 71 ESCOLA SECUNDÁRIA CORUCHE
2100 CORUCHE
- 72 ESCOLA SECUNDÁRIA ENTRONCAMENTO
2330 ENTRONCAMENTO
- 73 ESCOLA SECUNDÁRIA GÓLEGA
2150 GÓLEGA
- 74 COLÉGIO MUN. ALVARES
Pq. Dr. Raul António Lopes - 2300 TOMAR
- 75 ESCOLA SECUNDÁRIA MARVILA
Pq. Bento Jesus Carapa - 2000 SANTARÉM
- 76 ESCOLA SECUNDÁRIA TORRES NOVAS
2350 TORRES NOVAS
- 77 ESCOLA PREPARATÓRIA RIO MAIOR
2040 RIO MAIOR
- 78 ESCOLA SEC. VILA NOVA OURÉM
2480 VILA NOVA OURÉM
- 79 ESCOLA PREPARATÓRIA BOMBARRAL
2540 BOMBARRAL
- 80 ESCOLA PREPARATÓRIA CALDAS DA RAINHA
2500 CALDAS DA RAINHA
- 81 SINDICATO
Rua Gahotas, 6 - 1200 LISBOA

Palmas para Chissano de todo o Parlamento

Um almoço com Pinto Balsemão, audiências a delegações partidárias, uma deslocação à Assembleia da República, e outra à Fundação Gulbenkian, preencheram praticamente todo o dia de ontem da visita do ministro moçambicano dos Estrangeiros, Joaquim Chissano, a Portugal.

O momento mais significativo terá sido a visita ao Parlamento, sobretudo pela situação que aqui se proporcionou. Chissano subiu à galeria diplomática. O presidente, Ribeiro de Almeida, interrompeu a sessão para anunciar ao hemiciclo a presença, ali, do ministro moçambicano. Todas as bancadas e o Governo se levantaram e, de pé saudaram, em unanimidade de palmas, a visita de Chissano. Depois a sessão prosseguiu e o ministro moçambicano retirou-se.

O significado duma presença

A presença de Joaquim Chissano em Portugal reveste-se de «particular significado»: ele é «um representante duma República Popular Africana, o representante dum povo que lutou contra os fascistas e que agora encontramos num Portugal libertado» — assim falou o secretário-geral do PC, Álvaro Cunhal, aos jornalistas, depois da audiência que teve com o chefe da diplomacia de Maputo.

A audiência à delegação do PC, que Cunhal chefiava, foi na sequência duma série de audiências que começara com o CDS e prosseguiria depois com o PS e o MDP.

De assinalar que da delegação do PS não fazia parte Mário Soares, ausente de Lisboa. A delegação era chefiada por Tito de Morais, da comissão directiva do partido, la também Rui Mateus. Segundo declarações de Tito de Morais, no final, o encontro proporcionou que a delegação socialista fizesse, com o ministro de Moçambique, «uma larga panorâmica das relações entre o PS e a Frelimo, e entre os socialistas portugueses e as autoridades moçambicanas».

Interessantes as declarações de Freitas do Amaral, à frente da delegação do CDS, considerando haver agora o que chamou «condições mais do que nunca favoráveis ao estreitamento das relações entre Portugal e Moçambique», e, principalmente, lembrando que o convite a que esta visita de Chissano corresponde foi feita quando ele, Freitas do Amaral, era ocupante titular das Necessidades.

Balsemão e Gulbenkian

O almoço de Balsemão com Chissano deu lugar a discursos duma parte e outra.

No seu discurso, Balsemão pôs ênfase no «circunstancialismo interno» favorável à concretização da «vontade política já publicamente manifestada» de desenvolver as relações entre Lisboa e Maputo.

Chissano considerou «bem cumprida» a missão que o trouxe a Portugal. «Pelo que acabo de ouvir, posso regressar ao Maputo e dizer que poderemos contar com Portugal» — disse.

Na Gulbenkian, o ministro moçambicano foi recebido por Azeredo Perdigão e toda a administração da Fundação.

Azeredo Perdigão ofereceu a Chissano, com uma dedicatória, um exemplar do livro «Calouste Gulbenkian Coleccionador», obra valiosa.

A Associação de Amizade Portugal-Moçambique emitiu um comunicado a propósito da presença de Chissano em Portugal, considerando que esta visita é um «acontecimento histórico». É a primeira visita dum dirigente da Frelimo a Portugal.

Novo embaixador

Moçambique deverá nomear em breve um novo embaixador em Lisboa — deu.

A entender Joaquim Chissano, antes de se avistar no Restelo, com três membros do Conselho da Revolução: Melo Antunes, Vítor Crespo e Franco Charais. Chissano descreveu a sua

visita ao edifício do CR como «uma visita a alguns amigos com quem trabalhamos na fase de transição para a independência». Acrescentou que «a troca de opiniões» que iria ter com os conselheiros seria de «utilidade para as relações entre Moçambique e Portugal».

CÂMARA MUNICIPAL DE GRANDOLA MOÇÃO

A Câmara Municipal de Grândola, foi no ano de 1979 defraudada em 43 mil contos e em 1980 em 72 mil contos. A proposta do O. G. E. para 1981 apresentada pelo Governo à Assembleia da República, inscreve no tocante às Finanças Locais uma verba de 34,800 milhões de contos. Isto é, menos 36,042 milhões de contos do que se a lei fosse integralmente cumprida.

No corrente ano, e a ser aceite pela Assembleia da República a proposta do Governo, o concelho de Grândola irá ser roubado em cerca de 115 mil contos.

Quer isto dizer que em três anos são sonogados ao povo de Grândola 230 mil contos.

Se atendermos às graves carências existentes no concelho, sobretudo no que respeita à habitação, ao saneamento básico e às infra-estruturas desportivas e culturais, que com estas verbas ficariam grandemente atenuadas, temos que concluir que o não cumprimento da lei de Finanças Locais por parte dos Governos anteriores e do Governo actual, constitui um grave e histórico atentado aos mais elementares direitos do Povo deste concelho.

A Câmara Municipal de Grândola, na sua sessão de 20 de Março de 1981, ciente de interpretar o sentir de todos os grandolenses decide:

- 1 Apelar à Assembleia da República para que não deixe passar mais esta proposta fraudulenta do O. G. E. no que respeita ao cumprimento da lei de Finanças Locais.
- 2 Responsabilizar o Governo e os partidos que apoiam esta proposta do O. G. E. pela falta de resolução dos problemas mais urgentes que afectam as nossas populações.
- 3 Dar conhecimento desta moção caso venha a ser aprovada ao sr. Presidente da República, ao sr. Presidente da Assembleia da República, ao sr. primeiro-ministro e aos srs. ministros da Administração Interna e Finanças e Plano, bem como aos grupos parlamentares da Assembleia da República e Assembleias Distritais.

Grândola, 20 de Março de 1981

A Câmara Municipal de Grândola

Começa amanhã o Congresso do CDS

Liderança «administrativa» com debate em «play-back»

Uma única moção de estratégia, uma proposta de listas candidatas aos corpos gerentes do CDS poderá, aparentemente, dar a imagem dum partido coeso. «Há estabilidade a mais» dizia-nos ontem um dirigente centrista.

Com redacção final de Ribeiro e Castro, a moção de estratégia do CDS (um texto curto) a apresentar ao IV Congresso, que começa já amanhã, em Lisboa) rejeita «qualquer hipótese de renúncia ou enfraquecimento da AD».

No entanto, prevê-se que alguns congressistas sugiram adiamentos ou correcções a esta moção de estratégia. Repudiando que a AD «assuma quaisquer princípios ou interesses alheios», o CDS recusa também que se enverede «por uma linha de compromisso paralitante ou conformista ou abdique do cumprimento do seu programa eleitoral».

Mais do que um projecto político, a moção de estratégia do CDS, reflecte, a posição pessoal do prof. Freitas do Amaral. Estar e não estar no Governo; a vontade de sair e a necessidade de ficar na AD. Uma política, no contexto nacional, isolacionista ou manter o compromisso com o PSD e a que custo?

«Faz mais falta Amaro da Costa ao CDS do que Sá Carneiro ao PSD» era um comentário também vindo dum dirigente centrista. Amaro da Costa era o «amortecedor», o «diálogo», a «maleabilidade». O complemento indispensável para o prof. Freitas do Amaral.

Pela leitura da moção, percebe-se que — salvo qualquer imprevisto — estaremos perante um Congresso com debate «em play-back». A repetição dos argumentos. Ouvir a própria voz.

Ou discursar com as palavras dos outros.

Solução administrativa

Também a liderança do CDS não oferece grandes surpresas. Foi resolvido quase como uma fórmula «administrativa», decidida pelo próprio prof. Freitas do Amaral. Assim, e tal como noticiou um semanário afecto à AD, a Comissão Directiva será alargada de 11 para 15 elementos, com a entrada de Adriano Moreira, Nuno Abecassis, Morais Leitão, Luís Beiroco e Mário Gaioso. As suas funções serão meramente consultivas em relação ao prof. Freitas do Amaral. Vice-presidentes passam a ser três e hierarquicamente «alinhamos»: Basílio Horta, Lucas Pires e Sá Machado. Quanto a Rui Oliveira, passará a ocupar o cargo de Presidente da Comissão Executiva, extinguindo-se as funções de secretário-geral.

CDS, para onde ides?

Esta a questão que, dificilmente, será resolvida neste Congresso. A ambiguidade e a indecisão do CDS, neste momento é a ambiguidade e indecisão de Freitas do Amaral. «Máximo empenhamento do CDS na

revisão constitucional», considerando isso «o aspecto mais relevante da presente legislatura» é também uma «fuga» e um «virar de costas» ao Governo da Aliança Democrática. Num recente encontro entre dirigentes do CDS e ministros centristas, Freitas do Amaral terá proferido violentas críticas ao Executivo.

Quanto à já célebre declaração de António Capucho (PSD) de possível aliança com o PS nas eleições para as autarquias locais, o CDS finge não dar mais importância ao assunto e, publicamente, considera-o encerrado.

Na moção de estratégia, defende uma «abertura de diálogo» com as «forças democráticas de Oposição, nomeadamente o PS, sem prejuízo da identidade da natureza do projecto AD».

As relações com o Presidente da República, pelo menos naquilo que se conhece já do texto, a violência verbal contra Eanes, não atinge aquilo que está escrito, por exemplo, na moção de estratégia do PSD. Quanto à Presidência da República, o CDS «rejeita o desenvolvimento de projectos diferentes do da AD». «Só esse tem legitimidade» até às próximas eleições, recusando também a «promoção de qualquer conflito institucional ou o reacender de um clima de campanha eleitoral». No entanto, manifesta-se, naturalmente contra «qualquer espírito de cedência ou compromisso com o PR, por parte do Governo, da AD ou da maioria parlamentar».

«Linha dura» no Porto

Porto — Por uma diferença de apenas cinco votos (70 contra 65) a lista A, encabeçada pelo empresário Joaquim Rocha dos Santos, venceu as eleições, efectuadas ontem, para a Comissão Executiva Distrital do Porto do CDS. A lista B, vencida, era encabeçada pelo advogado Augusto Leite de Faria e incluía nomes conhecidos do CDS do Porto, tais como Ilídio Fernandes, Neiva de Oliveira, Cavaleiro Brandão, Joaquim Lages, Fernando Albuquerque e João Lopes Porto. O acto eleitoral foi grandemente concorrido, já que votaram 135 dos 144 inscritos nos cadernos, sendo esta a primeira vez que se apresentaram duas listas em confronto para aquele órgão distrital centrista. A quebra do hábito da lista única, saindo vencedora uma lista considerada como sendo da «linha dura», é tido como o sugerir de orientações distintas na véspera do Congresso do partido, que amanhã se inicia em Lisboa. De referir, ainda, que a Lista B, derrotada na Comissão Executiva, saiu ontem vencedora em outras duas comissões, a de disciplina (65 contra 64) e a de angariação (74 contra 60). Em declarações à imprensa, Leite de Faria havia afirmado que o surgir de uma segunda lista significava a existência de «uma disputa intra-partidária» com divergências «fundamentalmente no domínio dos métodos» e que as suas propostas dinamizadoras não se encontravam «corporizadas na lista A», agora eleita para o Executivo Distrital do CDS.

CENTRO SOCIAL E CULTURAL DOS TRABALHADORES DO COMÉRCIO

COLÓQUIOS

No quadro da sua actividade cultural, o Centro Social e Cultural dos Trabalhadores do Comércio vem organizar um ciclo de colóquios dedicados a diversos aspectos da problemática da próxima revisão da Constituição da República Portuguesa, tendo convidado diversas personalidades que na generalidade já confirmaram a sua participação.

DIA 25 DE MARÇO: — A REVISÃO CONSTITUCIONAL E A REFORMA AGRÁRIA
Dr. Afonso de Barros, Eng.º Vítor Louro, Dr. Goucha Soares

DIA 1 DE ABRIL: — A REVISÃO CONSTITUCIONAL E OS DIREITOS DOS TRABALHADORES E SUAS ORGANIZAÇÕES
Dr. Barros Moura (moderador), Dr.s Jorge Leite, Marcelo Curto e Ferreira Guedes, e Srs. Manuel Lopes e Artur Matias

DIA 8 DE ABRIL: — A REVISÃO CONSTITUCIONAL E A ORGANIZAÇÃO ECONÓMICO-SOCIAL
Dr. Carlos Carvalhas (moderador), Eng.º Veiga de Oliveira, Dr. Luís Marinho, João Botequilha, Professor Sousa Franco, Dr.s Herberto Goulart e César de Oliveira

Os colóquios têm início às 21.00 horas, nas instalações do Centro Social e Cultural dos Trabalhadores do Comércio — Rossio 113-116, sendo abertos a sócios e não sócios.

Agradecemos a v/presença e participação nos debates.

SEDE: ROSSIO, 113/116 — LISBOA

EMPRESA GRÁFICA EM LISBOA

Admite:
Auxiliar de impressor tipográfico, do 1.º ou 2.º ano

Oferece retribuição compatível e regalias sociais.

Resposta a este Jornal ao n.º 23036, indicando habilitações literárias e outras referências de interesse.

CÂMARA MUNICIPAL DE CASTRO VERDE

EDITAL

CONCURSO PÚBLICO PARA ARREMATACÃO DA EMPREITADA DE: «ABASTECIMENTO DE ÁGUA A ENTRADAS — RESERVATÓRIO DE 300M3»

FERNANDO SOUSA CAEIROS, PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE CASTRO VERDE, TORNA PÚBLICO que pelo prazo de 30 dias a contar do dia seguinte ao da publicação do presente edital no Diário da República, se aceitam propostas para o concurso designado em epígrafe.

— Preço Base: 4.701.915\$00 (quatro milhões setecentos e um mil novecentos e quinze escudos)

— Caução Provisória: 117.548\$00 (cento e dezassete mil quinhentos quarenta e oito escudos)

— Alvará exigido: 3.ª Subcategoria da V categoria ou da V categoria e ou da classe correspondente ao valor da proposta ou ainda da 3.ª Subcategoria da I categoria e da classe correspondente ao valor da proposta.

As propostas poderão ser entregues até às 17,00 horas do último dia do concurso na Secretaria do Município.

A abertura das propostas realizar-se-á às 21,30 horas da primeira quarta-feira em que se efectue sessão ordinária da Câmara após o termo do prazo referido.

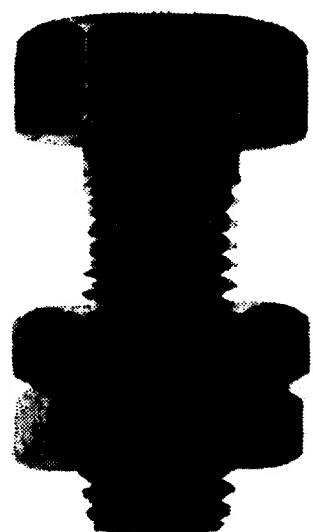
O processo do concurso poderá ser consultado durante as horas de expediente, na Secretaria da Câmara Municipal de Castro Verde e na Planície — Consultores de Engenharia e Gestão Ld.ª na Rua General Leman, 23-3.º, Lisboa.

Paços do Concelho de Castro Verde, 17 de Março de 1981.

O PRESIDENTE DA CÂMARA,
Fernando Sousa Cairos

desenvolver um país é sempre um desafio

Linhas de
**Crédito
para a
Indústria**



O crédito está na base do progresso industrial.
Quer redimensionar o processo de produção?
Modernizar instalações? Adquirir novas máquinas
ou outros bens de equipamento?
A SOCIEDADE FINANCEIRA PORTUGUESA
procurou e obteve para si grandes
linhas de crédito internacionais, que coloca
desde já à sua disposição.
Se o seu problema é financiamento externo,
consulte-nos. Podemos ajudá-lo.

SOCIEDADE FINANCEIRA PORTUGUESA

Rua Duque de Palmela, 30-8.º B — 1296 LISBOA CODEX
Telefs.: 53 31.13/53 68 24 - Telex: 18317 A/B SOFIN 13465 SFP P

de ontem para hoje



Olaria no Redondo

Com o objectivo de debater os principais problemas do sector realizar-se-á de 6 a 14 de Julho em Redondo, Évora, o segundo Encontro Regional de Olaria do Alto Alentejo. Paralelamente ao Encontro, segundo foi ontem revelado, em que participam Oleiros de Nisa, Estremoz, Redondo, São Pedro do Corval, Flor da Rosa e Viana do Alentejo, estará patente uma exposição de cerca de 7500 peças de loiça de barro de todo o Alentejo e uma mostra fotográfica e documental sobre olaria.

Na freguesia de Queluz: autarca ameaçado de morte por empreiteiro Rosário

O secretário da Junta de Freguesia de Queluz, Rui Matos Dias, acusa o empreiteiro local Fernando do Rosário, de o ter agredido ameaçando-o ainda de morte caso ele não abandonasse Queluz. O caso teve as suas raízes num artigo assinado por Rui Matos Dias, publicado no «Jornal de Queluz», no qual era criticada uma construção da responsabilidade de Fernando do Rosário, em Monte Abrão, a qual em sua opinião, usurpa um terreno destinado previamente pela Junta para um pequeno espaço verde.

Sindicato dos Professores denuncia: crianças deficientes sem ensino especial

Mais de mil crianças e adolescentes precisam de escolas e professores do ensino especial segundo anunciou ontem o Sindicato dos Professores da Grande Lisboa (SPGL). Num documento dedicado ao Ano Internacional do Deficiente, divulgado em Lisboa, o SPGL alerta para o facto de «o Estado só garantir o atendimento de cerca de 1300 crianças e adolescentes deficientes», quando a Organização Mundial da Saúde prevê «existir em Portugal à volta de um milhão de deficientes».

Quatro detenções: desmantelada rede de traficantes de haxixe

A Polícia Judiciária anunciou ontem o desmantelamento de uma rede de trafican-

cantes de haxixe que operava na zona de Lisboa, detendo quatro indivíduos de nacionalidade portuguesa, com idades entre 20 e os 30 anos. Na altura de detenção, a PJ apreendeu 7,5 quilogramas de haxixe, uma balança própria para pesagem do produto, diversas embalagens de mortilhas, 250 contos provenientes da comercialização do estupefaciente e uma viatura que as autoridades dizem ser utilizada no transporte de haxixe. O estupefaciente apreendido — afirma ainda a PJ — destinava-se exclusivamente a consumo nacional.

Contrabandista fugiu: oito burros e novecentos quilos de bacalhau

A Guarda Civil espanhola apreendeu ontem perto de Orense 900 quilos de bacalhau e oito burros, que quatro desconhecidos procuravam passar para Portugal. Os contrabandistas conseguiram fugir. O bacalhau e os animais apreendidos foram avaliados em cerca de 360 mil pesetas.

«Censos/81»: recenseador agredido em Santo André

Um agente recenseador foi agredido na freguesia de Santo André, no concelho de Poiares, quando procedia à recolha dos questionários do «Censos 81», segundo revelou ontem em Coimbra o delegado local do Instituto Nacional de Estatística. Américo Fouto disse que «o agressor foi já convocado pelo presidente da Câmara de Poiares e caso não compareça, será processado por «transgressão estatística».

Julgamento do Caso Ralis

Coronel Oliveira esqueceu “civis” da guerra colonial

O juiz-vogal do 1.º Tribunal Militar Territorial de Lisboa (1.º TMT), coronel Mário de Oliveira, mostrou-se ontem à tarde deveras incomodado com a presença de civis no interior e nas imediações do Ralis, na sequência dos acontecimentos do 11 de Março de 1975. E transmitiu essa preocupação ao capitão Dinis de Almeida, na qualidade de declarante no processo do Caso Ralis relacionado com a morte do marginal António Ramalho que lhe respondeu textualmente: «Se V. está assim tão preocupado eu posso trazer-lhe relatórios sobre a situação nesse aspecto, relativamente a outras unidades consideradas «inimigas» do processo revolucionário em curso. E pode V. ter a certeza de que iremos faltar-nos de vir.»

Tudo aconteceu quando Dinis de Almeida, a instâncias do juiz-auditor, Rui Gonçalves Pereira, se referiu à afluência de numerosos civis ao Ralis para observarem «in loco» os estragos registados na unidade, após os bombardeamentos das forças spinolistas no dia anterior. Para Dinis de Almeida, se a alguns desses civis apenas movia uma certa curiosidade ou a intenção militante de defenderem um baluarte das conquistas do 25 de Abril, para outros (e aqui poderemos integrar António Ramalho



Antes do início da sessão: o soldado Firmino com a mãe, o pai e um dos seus filhos Filipe Luís. Sessão iniciada: vencido pelo sono Filipe Luís cai inerte sobre a mesa, cedida pelo «pm» de plantão. Uma sequência, a exigir meditação, para o arquivo dos futuros historiadores dos tribunais militares

e a sua desaparecida companheira Maria da Conceição) a sua presença perseguiu intenções nitidamente provocatórias.

Sobre a posição do coronel Mário de Oliveira, militar que já várias vezes reivindicou em Tribunal a sua «patente» de operacional na guerra colonial, poder-se-ia recordar a presença em unidades de Angola, Guiné, e Moçambique de numerosos civis («pides», «flechas» sipaios e outros que tais), já não falando nos «civis» que pululavam em certas unidades, sobretudo no 25 de Novembro, entre ex-comandos, ex-polícias militares e quejan-

dos. Ou será que a memória do senhor coronel Mário de Oliveira está assim tão tolhida?

Soldados sangüinários

Outra questão colocada pelo coronel Mário de Oliveira a Dinis de Almeida prende-se com uma pergunta levantada pelo patrono do soldado Paulino. Seria que no Ralis existiam soldados violentos, agressivos ou sangüinários? Dinis de Almeida consideraria a pergunta de difícil resposta, dada a sua subjectividade. Mas pressionado por Mário de Oliveira,

ripostaria: «Mas o senhor coronel refere-se apenas a praças ou a oficiais? Se se refere a estes últimos poderia citar alguns nomes, tomando sobretudo como marco a guerra colonial.» Mário de Oliveira mostraria uma certa atrapalhada e optaria por concluir o seu interrogatório.

A sessão de ontem seria marcada por novo ataque epiléptico do réu Firmino, que, por isso mesmo, teve de ser transportado a um estabelecimento hospitalar. Apesar deste incidente o julgamento não foi, no entanto, suspenso.

Manuel Geraldo

Se os ventos o não desajudarem

Navegador solitário português poderá chegar a Lisboa em Maio

O navegador solitário português Carlos Lage (que nada tem a ver com o deputado do PS com o mesmo nome) chegou já ao Hemisfério Norte depois de ter contornado o continente africano, desde Maputo a Abidjan (Costa do Marfim). O jovem agente técnico partiu do Maputo em 14 de Maio do ano findo no seu veleiro «Aventura», como de resto o «DL» na oportunidade noticiou, e gostaria de atracar a Lisboa no mesmo mês deste ano. Os ventos predominantes têm-lhe sido desfavoráveis nesta última parte da viagem e poderão vir a retardar a sua entrada em águas portuguesas.

Daí que, embora tenha partido de São Tomé na direcção de Bis-

sau há cerca de um mês, foi forçado a escalar Abidjan por ter encontrado ventos contrários ao rumo que pretendia seguir. Em carta enviada de Abidjan, no dia 12, Carlos Lage anunciava a sua intenção de prosseguir para Bissau, onde deve chegar por estes dias.

Dez meses já leva de viagem o navegador solitário. Passou pouco mais de dois no mar, pois tem feito numerosas escalas, quer para fugir ao mau tempo, quer para reparar avarias e proceder a limpeza do casco. Em Walvis Bay, Carlos Lage sofreu um ataque de apendicite e foi operado, passando depois algumas semanas em convalescença, antes de poder voltar ao

mar.

«O barco tem-se portado magnificamente» — afirma o velejador noutra carta, essa enviada de São Tomé. O mau tempo que enfrentou na África do Sul foi substituído por ventos fracos e mar calmo a partir da costa angolana.

Descrevendo a travessia desde Luanda a São Tomé, Carlos Lage diz que o principal problema foi o do calor escaldante de que só à noite conseguia libertar-se. Actualmente o jovem navegador já percorreu mais de três quartas partes da distância entre Maputo e Lisboa. De Bissau pensa seguir para Cabo Verde e ali estudará qual o melhor trajecto para atingir Lisboa,

uma vez que o rumo directo para um barco à vela se torna impossível porque as correntes e os ventos são contrários.

A proeza de Carlos Lage é a primeira do género tentada por um navegador solitário português. Entrevistado durante a escala em Luanda, em Janeiro, o jovem disse ter iniciado a aventura «para quebrar a rotina» e porque gosta do mar desde criança. Nessa entrevista e nas cartas que tem enviado à família, o navegador realçou o carinho e apoio que tem recebido de entidades oficiais e de particulares, sobretudo dos portugueses residentes nos países onde faz escala.

SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DA CAMARA MUNICIPAL DE OEIRAS

CONCURSO PÚBLICO PARA FORNECIMENTO DE 2000 MANILHAS DE GRÉS DE 1.ª QUALIDADE DE 0 0,15 x 0,75 m.

Faz-se público que se encontra aberto concurso público pelo prazo de trinta dias, contados a partir do primeiro dia útil seguinte ao da publicação deste aviso no «Diário da República», para o fornecimento designado em epígrafe, nos termos do caderno de encargos e condições gerais do concurso que se encontram patentes na secretaria destes Serviços, todos os dias úteis durante as horas de expediente.

O depósito provisório é de 8750\$00.

A abertura das propostas realizar-se-á às 15 horas do primeiro dia útil que se seguir ao do termo do prazo fixado neste anúncio, na sede destes Serviços Municipalizados, perante a Comissão para esse fim nomeada.

SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE OEIRAS, 10 DE MARÇO DE 1981.

O PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
Alfredo Carreiro Melo de Carvalho



Caminhos de Ferro Portugueses Informação

AVISO AO PÚBLICO CONCURSO

Até às 17 horas do dia 8 de Abril de 1981, estes Caminhos de Ferro aceitam propostas para a instalação e exploração de um pavilhão-bar e esplanada na estação de Setúbal.

A anuidade mínima a oferecer pela ocupação da instalação é de 80 000 00 e os concorrentes devem depositar em qualquer estação da C.P. a quantia de 13 400\$00 e as respectivas propostas deverão ser feitas com base no programa do concurso e condições contratuais, que os interessados poderão consultar nas seguintes estações e locais:

- Setúbal
- Barreiro
- Serviço Comercial da Região Sul
- BARREIRO
- Serviço Comercial de Passageiros
- Estação de Santa Apolónia, 1.º andar
- LISBOA

As propostas deverão ser feitas em carta fechada dirigida ao Serviço Comercial de Passageiros dos Caminhos de Ferro Portugueses — E.P., Estação de Santa Apolónia, 1.º andar, 1196 LISBOA CODEX, acrescentando-se àquele endereço, no sobrescrito, o seguinte:

«Proposta para a instalação e exploração de uma pavilhão-bar e esplanada na estação de Setúbal.»

Comunicação Social

Previdência dos Jornalistas

Desbloqueada (até ver) questão médico-social

Os Serviços Médico-Sociais deram por desbloqueada a questão recentemente surgida com o esquema de Previdência dos Jornalistas.

Este foi, em suma, o principal resultado da reunião que a Direcção do Sindicato dos Jornalistas teve ontem à tarde com o presidente da Comissão Instaladora dos Serviços Médico-Sociais, Leal Lopes, e o chefe de gabinete do ministro dos Assuntos Sociais, Neves Ferreira, entre outros.

No decurso da reunião, a Direcção do SJ afirmou que considera indispensável que os reembolsos relativos à assistência médico-medicamentosa continuem a processar-se pelos modos actuais.

Sobre esta questão, os repre-

sentantes do Ministério e dos Serviços Médico-Sociais garantiram que o actual esquema de reembolso manter-se-á em vigor «até à conclusão das negociações em curso», com vista ao tipo de integração da Caixa dos Jornalistas no sistema geral de Previdência.

A Direcção do Sindicato propõe-se manter nessas negociações a posição ontem defendida de que «não aceitará que esta integração se faça em prejuízo dos direitos adquiridos pelos jornalistas».

Será este o sentido das propostas aliás, que irá apresentar aos Serviços Médico-Sociais na reunião que ficou marcada para o próximo dia 31.

Segundo o presidente da Comissão Instaladora dos Serviços

Médico-Sociais, os problemas recentemente surgidos com os pedidos de reembolso feitos pelos jornalistas deviam-se a um «erro de interpretação» de um despacho daquela Comissão.

Recorda-se ainda que o ministro dos Assuntos Sociais, Carlos Macedo, tinha garantido segunda-feira à ANOP que a integração da Caixa de Jornalistas no esquema geral da Previdência não significaria «um nivelamento por baixo».

Quanto à devolução que os Serviços Médico-Sociais estavam a efectuar dos pedidos de reembolso entregues pelos jornalistas, Carlos Macedo afirmou que só tomara conhecimento «dessas eventuais alterações através dos jornais».

Acrecentou o ministro dos As-

suntos Sociais que nesse mesmo dia tomou «as medidas necessárias» medidas que não «implicam qualquer alteração ao regime dos jornalistas».

Finalmente, Carlos Macedo desmentiu a existência de qualquer despacho normativo do anterior secretário de Estado da Saúde quanto à integração da Caixa de Previdência dos Jornalistas nos Serviços Médico-Sociais.

«A Capital» é rentável

A actualização e a diversificação das contas da empresa pública «Notícias/Capital» comprovaram que o vespertino «A Capital» é rentável — afirmou o presidente do Conselho de Gerência da EPNC, Macedo e Cunha durante a visita que uma delegação do Conselho de Im-

prensa efectuou, àquele jornal, a convite do secretário de Estado da Comunicação Social, Luís Fontoura.

Macedo e Cunha defendeu que o Estado deverá assumir os passivos acumulados da EPNC, dando finalmente cumprimento ao Decreto-Lei de 1976 que previa a consolidação dos passivos das empresas jornalísticas nacionalizadas. Não entrando em linha de conta com os encargos com os passivos, Macedo e Cunha acrescentou que as despesas da EPNC já foram cobertas em 1980 pelas receitas.

A delegação do CI, para além de outros membros, era integrada pelo presidente e vice-presidente daquele organismo, respectivamente juiz-desembargador Mendonça Torres e jornalista Velga Pereira.

Porto Santo tem uma «nova» escola

FUNCHAL, 25 — O presidente do Executivo madeirense procedeu, nos últimos dias, a várias inaugurações e visitas na ilha de Porto Santo.

Entre as várias inaugurações e visitas levadas a cabo por Alberto João Jardim conta-se a da «nova» escola preparatória, com capacidade para 600 alunos e presentemente frequentada por 200.

A «nova» escola, contudo, não tem água, nem luz, nem esgotos. Já se pergunta aqui se a chegada de cada um desses serviços implicará nova inauguração, mais publicidade.

Liceu de Vila Real

Uma lista identificada como independente venceu as eleições da Associação de Estudantes do Liceu Camilo Castelo Branco, de Vila Real, com 682 votos, 45 por cento dos sufrágios expressos.

Em segundo lugar, com 624 votos ficou a lista afectada à AD e em terceiro a lista PS, com 210 votos.

Participaram cerca de 80 por cento dos estudantes.

«Flashes»

● O Primeiro-Ministro Pinto Balsemão reuniu-se ao princípio da tarde na sua residência oficial de S. Bento com representantes da Imprensa Regional de todos os distritos do continente no decurso de um almoço-convívio. Amanhã, Balsemão almoça, acompanhado de outros membros do Governo, com os representantes dos órgãos de Comunicação Social de expansão nacional.

● Os critérios usados pela RTP para audição de membros do Governo vão ser objecto de análise de um grupo de trabalho criado pelo respectivo Conselho de Informação daquela

empresa pública. Entretanto, aquele CI resolveu recomendar a adopção de medidas técnicas que permitam a captação da RTP-2 em todo o continente.

● O Conselho de Redacção da Radiodifusão Portuguesa informou a Comissão Parlamentar de Comunicação Social sobre a «situação escandalosa» existente na RDP/1. A informação é de Arons de Carvalho, do PS. Aquele deputado acrescentou que os profissionais da RDP apontaram casos concretos de «manipulação de informação, discricionária de jornalistas com base em razões políticas e o modo discriminatório como as chefias executam o seu trabalho».

● A Associação de Eleitos Locais Republicanos e Socialistas lançou um boletim interno para análise dos problemas locais. Título: «Municipalismo Democrático». Semanal. Circulação entre os eleitores da FRS.

PAGUE EM 12 MESES

sem aumento de preço

SALORA

A CORES

CINESCÓPIO de 56 cm
a medida que os
exigentes preferem



SALORA

CORES NATURAIS · MAIS NITIDEZ
MAIOR REALIDADE · MELHOR IMAGEM

M. L. FERREIRA

RUA D. ESTEFÂNIA, 48 - A
AV. DA REPÚBLICA, 54 - B
1000 LISBOA

PUB

J. N. P. P.

JUNTA NACIONAL DOS PRODUTOS PECUÁRIOS

INTERVENÇÃO NO MERCADO DO BOVINO NOS DISTRITOS DE PORTALEGRE, ÉVORA, BEJA E FARO

1 — Foi a JNPP autorizada a fazer uma intervenção no mercado do bovino, nos distritos de Portalegre, Évora, Beja e Faro, com o objectivo de adquirir à produção animais para abate até ao limite de 15 000.

2 — Esta intervenção subordinar-se-á às normas seguintes.

2.1 — Inscrições

As inscrições serão feitas até ao dia 7 de Abril de 1981 (inclusiv)

2.2 — As inscrições serão efectuadas.

- a) Nas delegações da JNPP
- b) Nos Serviços Regionais de Agricultura
- c) Nas Associações de Produtores

2.3 — Só poderão inscrever animais os agricultores, que terão que fazer prova da sua qualidade de produtor confirmada pelas Direcções Regionais da Agricultura.

2.4 — Tipo de animais

A operação inclui novilhos, novilhas e bovinos adultos.

2.5 — Preços de intervenção

2.5.1 — Novilhos e Novilhas

1.ª categoria	195\$00
2.ª categoria	180\$00

BOVINOS ADULTOS

Bois de 1.ª categoria	180\$00
Vacas de 1.ª categoria	165\$00
Bois de 2.ª categoria	165\$00
Vacas de 2.ª categoria	155\$00
Bois e Vacas de 3.ª categoria	120\$00

Estes preços são por quilograma de carcaça desuzado o enxugo, descontada a taxa de seguro e incluem o pagamento do couro, miudezas e despojos.

2.5.2 — As categorias das carcaças são as definidas pelas normas de classificação em vigor na JNPP.

2.6 — É atribuído o subsídio de 3000\$00 por animal, que será pago no acto de pagamento dos animais.

2.7 — O transporte é efectuado por conta da JNPP a partir dos locais de concentração a indicar regionalmente.

NOTAS: Nos restantes distritos não mencionados anteriormente, mantem-se por enquanto a intervenção normal da JNPP.

Lisboa, 20 de Março de 1981

O PRESIDENTE DO CONSELHO DE DIRECÇÃO
a) Fernando Paisaça

o Diário de Lisboa VENDE-SE NO PORTO

nas tabacarias de Leça, Matosinhos, Foz, Avenida da Boavista, Carvalhos, Rotunda da Boa
Carvalhido, Praça Marquês de Pombal, Rua de Costa Cabral, Constituição, Praça da Repu-
Bonfime Antas e na Tabacaria do Bar-Restaurante do Aeroporto em Pedras Rubras

Recessão nos mercados externos

Quem encontra bebedor para todo o vinho do Porto?

«A solução do problema do vinho do Porto é encontrar quem o beba todo» — eis o que nos dizia um exportador de Vila Nova de Gaia, mais concretamente Silva Reis, o «patrão» da Real Companhia Velha, uma empresa desinterveccionada em 1978, no Governo de Mota Pinto. A mesma opinião seria corroborada por um elemento da Associação de Exportadores de Vinho do Porto.

A óptica é contudo diversa quando nos aproximamos do meio rural, se auscultamos as opiniões de quem está mais próximo da produção que continua a queixar-se da exploração a que é sujeita, com os lucros todos a entrarem nas contas bancárias de quem opera em Vila Nova de Gaia.

«Nós vendemos a 30 ou 40 contos a pipa e depois eles vendem o vinho a 100 contos» — confidenciava-nos alguém ligado aos problemas do Douro, ele próprio em fase de criar calos nas mãos, lidando directamente com as vinhas, com o vinho.

«No próximo ano, os produtores de Torre de Moncorvo já vão ensinar a um certo senhor lá de Gaia como são as coisas» — esta é uma tomada de posição de Manuel Almeida, o homem que tem andado na berlinda por se ter proposto transaccionar 50 mil pipas excedentárias da colheita do ano passado.

O juízo expandido reporta-se ao facto de os vinhos de Torre de Moncorvo se proporcionarem frequentemente ao engarrafamento de «vintagens», de valor superior, mesmo muito maior, aos dos vulgares vinhos. Só que a compra aos produtores será, segundo o autor do comentário, feita a preços que não correspondem ao real valor do produto. O lucro irá, pois, para a mão de um exportador, que se tem virado maioritariamente para esse tipo de mercado.

«Sim, a solução é encontrar quem o beba todo» — insistia Silva Reis em conversa que com ele mantivemos. «O dr. Marta que o beba todo ou que encontre quem o faça, é o melhor que ele pode fazer pelo vinho do Porto».

Foi uma conversa, esta com o «boss» da Real Com-

panhia Velha, em que o tema central foram as suas relações comerciais com o dr. Almeida Marta. Claro que do seu ponto de vista nada deve ao homem que por duas vezes lhe vendeu grandes partidas de vinho. Na última das ocasiões, em 1978, o dr. Marta ter-se-ia limitado a servir de intermediário na aquisição de cerca de 30 mil pipas que viariam das caves da Casa do Douro para os armazéns da Real Companhia.

«Agora temos que fazer um encontro de contas» — acrescentava Silva Reis. «Se ele tiver algo a receber pago-lhe imediatamente». Há aqui uma referência directa a meandros de negócios em que, por razões óbvias, não vamos enredar-nos.

Negócio vai mal? Gaia investe no Douro

Bebe-se menos vinho do Porto por essa Europa fora, num movimento que se alarga a todos os nossos compradores, seja qual for a sua posição no mapa. É a recessão que se verifica em todo o mundo ligado ao Ocidente, reflecte-se no consumo do «nosso embaixador» o que se passa quanto ao petróleo. Por outro lado, diz-nos um elemento da associação dos Exportadores de Vinho do Porto que um possível aumento de compras por parte dos países do Comecon (leia-se países socialistas) será lento, uma vez que se trata de economias planificadas.

Em resumo, o mundo dos armazenistas/exportadores de Gaia agita-se, afirma a sua certeza de que, este ano, a baixa nas exportações será maior que dois por cento, a diminuição do ano passado.

É aqui que entronca a afirmação acima citada, de que a solução para os problemas passa por encontrar bebedor. Ou seja, com um mercado interno sem grandes perspectivas quanto a um «boom» de crescimento, tudo indica que no próximo ano vamos vender menos ao estrangeiro, olhando para os nossos maiores mercados, sejam eles a Inglaterra ou a França.

No primeiro, como medida restritiva às importações do

nosso vinho fino, prepara-se uma taxa sobre as suas importações. O mesmo acontece em França, onde a taxa de consumo poderá ir aos dois francos. Ao mesmo tempo, por essa Europa fora, aumenta o desemprego, baixam as hipóteses de termos mais bebedores.

Este é o ponto de vista dos exportadores de Gaia, veiculando por exemplo através de um seu porta-voz. Mas os seus associados, pelo que ouvimos, não estão muito longe desta tomada de posição.

«A gente vai comprando o vinho aos produtores, à Casa do Douro, à medida que vamos tendo necessidade» — dizem-nos. «Não podemos é encher aqui os nossos armazéns sem hipóteses de venda, para ficarmos a pagar juros».

Então plantam mais vinhas?

A perspectiva quanto aos problemas que se põem é, contudo, bastante diferente na região produtora, até porque não é esquecida a sistemática exploração a que têm estado submetidos os produtores. O fenómeno era aliás bem patente em 1973, altura em que a intervenção no mercado, por parte do agora desaparecido dr. Marta, provocou a triplicação das cotações internas.

«Então se não há perspectivas de vender tanto vinho porque é que as companhias de Gaia estão elas próprias a proceder ao plantio de vinha? — eis os olhos abertos lá em cima, à entrada de Trás-os-Montes, mesmo ali à beira da Casa do Douro.

Ou seja, pelo que apurámos, é atentamente seguida a movimentação dos exportadores no seio da própria região e até já há quem fale em movimentações nos corredores ministeriais, aqui na capital, Lisboa. Assim, dentro de alguns anos, seria possível movimentação de benefícios que mudariam das mãos dos pequenos produtores para, a pouco e pouco, irem repousar nas mãos de quem já tanto ganha sem problemas de maior.

A propósito, não deixamos de registar o sorriso grande

que provocámos em alguém ligado aos problemas do vinho fino e do Douro, quando recordámos a «nota oficiosa», prestes e precipitada, do Ministério das Finanças e do Plano a propósito da anunciada compra de dois milhões de contos de vinho, por parte do dr. Marta (e afinal não era nada disso).

«Sim, o que terá andado por detrás dessa corrida ministerial?» — interrogava-se, rindo, essa nossa fonte.

«Então lá no ministério já não têm confiança nos seus colaboradores, nos homens dos bancos, aqueles que concedem crédito a quem a ele recorrem?» — esta uma pergunta sobre o mesmo tema, proveniente de um outro participante no imbróglio. Ironia, é evidente.

Esquecer ou insistir?

Curiosa se torna a posição da Associação dos Exportadores de Vinho do Porto, repetida no próprio dia em que a contactámos pelos seus directores: não falar sobre o «caso Marta», ou seja, deixá-lo apagar-se aos olhos da opinião pública e então sim, por conferência de imprensa ou outro meio, dizer o que entender.

Em contrapartida, o porta-voz da organização, dr. Godinho de Almeida, não interpôs obstáculos quando lhe propusemos que se falasse sobre as dificuldades que o vinho do Porto eventualmente encontra nos mercados externos.

Também aqui se polarizam as tomadas de posição, uma vez que os produtores e pessoas a eles ligadas, lá em pleno Douro, não têm dificuldade em falar da questão do vinho do Porto de 1980 e da necessidade de o vender. A decisão de o vender em conjunto merece, na generalidade, aprovação, seja por intermédio do dr. Almeida Marta, seja através da própria União das Adegas Cooperativas da Região Demarcada.

Mas, no alto das escarpas, lá onde se erguem vilas e aldeias, onde novos socacos se abrem, um homem ligado à Casa do Douro afirma-nos

e parece saber o porquê: «É preciso que nós, produtores, entremos nos mercados externos, saibamos as dificuldades que aí podem ser encontradas, conheçamos os preços. Depois poderemos actuar.»

E aí aflora o problema do aparecimento, pela terceira vez, de um homem que se propõe negociar cerca de dois milhões de contos de vinho: «Amadorismo dos corpos directivos das adegas, é o que é. Se fôssemos menos amadores e mais unidos estas coisas não aconteciam.»

«Assim, logo que apareceu um profissional, um homem metido no processo, todos acederam» — acrescenta.

Os problemas relacionados com a vitivinicultura do Douro não se ficam, porém, pelo que se passa no domínio do vinho do Porto. A batata quente é o vinho de mesa, o de pasto, com produções enormes e excedentes na proporção. E sem escoamento à vista. Temos aí o «alfinete» dos benefícios, ou seja de quem tem a concessão para produzir vinho generoso em vez do de pasto.

É que a diferença é substancial: 10 contos a pipa para o vinho de consumo corrente, enquanto o generoso ronda os 40 contos. «E há aí quem tenha terrenos contíguos, às vezes por partilhas, um com benefício e outro sem ele.»

O dr. Marta, por seu turno, já tinha tocado no problema, realçando que as aguardentes vinicas para o vinho do Porto são na sua maioria compradas de outras regiões do País, quando é sabido que grande parte do vinho do Douro vai para a caldeira.

«As aguardentes vinicas são 60 por cento mais baratas nos diversos países da Europa» — segundo o responsável da Associação de Exportadores.

É mais um elemento para a conjuntura complicada que se põe ao vinho do Porto. Questões que merecem debate público, como muitas outras, quando se abeira a CEE: salva-vidas, destroço ou barco afundado?

Rogério Vidigal

Na q

Ministro

na po

O ministro do Comércio britânico, John Biffen, entendeu, por bem, dar, ontem, uma «ajudinha» ao Governo Balsemão na batalha legal, que está a travar para a criação em Portugal da banca privada.

Esta «ajudinha» surgiu no decorrer de uma conferência de imprensa em que John Biffen anunciou estarem para abrir, brevemente, em Lisboa, escritórios do Barclays Bank. Ele comentou que tal decisão se articula nas movimentações tendentes a abrir o sector bancário à iniciativa privada.

«Este é um bom objectivo do Governo português — disse — e que demonstra que as preocupações dos Governos de Londres e Lisboa têm muitos pontos em comum».

Esta nitida intromissão na política portuguesa, para mais numa ocasião em que a lei de delimitação dos sectores está na Assembleia para discussão, foi considerada por observadores como despropositada e até melindrosa dado surgir durante uma visita oficial.

John Biffen estará hoje no Porto, na continuação da sua visita mas ontem avisou-se ainda, com Pinto Balsemão e com o ministro português do Comércio, Alfredo Vaz Pinto.

Vinho do I vendido en

O conselho regional agrário da Federação dos Vinicultores da Região do Douro (Casa do Douro) vai reunir-se em 4 de Abril para discutir os futuros estatutos — anunciou a ANOP a partir de Vila Real.

Além daquele documento, o conselho agrário analisará os problemas ligados à comercialização dos vinhos beneficiados (vinho do Porto) da campanha de 1980, que abriu um contencioso entre produtores e exportadores.

Entretanto, a União das Adegas Cooperativas da Região Demarcada do Douro reafirma «o interesse em comercializar com as firmas exportadoras» a produção de 1980, mas mantém também a resolução de vender «em comum o vinho generoso de todas as cooperativas associadas».

PRECISA-SE

2 jovens para trabalho de expedição c/carta de vespista;

5 jovens estudantes

para part-time diário

de 2 horas (13.30/15.30)

Resposta ao N.º 25301

AOS EMIGRANTES E PÚBLICO EM GERAL sensacionais descontos



ANIVERSÁRIO da MATUGULA

Mobilias Império, Séc. XVII, Luis XVI e Modernas, Estantes, Maples e Sofás-camas em todos os modelos em pele, Papel de parede, Alcatifas

NÃO DEIXE DE VER OS NOSSOS SOFÁS-CAMAS EM PELE TIPO FRANCÊS

*** CONDIÇÕES ESPECIAIS PARA EMIGRANTES**

SEDE: Praça Paiva Couceiro, 1-1100 Lisboa SALÃO DE EXPOSIÇÃO: Rua Neves Ferreira, 4-A

Telefone 846839

Telefone 824840

o Diário de Lisboa VENDE-SE NO PORTO

nas tabacarias de Leça, Matosinhos, Foz, Avenida da Boavista, Carvalhosa, Rotunda da Boavista, Carvalhido, Praça Marquês de Pombal, Rua de Costa Cabral, Constituição, Praça da República, Bonfim e Antas e na Tabacaria do Bar-Restaurante do Aeroporto em Pedras Rubras.

questão da banca privada do Comércio inglês intromete-se política portuguesa

Sobre este encontro, o ministro Vaz Pinto, em declarações à ANOP, afirmou terem sido discutidos os problemas da exportação de têxteis portugueses para a Grã-Bretanha e a entrada de Portugal na Comunidade Económica Europeia (CEE).

Vaz Pinto procurou sensibilizar o seu homólogo britânico para as dificuldades sentidas na indústria têxtil portuguesa, bem como para o facto de, caso Portugal ingresse em 1983 na CEE, existir a necessidade de estabelecer quotas de exportação para 1982.

Efectivamente, a partir do momento em que Portugal entrar na CEE deixa de ter sentido este problema das quotas. Mas enquanto lá se não entrar, o nosso país terá de se reger por um acordo que cobre os anos de 72 a 81, deixando portanto 82 de fora.

Vaz Pinto procurou sensibilizar o seu homólogo britânico para a possibilidade de Grã-Bretanha aumentar a quota de importação de têxteis portugueses, que neste momento representa apenas nove por cento das importações britânicas de têxteis não ultrapassando, nos chamados produtos sensíveis, mais de cinco por cento.

Neste encontro foi ainda debatida a possibilidade de investimentos britânicos em Portugal,

tendo o ministro português salientado como sectores possíveis os do turismo, mecânica, e electrónica, particularmente no ramo automóvel.

John Biffen levantou o problema de nove agricultores ingleses, com terras na actual zona de intervenção da Reforma Agrária, que foram expropriados e ainda não receberam qualquer indemnização.

Na conferência de Imprensa, John Biffen, quando interrogado até que ponto estava o Governo britânico preocupado com este caso dos nove agricultores, afirmou que não obstante ser um problema bem limitado, foi já alvo de discussão no Parlamento britânico.

No que respeita ao problema específico das exportações de têxteis portugueses para o seu país, Biffen disse que tal comércio tem de ser negociado, agora e após a entrada de Portugal na CEE, dado a indústria têxtil britânica estar numa situação de contracção a grande velocidade.

Preços subiram

1,5 em

Fevereiro

O índice de preços no consumidor registou em Fevereiro de 1981 um aumento de 1,5 por cento, relativamente a Janeiro informou hoje o Instituto Nacional de Estatística (INE).

O INE afirmou que o aumento relativo a Fevereiro de 1980 foi de 15 por cento.

A classe que mais contribuiu para o aumento de 1,5 por cento foi a da alimentação, e bebidas, com 1,4 por cento, imediatamente seguida pela de vestuário e calçado, com 1,3 por cento.

Investidores japoneses aliciados pelos baixos salários portugueses

Os baixos salários praticados em Portugal, relativamente aos demais países europeus, e as nossas ligações privilegiadas com importantes países africanos são as principais vantagens detectadas pela missão japonesa que ontem concluiu uma visita a Lisboa e que poderão vir a incentivar investimentos nipónicos na indústria e comércio portugueses.

Estas revelações foram feitas por Tomasaburo Sakon, chefe da numerosa comitiva de industriais, comerciantes, empresários e funcionários governamentais, que durante quatro dias contactou o Governo e os empresários privados. Falando numa conferência de Imprensa, com que culminou a visita, aquele funcionário superior do Ministérios japoneses do Comércio Internacional, destacou, também, como pontos aliciantes para os potenciais investidores a crescente estabilidade política e a participação portuguesa na NATO e na EFTA.

Esta missão de investimento composta por representantes de vários sectores industriais e financeiros do Japão considerou como desvantagens para o investimento em Portugal a actual legislação laboral e a política de controlo administrativo dos preços.

O elevado nível de inflação e a insuficiência das infra-estruturas também foram incluídas entre os factores que influenciam, negativamente, o investidor estrangeiro.

Sakon fez questão de sublinhar que os factores desfavoráveis não constituem obstáculo intransponível para os investidores japoneses. «A sua inexistência apenas melhorava a posição portuguesa para atrair os capitais e a tecnologia japonesa», disse.

O chefe da missão japonesa, adiantou que algumas empresas japonesas têm manifestado preocupação com o clima de investimento em Portugal por falta de informação correcta.

«A nossa impressão — disse — é que tais preocupações têm pouca razão de ser porque o risco do investimento estrangeiro em Portugal é agora muito menor.»

A próxima adesão de Portugal à CEE foi um factor sempre presente na conferência de Imprensa, considerando a missão japonesa que tal facto é importante para o investimento estrangeiro, por permitir uma maior penetração nos mercados europeus.

«No entanto — frisou Sakon — os investidores japoneses têm em vista, também, o mercado interno e a possibilidade de utilizar a experiência por-

tuguesa em África. Portugal, devido à sua situação geográfica e à sua História, é um parceiro «ideal» para os mercados africanos e europeus.»

A missão de investimento japonesa ficou particularmente impressionada com as condições de investimento existentes no sector turístico que considerou merecer um estudo aprofundado.

Sakon frisou que o objectivo desta missão era recolher informações e não avançar com projectos concretos de investimento, pelo que vai fazer um relatório para dar a conhecer aos círculos industriais japoneses.

A missão visitou o complexo de Sines, as instalações do porto de Lisboa, e várias empresas, tendo-se avistado com o Presidente da República, Ramalho Eanes, e com os ministros Basílio Horta e Vaz Pinto.

Portugal a perder

nas trocas comerciais

As relações comerciais luso-japonesas são altamente deficitárias para a «balança» portuguesa.

O défice português mais vultoso — excluindo o de 1980, ainda por apurar — registou-se em 1977 e totalizou 6400 milhões de escudos.

Os fornecimentos japoneses nesse ano totalizaram cerca de 7200 milhões de es-

cudos, enquanto as exportações portuguesas se quedavam em 723 milhões.

Os dois anos posteriores revelaram espectaculares subidas do valor das vendas de Portugal ao Japão, que ultrapassaram os mil milhões de escudos em 1978 e quase atingiam os 2000 milhões no ano seguinte.

Tal não obsteu, porém, a que o saldo negativo português em 1979 se aproximasse do que se verificara em 1977, somando 6286 milhões de escudos, já que aos 1912 milhões das exportações portuguesas se contrapuseram 8198 milhões dos fornecimentos japoneses.

Esses valores terão sido ultrapassados em 1980, como se constata pelos índices atingidos no primeiro semestre, durante o qual as exportações japonesas e portuguesas cresceram 67,3 e 59,9 por cento, respectivamente, em relação às do mesmo período do ano anterior.

Mais concretamente, os valores das vendas do Japão a Portugal somaram 6176 milhões de escudos, contra 1265 milhões dos fornecimentos portugueses, o que representa 2,7 e 1 por cento da importação e da exportação globais do comércio externo português nos primeiros seis meses do ano transacto.

Dez mil quilómetros de Norte a Sul

Vai arrancar a construção da auto-estrada transeuropeia

Parte de Gdansk, na Polónia, terá uma extensão de dez mil quilómetros e vai ligar o Mar Báltico à Turquia a auto-estrada transeuropeia cujo arranque está pronto a iniciar-se depois de aprovado o projecto por todas as dez nações nele envolvidas.

Esta gigantesca auto-estrada, também conhecida como «Tran-

seuropa Norte-Sul» facilitará extraordinariamente, o comércio entre a Europa de Leste e o Próximo Oriente além de assegurar as ligações sem problemas com a União Soviética.

O acordo foi obtido, recentemente, em Genebra, com a anuência dos dez países envolvidos: Áustria, Bulgária, Checoslováquia, Grécia, Hungria, Itália,

Polónia, Roménia, Turquia e Jugoslávia. O comércio de mercadorias e o trânsito de pessoas entre estes países conhecerão uma nova era quando a auto-estrada ficar concluída o que acontecerá, segundo o projecto, em 1990.

O calendário actual prevê a conclusão dos estudos técnicos

de «design» para o final do ano corrente. Com Gdansk como ponto de partida, a Transeuropa Norte-Sul terá diversas ramificações na Turquia (fronteiras do Iraque onde se estabelece a ligação com a auto-estrada da Ásia) Iraque e Síria. Um troço derivará para a Grécia, dando acesso a portos servidos por carreiras para o Egipto e o Norte de África.

Porto será em conjunto

Deste ano, a União das Adegas Cooperativas confirma a confiança no seu mandatário, Amílcar Donas Boto, e a possibilidade de Manuel Marta promover as vendas dos seus «stocks», para o que está devidamente credenciado.

FORTE DA CASA (ALVERCA)

MÓVEIS, MÁQUINAS,
E UTENSÍLIOS DE

RESTAURANTES, JOGOS
CAFÉ, CERVEJARIA **ORIK**

PRAÇA PRINCIPAL, LOTE 113
AMANHÃ, 5.ª-feira, às 15.30 horas

LEILÃO

Por motivo de cessação da actividade, venderemos pela maior oferta a boa montagem, constituída principalmente por: 2 balcões frigoríficos c/ tiragem de cerveja e águas c/ 5,50 e 2,50 m, gr. armário frigorífico inox, gr. fogão industrial inox J. Botica c/ 5 bocas e 2 fornos; outro semi-industrial c/ 4 bocas e 2 fornos; formilha de 3 bicos; balcão-vitrina frigorífica inox c/ 2 m. outro c/ câmara congeladora c/ 1 m. e outro ainda c/ 3 m. conservador. Balcão frigorífico BERKEL de 1,5 m. Gr. quantidade de estanteria em aço perfurado. Churrasqueira c/ motor. Gr. chaminé c/ motor. Balanças «Bizerba»; fritadeira, cortadora «Mediball». Registadoras, televisões, máq. café 2 grups automática CIMBALI, jogos de matraquilhos, vasilhame, dezenas de mesas e cadeiras c/ armação em ferro, lava-copos inox, utensílios de cozinha e grande pala metálica exterior c/ 15 m. de frente c/ guarda-ventos e reclamo «neon» dizendo café-restaurant, cervejaria e jogos ORIK.

EM EXPOSIÇÃO AMANHÃ, DAS 10 ÀS 13 H

SOC. DE LEILÕES
AV. DUQUE DE LOULÉ, Nº 1
TELE. P.F.C. (11 Linhas)
3177 3148 4101/4

AFRA-FILHOS, Lda

Sindicato dos Trabalhadores na Hotelaria, Turismo Restaurantes e Similares do Sul

A todos os trabalhadores
da Hotelaria

V ANIVERSÁRIO DA CONSTITUIÇÃO

COLÓQUIO NA SEDE DO SINDICATO
(Pátio do Salema, n.º 4-2.º)

Dia 27 — Sexta-feira — Às 15.30 horas

Estarão presentes deputados de Grupos Parlamentares que intervieram na Assembleia Constituinte

É na Constituição que estão consagrados e garantidos os direitos dos cidadãos e a defesa do regime democrático

COMPARECE E PARTICIPA!

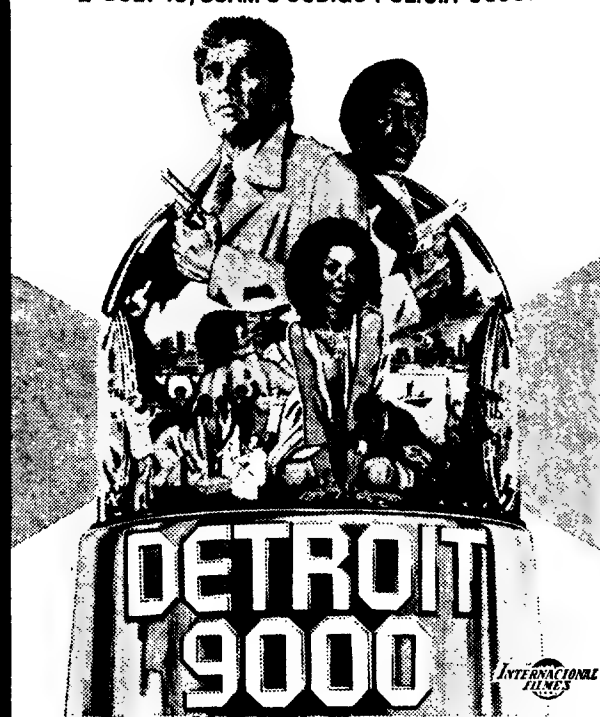
A Direcção.

POUPE COMBUSTÍVEL

Sempre que possível utilize os transportes públicos.

DIRECÇÃO-GERAL DE VIAÇÃO

APENAS OS AGENTES DE PUNHOS RÁPIDOS
E"COLT 45"; USAM O CÓDIGO-POLÍCIA 9000!



PANAVISION® VIOLENTOS PROFISSIONAIS

ALEX ROCCO • HARI RHODES • VONETTA MCGEE

UM FILME EMPOLGANTE
AMANHÃ ESTREIA

Interdito men. 13 anos realização ARTHUR MARKS

IMPÉRIO

Greves da Função Pública durante quatro dias

Os trabalhadores da Função Pública, que na noite de segunda-feira se manifestaram em S. Bento, vão fazer greves em todo o País, num total de 48 horas, durante a próxima semana. Estas paralisações visam pressionar o Governo no sentido de satisfazer as suas reivindicações.

No próximo dia 31, estarão em greve, durante todo o dia, os trabalhadores dos distritos de Lisboa, Santarém, Castelo Branco, Leiria, Coimbra, Viseu e Guarda, de todos os sectores da administração pública, com excepção dos da administração local e das administrações e juntas portuárias. No dia 1 de Abril paralisam, também durante todo o dia, os trabalhadores dos distritos de Setúbal, Évora, Portalegre, Beja e Faro e os das regiões autónomas da Madeira e dos Açores. A 2 estarão em greve, pelo mesmo período os de Aveiro, Porto,

Braga, Viana do Castelo, Vila Real e os da administração local e administrações e juntas portuárias. Estes últimos paralisarão de novo no dia 3, juntamente com todos os restantes, numa greve de âmbito nacional.

Paralelamente a estas greves, a comissão negociadora sindical da Frente Comum das 28 organizações sindicais da Função Pública vai promover o lançamento de outras acções para a próxima semana. Entre essas acções poderão figurar greves de zelo ou paralisações mais prolongadas em alguns serviços e sectores.

Os trabalhadores da Função Pública reivindicam nomeadamente, aumentos salariais de 22 por cento, a vigiar a partir de Janeiro, aumento das diuturnidades e do subsídio de refeição e a negociação dos regimes de vínculos e disciplinar.

Para a semana

Transporters do Porto podem voltar a paralisar

Prossegue hoje o segundo período de paralisação, de 48 horas, iniciado ontem pela totalidade dos trabalhadores do Serviço de Transportes Colectivos do Porto (STCP) e que visa pressionar a administração da empresa a aceitar aumentos de 26 por cento para a tabela salarial do ACT. O Conselho de Gerência do STCP, fiel às determinações do Governo, tem-se recusado a negociar aumentos superiores a 17 por cento. Entretanto, e na eventualidade de o impasse se manter, estão já marcadas novas paralisações para os dias 1, 2 e 3 de Abril.

O conselho de gerência, em lugar de tentar resolver o conflito, de graves repercussões em toda a vida económica e social do Porto, mantém-se intransigente na sua contraproposta, chegando mesmo a preconizar «a retirada de algumas regalias conquistadas há anos pelos trabalhadores em troca de outras sem significado», de acordo com declarações de dirigentes sindicais.

Durante tod o dia de ontem, realizaram-se plenários nas estações de Francos, Carreira, Areosa, Boavista e Massarelos, com o objectivo de dar a conhecer aos trabalhadores o ponto da situação.

Rodoviária Nacional

A meio da manhã, reuniram-se, entretanto, em plenário, as comissões de trabalhadores e delegados sindicais da Rodoviária Nacional, em Lisboa, para analisarem as medidas previstas na Resolução n.º 43-E/81, do Conselho de Ministros que, concretamente retira alguns serviços à RN, não directamente relacionados com o transporte de passageiros. Também para discutir esta situação, foi convocado um plenário das associações sindicais e intersindicais e comissões de trabalhadores das empresas de transportes da região de Lisboa, que se realizará no próximo dia 1 de Abril, às 19 horas, no Sindicato dos Rodoviários.

Greve do gás ainda por solucionar Nova reunião esta tarde

Mantém-se a greve dos trabalhadores da Petroquímica, em virtude de as partes em conflito não terem chegado a acordo durante a última reunião de negociações que decorreu no Ministério do Trabalho. O prolongamento desta paralisação significa que os consumidores deverão abster-se de consumir o gás da companhia, até que recebam instruções em, contrário por parte da EDP. O conselho de gerência desta empresa, que se manifestou «seriamente preocupado», sublinha mais uma vez o grave risco que representa para a população o não aca-

tamento desta recomendação.

Apesar da greve, os trabalhadores da Petroquímica garantirão o fornecimento de «todo o azoto que a EDP solicitar, no âmbito da manutenção das condições mínimas de segurança».

A excepção de alguns casos de desrespeito registados principalmente em restaurantes da Baixa, e que obrigaram ao corte do abastecimento, a população de um modo geral, e à semelhança do que sucedera na paralisação da semana passada, tem acatado as reco-

mendações para manterem as torneiras fechadas, inclusivamente as dos contadores.

Entretanto, está marcada para esta tarde uma nova reunião de negociações, que terá início às 16 horas.

Um representante das três Federações Sindicais envolvidas no processo reivindicativo (Químicos, Quadros e Escritórios) afirmou que «os 27,5 por cento são uma proposta negociada», mas que a Comissão Sindical não baixará este montante enquanto o Ministério da Indústria e o conselho de gerência não saírem dos 19 por cento».

Paralisação da EDP

Os trabalhadores da EDP, por seu turno, anunciaram uma paralisação de quatro horas para o próximo dia 7 de Abril. Em causa a revisão da tabela salarial, o enquadramento profissional e a retirada de regalias anteriormente consignadas no estatuto do pessoal. Contudo, esta greve não afectará os consumidores, já que os trabalhadores asseguram o fornecimento de energia eléctrica.

Metalúrgicos de Lisboa em luta pelo caderno reivindicativo

Promovido pelo Sindicato dos Metalúrgicos de Lisboa, decorre esta tarde, na Sociedade Guilherme Cossoul, à Avenida D. Carlos I, um encontro de órgãos representativos dos trabalhadores de 47 empresas do distrito de Lisboa, que se encontram em luta pelo caderno reivindicativo e contra a repressão patronal. Participam também na reunião representantes da União de Sindicatos de Lisboa, da Federação dos Metalúrgicos e da CCGTP/IN, bem como da CIL.

Escritórios do Porto

Está marcada para amanhã às 18 e 30, uma reunião dos associados do Sindicato dos Trabalhadores de Escritório do Distrito do Porto (STEDP) para análise da situação criada pelas ingerências na vida interna daquela organização sindical. Segundo a convocatória, subscrita pela comissão directiva de que fazem parte os corpos gerentes eleitos, para além do ponto da situação, relativamente «às escandalosas ingerências» a reunião destina-se a dar a conhecer

à classe as diligências que a comissão directiva está a desenvolver no sentido da «urgente reposição da legalidade no STEDP».

Calçado

Os representantes sindicais dos trabalhadores da indústria do calçado, Malas e Afins anunciaram para amanhã uma greve de 24 horas, destinada a obrigar as entidades patronais a negociar a contratação colectiva do sector. Os trabalhadores pretendem designadamente, a consagração de promoções de operários de 2.ª a 1.ª, definição de nova classificação profissional e aumentos salariais de 19,3 por cento.

Cimianto

Segundo o Sindicato da Cerâmica e Cimentos de Lisboa, a adesão à greve dos trabalhadores da Cimianto, foi de 89,1 por cento. Estes trabalhadores num total de 370, reivindicam aumentos salariais e garantia de transportes para os trabajado-

res dos turnos da noite. Esta prevista para amanhã nova greve, caso a entidade patronal não aceite entretanto negociar com os representantes dos trabalhadores.

Novobra

Prossegue até sexta-feira a série de paralisações diárias de três horas, iniciadas na segunda-feira pelos trabalhadores da Novobra e que contam com uma adesão de 100 por cento. Estas paralisações visam impedir que a administração da empresa despeça o encarregado geral, trabalhador com 22 anos de casa. Segundo uma fonte sindical, a administração invoca «justa causa», mas os trabalhadores acham que não há razões para tal procedimento.

Lacticínios dos Açores

Foi assinado em Angra do

Heroísmo um acordo colectivo de trabalho extensivo às 11 empresas de lacticínios da ilha de S. Jorge e que beneficia mais de uma centena de operários do sector. O novo ACT, em vigor a partir de 1 do corrente, estipula salários mensais que oscilam entre 10 e 12 mil escudos. A maioria dos trabalhadores do sector auferem presentemente cerca de 7.500\$00.

ANA - EP

Com uma adesão de 100 por cento, os trabalhadores de limpeza e do bar do aeroporto de Faro cumpriram uma greve de 24 horas, destinada a pressionar a administração da ANA-EP a aplicar o subsídio de turno, previsto no estatuto de pessoal e a conceder folgas complementares. Os trabalhadores, que exigem também o pagamento de retroactivos e a admissão de mais pessoal, afirmam que aquela regalia é de longa data, processando-se desde a abertura do aeroporto.

Trabalhadores manifestam-se em defesa do sector público

Largas centenas de trabalhadores das empresas públicas e nacionalizadas, concentrados a noite passada em frente à Assembleia da República, rejeitaram a proposta de lei do Orçamento Geral do Estado (OGE) do Governo AD para o corrente ano e reafirmaram a sua disposição de lutar em defesa do sector.

Numa resolução aprovada é denunciado «o carácter repressivo do Governo e das administrações, que substituem o diálogo e a negociação pela prepotência e pela aplicação de punições revanchistas».

O documento proclama a necessidade da entrada em funções dos gestores eleitos pelos trabalhadores nas empresas públicas, bem como o exercício do controlo de gestão.

Propõe também o aumento da verba prevista no Orçamento Geral do Estado para 1981 de 18 mil milhões de escudos «para

pelo menos 30 mil milhões, verba necessária à estabilidade e ao progresso das empresas nacionalizadas», e que o plano de investimentos para o sector empresarial do Estado inclua todos os projectos programados para o ano em curso, no valor de 110 mil milhões de escudos.

No decurso da concentração falaram Martins Rosado, em nome da União dos Sindicatos de Lisboa e Setúbal, e José Olaias de Assis, representante das Cintas Industriais das mesmas zonas.

A resolução aprovada garante que as nacionalizações serão defendidas e exige «o respeito e a manutenção dos direitos e regalias que os trabalhadores do sector conquistaram, a liberdade da negociação colectiva e a publicação dos textos negociados e acordados», tendo ainda sido rejeitada a imposição do tecto salarial.

Demitiu-se a direcção da Autocoope

A direcção da Cooperativa de Táxis (Autocoope) anunciou a sua demissão e declinou todas as anteriores responsabilidades perante as instituições credoras.

A decisão foi tomada em consequência daquilo a que os membros da direcção demissionária classificam como «golpada contra a assembleia geral», em reunião realizada no sábado. A direcção diz que os contes-

tatários «ameaçaram toda a assembleia geral e, em determinado momento, exigiram a demissão da mesa e imediatamente elegeram, ilegalmente, uma nova mesa, que acabou por dirigir os trabalhos».

«O comunicado acrescenta que a direcção» apresentou de imediato o pedido formal de demissão e abandonou a sala...

SESSÃO PÚBLICA

NÃO ÀS ARMAS NUCLEARES EM PORTUGAL

pav. dos desportos

Sexta-feira, 27-3-81 às 21,30 hs.

PRESIDÊNCIA:

Rui Grácio, Professor

ORADORES:

Vasco da Gama Fernandes
ex-Presidente da Ass. da República

Dieter Dellinger

Jornalista

Klaudís Barreto

Sindicalista

Abel Guimarães

Juventude Operária Católica

Silas Cerqueira

Conselho da Paz

POR PORTUGAL

PELA PAZ

PELA VIDA



Respondendo à intervenção do Exército no País Basco

ETA/M anunciou "grave atentado" para hoje

Toda a Polícia madrileña se encontra hoje em estado de alerta máximo receando um eventual atentado que poderá ser perpetrado pela ETA-Militar. Medidas de protecção especial foram tomadas junto de vários edifícios oficiais, nomeadamente o Ministério da Defesa, enquanto 250 polícias sob as ordens de um capitão da Polícia Nacional montam segurança à volta do Congresso dos Deputados. Todas as unidades da Polícia em Madrid foram informadas de que deveriam reforçar as medidas de segurança e verificar minuciosamente a identidade de qualquer pessoa suspeita. Aos oficiais do Exército foi recomendado que tomassem precauções nas suas deslocações e os membros da segurança de personalidades políticas foram também avisados.

Segundo fontes policiais a ETA-Militar poderia decidir atacar em Saragoça (300 quilómetros a norte de Madrid), onde foi detectado um comando da ETA-M. Os observadores consideram, contudo, que o alvo mais provável da ETA se encontra em Madrid.

MADRID, 25, (do nosso correspondente Fernando Jauregui.) — Mais de trinta pessoas

foram detidas no País Basco espanhol durante as últimas vinte e quatro horas. Todas elas pertencem à coligação política inde-

pendentista Herri Batasuna, considerada o «braço político» da organização terrorista ETA-Militar. Numerosas outras pessoas não puderam ser detidas porque não se encontravam nos seus domicílios.

Com estas detenções, começa uma luta efectiva contra o terrorismo no País Basco e é dada uma certa satisfação às exigências dos militares, que foram ontem convidados pelo rei Juan Carlos a passar à ofensiva contra os bandos armados (ou seja, fundamentalmente, contra a ETA). Paralelamente, estas medidas estão a criar uma grande tensão no País Basco e no resto do território espanhol,

que assiste, impressionado, aos primeiros confrontos verbais sérios entre as forças políticas básicas que se opõem e aquelas que defendem as medidas tomadas contra a Herri Batasuna.

Pelo seu lado, a ETA Militar anunciou a realização, para hoje, de um «grave atentado», o que provocou a entrada em estado de alerta de todas as forças policiais e das Forças Armadas. Recordar-se que um decreto-lei, ontem publicado, prevê a cooperação das Forças Armadas com a Polícia na repressão do terrorismo no País Basco. Segundo se pode inferir do texto do decreto, essa participação das Forças Armadas na luta antiterrorista poderá mesmo ser alargada a outros pontos do país.

Entretanto o rei, numa inusitada reunião com todos os altos comandos militares, que ontem teve lugar no palácio da Zarzuela, foi ainda mais explícito e convidou os militares a passarem da «paciente» atitude defensiva a ofensiva. Contudo, Juan Carlos, num discurso muito ponderado, pediu às Forças Armadas que «não se deixem arrastar para a ratoeira montada pelo terrorismo, que ataca as Forças Armadas com o objectivo de as fazer perder a calma e a serenidade». Juan Carlos reafirmou, por outro lado, que os militares devem manter-se afastados das actividades políticas. Existe uma grande tensão nos quartéis espanhóis e que as «mensagens militares» já chegam discretamente aos meios de informação. Um destes, muito influente, viu-se seriamente reprimido e submetido a fortes pressões devido à publicação recente de um artigo, assinado pelo seu director, criticando o comportamento da generalidade dos militares espanhóis durante os dois últimos séculos.

Os dez chefes de Estado e de Governo dos países da CEE reunidos na «cimeira» de Maastricht separaram-se ontem reafirmando todas as suas tomadas de posição anteriores sobre os grandes problemas mundiais e principalmente sobre a Polónia.

Após dois dias de debates, apenas conseguiram atenuar algumas das graves divergências que os opõem sobre a maior das políticas comunitárias, sem contudo terem conseguido resolver um único dos problemas em suspensão.

O chanceler alemão, Helmut Schmidt resumiu a impressão geral afirmando: «Ninguém ficou desiludido porque ninguém esperava nada deste conselho». A maior parte dos problemas dentro da CEE — pesca e preços agrícolas — foram reenviados para o Conselho de Ministros. Os ministros responsáveis da pesca irão empenhar-se, na próxima sexta-feira, em resolver o conflito que opõe a França e a Alemanha Federal à Grã-Bretanha. Por seu turno, os ministros da Agricultura foram convidados a reunir-se na próxima segunda-feira e a ficarem reunidos numa «maratona» até que consigam fixar os preços agrícolas, antes de 1 de Abril, data do começo da campanha.

Sobre o problema da siderurgia, outro cavalo de batalha do chanceler Schmidt nesta cimeira, os «Dez» reconheceram a necessidade de acabar progressivamente com as ajudas nacionais, defendendo a futura atitude da RFA das medidas efectivamente adoptadas pelos outros Estados membros nesse sentido.

Os «Dez» propuseram uma concertação com os Estados Unidos para reduzirem as taxas de juro, no quadro duma luta contínua nacional e comunitária contra a inflação e o desemprego.

Assim decidiram a realização próxima dum Conselho de Mi-

nistros da Economia, das Finanças e do Trabalho para tratar desses problemas.

No plano político, os «Dez» deram provas de unanimidade em todos os assuntos tratados.

A respeito da Polónia, os «Dez», informados durante a manhã das divergências do seio do «Solidariedade» e preocupados com a continuação das manobras do Pacto de Varsóvia, reafirmaram a sua posição de 2 de Dezembro e adverteam a URSS contra qualquer intervenção. Prestaram homenagem à Polónia «capaz de fazer face aos seus problemas internos por si própria num espírito de razão e de responsabilidade». Prometeram-lhe uma ajuda alimentar imediata «tendo em conta a situação actual», ao mesmo tempo que sublinhavam as «consequências extremamente graves» de qualquer ingerência estrangeira nos assuntos internos daquele país.

A propósito do Líbano e do Afeganistão, os «Dez» voltaram a manifestar a sua «preocupação».

Lamentaram a morte de três soldados nigerianos da FINUL (força da ONU) no Líbano e pronunciaram-se favoravelmente à retirada das tropas soviéticas do Afeganistão pelo «direito à autodeterminação» da população afetada e pelo «regresso desse país à sua posição tradicional de Estado independente, neutro e não-alinhado».

Por outro lado os «Dez» felicitaram «o rei, o Governo e o povo de Espanha» pela sua «reacção» durante o golpe falhado de Fevereiro, mas abstiveram-se de ver nessa «confirmação» democrática um motivo para acelerarem o calendário das negociações para a adesão da Espanha à CEE.

A próxima Cimeira da CEE, a vigésima, deverá reunir-se entre 29 e 30 de Junho. Entretanto, já se terão realizado eleições em França e na Holanda.

Polónia

Governo e Solidariedade tentam evitar greve geral

Stanislaw Kania, secretário-geral do Partido Operário Unificado da Polónia, afirmou ontem que as próximas greves convocadas pela central sindical independente «Solidariedade» constituem «um convite à auto-destruição».

O líder do «Solidariedade», Lech Wales, comentou: «Desta vez, temos uma perna sobre o precipício».

A central sindical convocou ontem uma greve de quatro horas para sexta-feira e uma pralisação geral para terça-feira, para protestar contra o espancamento de militantes seus em Bydgoszcz, a semana passada.

Estão previstas para hoje novas conversações entre os sindicalistas e funcionários governamentais, num derradeiro esforço para evitar a greve.

Enquanto isto, a televisão polaca anunciou ontem à noite a demissão de Edward Berger, um elemento do município de Bydgoszcz cujo afastamento era exigido pelo «Solidariedade» pelo papel que alegadamente desempenhou nos incidentes da semana passada.

Fontes próximas da central sindical viram a demissão de

Berger como um sinal de boa vontade do Governo de Varsóvia.

O «Solidariedade» aprovou uma lista de exigências a ser apresentada hoje por Wales e outros líderes ao vice-primeiro-ministro Mieczyslaw Rakowski, mas este já anunciou ter também exigências a fazer aos sindicatos, pelo que as negociações se antevêm difíceis.

«Desta vez, temos uma perna sobre o precipício» — considerou Wales numa conferência de imprensa dada no final da reunião de emergência de dois dias, em Bydgoszcz, da Comissão Coordenadora do «Solidariedade».

Mas Wales sublinhou acreditar na moderação e disse pretender uma solução negociada, e não «greves e confrontação».

O dirigente comunista polaco Stanislaw Kania, dirigindo-se a um congresso agrícola, considerou por seu lado, que a situação no país «é a mais perigosa desde a crise de Agosto».

«Como pode compreender-se uma convocatória de greve na presente situação (de crise)? — interrogou Kania, para acrescentar: «Só pode ser entendida

como um convite à autodestruição».

Entre as exigências a serem apresentadas quarta-feira pelos sindicatos incluem-se, além da demissão de vários responsáveis municipais de Bydgoszcz, o direito do «Solidariedade» responder aos ataques que lhe são feitos na imprensa e uma amnistia para os presos políticos e os acusados de crimes políticos nos últimos cinco anos.

As contra-exigências a apresentar pelo vice-primeiro-ministro Rakowski, de acordo com a televisão polaca, seriam a garantia de não realização de greves durante as conversações e uma série de medidas destinadas a aumentar a produtividade nas fábricas e nos campos.

Convocação do Parlamento

O Conselho de Estado polaco (presidência colegial da República) decidiu convocar para a próxima segunda-feira uma sessão da Dieta (Parlamento) segundo anunciou a televisão Polaca.

Esta decisão foi tomada ontem numa reunião em Varsóvia durante a qual o Conselho de Estado sublinhou a «gravidade da situação» da Polónia.

Alexandre Haig e Dobrynin avistaram-se em Washington

O secretário norte-americano de Estado, Alexander Haig, e o embaixador soviético em Washington, Anatoly Dobrynin, tiveram um encontro privado que este classificou como destinado a abrir o diálogo entre as duas superpotências.

Dobrynin prometeu no final do almoço de trabalho que o diálogo continuará.

Foi o primeiro encontro entre os dois homens desde que o presidente soviético Leonid Brejnev propôs, em 23 de Fevereiro, uma reunião com Ronald Reagan.

O embaixador soviético não mencionou se uma tal cimeira se realizará em breve, ideia rejeitada repetidamente pelos Estados Unidos.

O diplomata soviético declarou considerar que o encontro fora «muito útil e sério», acrescentando que tanto ele como Haig tinham concordado com a necessidade de o diálogo entre ambos prosseguir.

Dobrynin acrescentou não ter sido ainda marcada qualquer data para a continuação dos contactos diplomáticos entre Washington e Moscovo.

Por sua vez um conselheiro do ministro oeste-alemão dos Negócios Estrangeiros declarou numa entrevista que Washington deseja iniciar, ainda este ano, negociações com Moscovo a respeito da limitação dos mísseis nucleares euroestratégicos.

Moellmann, porta-voz para os Assuntos de Política Externa e de Segurança do Grupo Liberal (FDP) no Bundestag, indicou de regresso duma viagem aos Estados Unidos, que Walter Stoessel, subsecretário de Estado para os Assuntos Políticos, lhe tinha confirmado uma decisão do presidente Ronald Reagan nesse sentido. Essa decisão, sublinhou Moellmann, também é válida para as negociações sobre a limitação das armas estratégicas (SALT).

RFA vai ceder

O ministro federal-alemão da Defesa, Hans Apel asseverou aos Estados Unidos que o seu país vai aumentar as despesas militares, revelaram funcionários do Pentágono.

Hans Apel disse ao seu homólogo norte-americano Casper Weinberger que, possivelmente, o orçamento defensivo alemão será aumentado este ano três por cento em termos reais.

Weinberger manifestou-se muito satisfeito com as garantias dadas pelos alemães.

Um funcionário norte-americano que participou na reunião entre ambos os ministros da Defesa manifestara preocupação face a declarações recentes de Apel, quando este informou, num discurso recentemente pronunciado em Bonn, existirem «dificuldades enormes» susceptíveis de conduzir a uma redução dos gastos defensivos alemães de 16 a 18 por cento, em relação ao orçamento de 1984.

À semelhança de Hans Apel, o titular holandês da pasta da Defesa, Pieter Degeus, também de visita a Washington, declarou que o seu país dará a máxima prioridade ao orçamento para a Defesa, manifestando ainda a convicção de que a Holanda partilhara «uma boa fatia» dos encargos defensivos da NATO.

África Austral divide administração Reagan

O pedido do presidente Ronald Reagan, visando ajudar uma qualquer facção em Angola é uma «questão constitucional» que não implica necessariamente uma mudança imediata de política, sublinhou ontem à noite um alto funcionário do departamento de Estado, no Congresso americano.

Ao apresentar o seu pedido de créditos de ajuda ao estrangeiro, o presidente Reagan solicitou a retirada de uma disposição legislativa de 1976 que proíbe toda a ajuda americana a uma qualquer facção angolana, a não ser com um objectivo humanitário.

Foram exercidas fortes pressões sobre o Governo de Reagan para que ele ajude os guerrilheiros da UNITA em luta contra o Governo angolano. Lannon Walker, secretário de Estado adjunto para os assuntos africanos da Câmara dos Representantes, declarou que o pedido não «tinha consequências imediatas» sobre a política estrangeira dos Estados Unidos.

Walker indicou que o Governo considerava que a sua liberdade de acção não devia ser limitada pela proibição de 1976, uma posição que é, aliás, idêntica ao do predecessor de Reagan, o antigo presidente Carter.

Os encontros sem identidade

A senhora Jeane Kirkpatrick, embaixadora dos Estados Unidos na ONU, não conhecia a identidade «exacta» dos responsáveis sul-africanos com quem

se encontrou no passado dia 15 de Março num almoço, declarou James Brady, porta-voz da Casa Branca.

Um destes visitantes, recorda-se, veio-se a saber que era o chefe dos serviços de informação do exército sul-africano, Van Der Westhuizen.

O encontro em Nova Iorque entre Jeane Kirkpatrick e os sul-africanos tinha sido preparado por uma terceira pessoa, precisou Brady, e ela «não sabia, nessa ocasião, que eles eram militares».

Os responsáveis sul-africanos tinham obtido vistos de entrada nos Estados Unidos sem precisar que eram membros do exército, esclarecera antes o Departamento de Estado. Os Estados Unidos adoptam a política de não dar vistos a altos responsáveis militares deste país (a África do Sul, portanto).

O grupo africano na ONU

O grupo africano na ONU exprimiu a sua «profunda preocupação ante o apoio declarado dado ao regime racista sul-africano pela nova administração

americana». Foi lido à imprensa um comunicado pelo presidente do grupo, avisando Washington de que «os encorajamentos e apoios ao regime racista de Pretória não podem servir a causa da paz e da estabilidade em África nem conduzir a boas relações com os cinquenta estados deste continente».

Entre os motivos de inquietação, o comunicado refere «as conversações em curso entre o grupo ilegal da chamada Aliança Democrática da Turnhalle da Namíbia e personalidades oficiais americanas, a visita projectada aos Estados Unidos do renegado Jonas Savimbi, presidente da facção da UNITA (Angola) e as notícias acerca dum convite ao primeiro-ministro racista da África do Sul, P.W. Botha, para visitar os Estados Unidos».

O grupo acrescenta a estes motivos as conversações em Washington entre responsáveis militares sul-africanos com altas personalidades americanas, designadamente Jeane Kirkpatrick, representante dos Estados Unidos na ONU.

Como foi dito antes, a senhora Kirkpatrick desconhecia as patentes e as divisões.

Noticiário em colaboração com as agências ANOP, France Presse, Inter Press Service, Novosti, Prensa Latina

A suspensão das relações entre a Colômbia e Cuba

O Governo colombiano pediu à Suíça que defenda os seus interesses junto de Cuba. Este pedido segue-se à decisão tomada no passado dia 23 por Bogotá de suspender as suas relações diplomáticas com Havana, alegando que Cuba treina guerrilheiros do M-19 no seu território e lhes fornece armas. Em consequência da situação assim criada, os diplomatas cubanos em Bogotá e colombianos em Havana regressarão aos seus países. O Governo de Cuba apressou-se a desmentir tais acusações e, numa longa nota do seu Ministério dos Negócios Estrangeiros esclareceu o caso de guerrilheiros do M-19 desembarcados perto do Equador, caso que serviu à Colômbia de pretexto para esta atitude.

Na Colômbia os movimentos de oposição insurgem-se contra a atitude do Governo. Em Havana, liga-se esta atitude do Governo colombiano à política da Administração Reagan, que tem multiplicado as suas acusações contra Cuba, dizendo-a «exportadora da sua revolução» e que tem ameaçado expulsação a pátria de Fidel com uma intervenção.

Na declaração oficial que Havana produziu a este propósito recorda-se que o movimento de guerrilha existe na Colômbia há muitos anos, antes mesmo do triunfo da revolução cubana.

Num artigo de Victorino M. Copa, distribuído pela agência Prensa Latina, recordam-se as declarações da embaixadora colombiana, Clara Nieto Ponce de Leon, proferidas em Fevereiro do ano passado quando essa diplomata representava Colômbia em Havana.

Segundo então afirmou, existe

«uma campanha orquestrada para deteriorar as relações de vários países latino-americanos com Cuba». A embaixadora discordou publicamente da política do Ministério dos NE do seu país, lembrando que «congelar as relações com Cuba é uma autêntica cegueira» e acrescentando: «A experiência do passado assim o demonstra» (neste ponto referia-se à década de 60, durante a qual todos os países do hemisfério, à excepção do México e do Canadá, romperam as suas relações com Cuba, seguindo as ordens dos EUA).

No princípio deste mês, Clara Ponce de Leon afirmou que as acusações de que Cuba apoia as pretensões da Nicarágua sobre a ilha de Santo André — que a Colômbia considera ser território seu — não tinham qualquer fundamento. Esta declaração causou viva irritação em Bogotá, e Clara Ponce de Leon, a partir daí, recusou qualquer cargo na embaixada do seu país.

Para Clara Ponce de Leon, é evidente que «existem na Colômbia círculos políticos que procuram deteriorar as relações com Cuba».

Compreendendo claramente onde vem mais este atentado contra o seu país o Ministério cubano dos Negócios Estrangeiros, na sua nota de protesto contra a atitude colombiana, escreve a concluir: «De nada valem as atitudes das oligarquias e dos governos fascistas, tirânicos e reaccionários que subsistem ainda neste continente. Os povos da nossa América estão solidários com Cuba e alguns governos dignos não se deixam arrastar pelos planos criminosos do imperialismo.»

A guerrilha salvadorenha continuará a combater a Junta apoiada pelos Estados Unidos até Washington suspender o «auxílio militar ao país» e dele retirar os seus «conselheiros militares» — declarou o líder comunista salvadorenho Chafik Handal.

«A continuação da guerra civil é da responsabilidade dos Estados Unidos» afirmou o secretário-geral do Partido Comunista Salvadorenho.

«Temos repetidamente afirmado a nossa total disposição de negociar para resolver a crise, mas só depois de Washington retirar os seus técnicos militares do país e suspender todo o apoio militar aos dirigentes da Junta criminosa» — acrescentou.

Handal fez estas declarações em Beirute, durante uma conferência de imprensa patrocinada pela Frente Democrática para a Libertação da Palestina, que convidou o secretário-geral do

PC salvadorenho à capital do Líbano.

Handal acusou os Estados Unidos de estarem por detrás do fluxo de armas enviadas de Israel para a Junta, desde 1973.

A intervenção dos Estados Unidos em El Salvador é «um prelúdio para a dominação norte-americana da América Central e das Caraíbas», afirmou Handal.

«Continuaremos a lutar contra essa estratégia». Handal negou que a União Soviética e outros países socialistas estivessem a fornecer armas aos guerrilheiros.

Afirmou que é a própria oposição que compra as armas «no mercado internacional e mesmo nos Estados Unidos». O presidente Ronald Reagan tem «tentado sistematicamente obter apoio junto dos seus aliados para a intervenção em El Salvador, mas eles têm-lhe virado as costas» — disse Handal.

E acrescentou: «Até os seus amigos da NATO discordam das atrocidades cometidas pela administração dos EUA na América Central.»

Handal considerou que a política de Reagan nesta parte do Mundo se destina a «intensificar a tensão mundial, regressar à guerra fria e desvanecer quaisquer hipóteses de prosseguir as negociações SALT II».

O Partido Comunista de El Salvador faz parte — recorda-se — da Frente Democrática Revolucionária.

«Esquadrão da Morte»

Vinte e nove cadáveres de jovens salvadorenos foram reconhecidos na terça-feira pelas autoridades em exercício. Segundo parentes dos assassinados, eles haviam sido levados na véspera de suas residências, e sobre a maioria dos corpos, lia-se «Esquadrão da Morte», nome de uma organização militar da extrema-direita.

A Frente de Libertação Nacional Farabundo Martí cumpriu, entretanto, uma trégua de vinte e quatro horas, em memória do antigo arcebispo de San Salvador, Óscar Arnulfo Romero, assassinado há um ano pelos fascistas.

Manifestações na RFA

A Polícia alemã federal prendeu dezenas de pessoas que participavam numa manifestação de protesto contra a política norte-americana de auxílio à Junta Militar salvadorenha.

As manifestações, sobretudo a efectuada junto da Embaixada dos Estados Unidos em Bona, foi reprimida duramente pela Polícia.

Os manifestantes transportavam um cartaz onde se lia: «Assassinados, detidos, torturados, nove mil salvadorenos.»

A Polícia revelou que os manifestantes desenharam figuras humanas no chão da estrada e depois deitaram-lhe tinta cor de sangue por cima, numa referência simbólica aos salvadorenos mortos.

Esta manifestação foi considerada ilegal pelas autoridades.

Em Hanover, cerca de cem jovens ocuparam, durante quatro horas, o Centro Cultural Americano, a fim de protestar contra o apoio dos Estados Unidos ao regime de El Salvador.

Mas o «auxílio» continua

O Congresso americano aprovou definitivamente a concessão a El Salvador de um auxílio militar no montante de 5 milhões de dólares, como suplemento que, julgam, permitirá ao regime de Napoleon Duarte comprar armas e equipamentos a fim de resistir à insurreição de esquerda de que Cuba seria, segundo Washington, a instigadora.

O Governo Reagan tinha anunciado em 2 de Março que concedia um «auxílio» militar suplementar de 25 milhões de dólares a El Salvador e que ia enviar mais vinte conselheiros militares. O Congresso aprovou, por enquanto, cinco destes vinte e cinco milhões que houve que ir buscar a outras rubricas do orçamento.

Embora esta quantia seja modesta, a votação parece manifestar o apoio dos parlamentares americanos à política do Governo Reagan para a América Central.

Ex-ministro socialista mandado embora do Chile

O Governo chileno expulsou o antigo ministro socialista Gerardo Espinoza Carrillo.

Carrillo foi ministro do Interior no Governo de Allende, derrubado a 11 de Setembro de 1973 pelo golpe militar fascista de Pinochet.

O ministro tinha reaparecido em público há duas semanas, por ocasião de uma homenagem à memória do ex-vice-presidente Jose Toha, falecido em 1974.

O discurso que pronunciou

então no cemitério central de Santiago, foi considerado, pelas autoridades fascistas como um pretexto para «fazer proselitismo político, propagandear doutrinas totalitárias e injuriar o Governo», isto segundo um comunicado oficial.

O antigo ministro tinha sido detido na passada segunda-feira. O comunicado oficial não indica para que país as autoridades governamentais chilenas o vão expulsar.

GRANDE LIQUIDAÇÃO

SÓ 20 DIAS



PARA OBRAS

**TUDO AO DESBARATO
SÓ
NOS TRÊS ANDARES
DA LOJA DE ALMADA**

Av. 25 de Abril · 45 · Almada



**Passe o 1.º de Maio na
República Democrática Alemã
Associação Portugal-RDA**

Excursão especial — 24/4 a 2/5

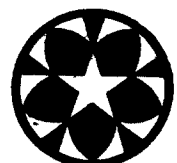
Visite Berlim, Dresden, Leipzig, Buchenwald e Potsdam

Nos melhores hotéis!

Preço: 29 550\$00 — tudo incluído!

Inscreva-se já na

Pr. José Fontana, 17-4.º — Lisboa
Telef.: 539821/2 — das 15 h às 19.30 h.



EM COLABORAÇÃO COM A AGÊNCIA

abreu

Desporto

Sócios do Quimigal aceitaram o desafio:

Conciliar as modalidades com o futebol profissional

No Grupo Desportivo do Quimigal toma, hoje à noite, posse uma nova gerência, saída de um acto eleitoral em que pela primeira vez, na história da colectividade, es- sercialmente operária, se a- representaram duas listas às urnas.

Um clube com uma movi- mentação de atletas profis- sionais e amadores que está a meio caminho entre os «gran- des» e os pequenos grupos desportivos, e onde até agora as estruturas desportivas têm inequivocamente sido postas ao serviço do maior número de praticantes, naquilo que se pode chamar sem correr o risco de cair só no chavão de desporto de massas, a ques- tão futebol está no centro do aparecimento de uma lista que se chamava a si própria de «opção».

Com um orçamento rela- tivamente pequeno (cerca de 12 mil contos por ano) para o seu movimento desportivo e ainda muito mais irrisório se se atender aos sonhos e pro- jectos que aguardam a sua vez de entrar as direcções que têm estado à frente do Quimigal tiveram sempre a lucidez e a determinação ne- cessárias para não empenhar o clube ao futebol profissio- nal, que ainda assim absorve metade da verba referida atrás. Tal política, ao que jul- gamos saber, não tem jul- gas de si qualquer má vontade contra o futebol, e seria mesmo irrisório admitir essa hipótese. Pensamos que a um Grupo Desportivo como o Quimigal não se põem muitas opções: ou empatar tudo no futebol profissional, abando- nando ou reduzindo à sua ex- pressão mais simples as mo- dalidades amadoras, ou optar por manter as estruturas de futebol possíveis, privile- giando o resto. Trata-se afinal de fazer uma opção de fundo, sempre discutível, mas meri-

tória por se tratar disso mesmo.

Para o Quimigal e para os seus responsáveis são já mais que exemplares os muitos casos de clubes que apostaram tudo no futebol profissional, não dispondo de estruturas bem alicerçadas no terreno, e hoje estão vota- dos ao esquecimento, aca- bando por não satisfazer nem as pretensões dos seus só- cios adeptos de futebol nem os mais interessados nas modalidades amadoras.

Do que conhecemos do Quimigal, e da direcção agora eleita, não há qualquer inten- ção de deixar cair o futebol, e isso é importante que se diga. Muitos dos directores do Quimigal são mesmo tão adeptos do futebol como o mais acérrimo sócio, ansioso de ver a euipa na 1.ª Divisão. Daí, estar nos planos da nova gestão do clube, o lança- mento de estruturas que não colidindo desastrosamente com as outras modalidades permitam a curto prazo, o res- surgimento do futebol lan- çando-se a vãos mais altos. Isso passa, por exemplo, pela dinamização do futebol nos seus aspectos formativos: por um trabalho de base entre os escalões de juvenis e junio- res.

A queda progressiva do futebol profissional no Quimi- gal, não pode ser escondida, devendo ser estudadas as suas origens profundas e aplicar as medidas capazes de não repetir erros. Só de- pois dessa análise, feita em grande parte pelos homens que têm dedicado muito do seu tempo ao clube, se pode «agitar» a questão futebol. Que é desejo de muitos só- cios ver o clube na 1.ª Divisão não é novidade para ninguém (neste como em tantos outros clubes). É preciso é encon- trar, de colaboração viva com esses associados, as solu-

ções mais adequadas, pon- do-as em prática colectiva- mente. Não chega agitar, propagandisticamente, a ne- cessidade de elevar o clube à 1.ª Divisão, o que em última instância só leva a dividir a massa associativa e a atrasar as soluções.

Por tudo isto, o acto eleito- ral de que acaba de sair o Quimigal parece-nos exem- plar na vida de um grupo des- portivo onde só se consegue chegar a algum lado tendo a determinação, aliada ao co- nhecimento das realidades objectivas, que permita traçar opções de fundo. No Quimi- gal, o futebol é tema quente e continuará a ser. Com a vitória da lista «A» não parece ter sido o futebol que perdeu ou ganhou em favor das modali- dades amadoras que movi- mentam «só» cerca de quatro mil pessoas.

Venceu, sim e incontestá- velmente uma opção clara pelo desporto de massas, mas também o futebol profis- sional, se for encontrada para a modalidade, como faz parte dos planos da actual direcção a forma de lhe dar uma estru- tura capaz de mandar o clube para a Divisão mais alta não apenas por uma ou duas épocas mas com um carácter mais definitivo, só possível partin- do-se de estruturas sólidas. Nessa «batalha», podem e devem juntar-se todos os só- cios e, muito principalmente, os que votaram na lista der- rotada, tendo presente que um clube deve ser a cima de tudo um espaço de convivên- cia colectiva.

Numa das assembleias de voto mais concorridas da história do clube, a lista «A», vencedora, reuniu 586 votos contra 501 da «B». Os corpos Gerentes que tomam logo à noite posse ficam agora as- sim constituídos:

Assembleia Geral: Fer- nando Ribeiro Lince, Vítor

Mota, Armando Santos, José Rapaz, José Bacalhau, Al- berto Martins. Conselho Fis- cal: Eduardo Conceição Guerreirinho, Belmiro Oli- veira, Rui Petinha, Ricardino Martins, Eduardo Ferreira Guerreirinho. Direcção:

Francisco Vargas de Sousa, José da Silva, Vítor Deus, Jorge da Conceição Luís, An- tónio Guerreiro, António Pe- nas, Joaquim Serrano, An- tónio Seco, Maria Gil, Manuel Seco, António Correia, Hé- lder Tavares, Carlos Ferreira, Fernando Correia, António André, Augusto Ramalho, Francisco Espírito Santo, Vítor Nunes, Ilídio Matias, An- tónio Pires, António Figuei- redo.

Quando ao Conselho Geral do Clube (a que concorreu apenas uma lista) fica assim constituído: Eduardo Alfredo Harrington Sena (presidente) Ávaro Monteiro, Aníbal Costa, António Alves da Costa, António Pacheco, An- tónio Assunção, António Cardoso da Silva, António Plácido Rita, António Coen- tro, António Mestre, Carlos de Jesus, Clementina Parada, Domingos Isidoro, Eduardo Ribeiro, Etelvino Rocha, Fer- nando Nascimento, Fer- nando Ribeiro Lince, Fran- cisco Hall, Francisco Mar- ques, Gestúlio Rodrigues, Gil Ladislau, Gregório Palma, Hélder Ferreira, Hermes Marques, Ilídio Matias, João Júnior, João Guerreiro, Jo- aquim Galhoz, José Apolô- nia, José Picoito, José Ca- mões, José Santos, José Fernandes, José Ferreira Coelho, José Silva, José Contreiras, José Reis, Leonel Azevedo, Leopoldo Vilarinho, Lourenço Abade, Luís Carva- lho, Manuel Gomes, Manuel Melo, Odílio Castanha, Ra- miro Santos.

Eduardo Miragala

Quarta-feira «Mundial»

E se a Escócia derrotasse a Irlanda?

Portugal seguirá hoje atenta- mente o jogo de Hampden Park, Glasgow, onde se defrontam Es- cécia e Irlanda do Norte, os seus mais difíceis adversários da fase preliminar do campeonato mun- dial de futebol. O dia de hoje, aliás, será em cheio no calendá- rio internacional, pois realizam- se também, os encontros Bélgica-Eire e Holanda-França, do grupo dois, e Turquia - País de Gales, do grupo três.

Em Glasgow, com a presença de Juca, seleccionador portu- guês, a Escécia pode clarificar o seu apuramento (e o de Portu- gal) se impuser a segunda der- rota em quatro jogos aos irlande- ses.

Jock Stein, técnico escocês, defronta-se com as importantes ausências de Kenny Dalglish e Graeme Souness, ambos do Li- verpool, devido a lesões, mas vai dispor de dois magníficos golea- dores, Steve Archibald (Totte- nham) e Andy Gray (Aston Villa).

A grande dúvida do técnico ir- landês Billy Bingham refere-se ao lugar de guarda-redes, para o qual dispõe de dois excelentes jogadores, Jim Platt e Pat Jen- nings.

A Irlanda do Norte, vencedora do último torneio britânico, joga uma cartada importante em que necessita pontuar, apesar das ausências forçadas de alguns ti- tulares, como Tommy Cassidy, Noel Brotherton, Martin O' Neill e, possivelmente, Sammy Mcil- roy.

Em relação aos jogos anterio- res, a Escécia, que, tal como Portu- gal, soma cinco pontos em três jogos, apresenta algumas alte- rações de fundo, sobretudo no meio-campo onde vão jogar Alex Mcleish (Aberdeen) e John Wark (Ipswich). Em Ancara, o País de Gales vai tentar a quarta vitória consecutiva, que o deixaria em situação privilegiada para o apu- ramento. O seleccionador de Gales, Mike England, viu-se pri- vado do extremo-esquerdo, Mic- key Thomas (manchester Uni- ted), mas não tem quaisquer ou- tros problemas. A Turquia é a última classificada do grupo três, com três derrotas e 1-9 em go- los.

Vice-campeão dos dois últi- mos campeonatos (1974 e 1978), a Holanda joga em Roter- dão as últimas chances de ainda poder qualificar-se para Espa- nha, frente à forte selecção fran- cesa que venceu os dois jogos (9-0 em golos) anteriormente disputados.

Gorada a hipótese de regresso da vedeta Johan Cruyff, a antiga «laranja mecânica» sofre, sobre- tudo, de um problema de falta de confiança, pois apenas obteve duas vitórias nos últimos onze jogos.

Os holandeses vêem a partida como um caso de vida ou morte e o guarda-redes Piet Schrijvers já anunciou que no caso de der- rota, renunciará à selecção.

Juvenis e juniores portugueses: hoje tudo ou nada frente à França

Poucas horas antes do en- contro Holanda-França a dispu- tar hoje em Roterão, os juvenis e juniores franceses defrontarão em Creil (Oise) os seus homólo- gos portugueses em partidas decisivas no que respeita à qua- lificação para a fase final das respectivas competições.

Uma vitória, ou mesmo um empate bastarão aos pupilos de Georges Boulogne para assegu- raram a presença na Alemanha Federal, integrados no Grupo C (Dinamarca, Itália, Bulgária ou Jugoslávia). Esta fase da Taça UEFA de juniores decorrerá de 25 de Maio a 3 de Junho.

Os franceses ganharam o en- contro da 1.ª mão em Lisboa (1-0) graças a uma grande pena- lidade transformada por Michel Der Zakarian.



Juca à espreita do Escécia-Irlanda

A tarefa dos juvenis é mais delicada. Operando num grupo de três (França, Espanha e Portu- gal) em que todas as equipas contam neste momento 2 pon- tos, só reforçarão as possibili- dades de passarem à primeira fase final da Taça da UEFA de 1982 se anularem o desaire sofrido em 25 de Fevereiro frente aos portu- gueses que saíram vencedores por 1-0.

As quatro equipas deverão alinhar: JUVENIS (15.15) França: Lauricella; Guerri, Mar- tin, Degrave, Gely, Molard, Fer- nier, Fournier, Pimond, Oudjani, Thomas.

PORTUGAL: Tó-Zé; Loureiro, Artur Evaristo, Faria Marques, Morato, Santos, Avelino, Costa, Joaquim Alberto, Futre.

Árbitro: Miguel Perez (Espa- nha).

JUNIORES (17.00) França: Ceccarelli; Pean, Der Zakarian, Lucas, Piniaski, Goudet, Blanc, Furic, Bravo, Paganelli, Ferreri.

PORTUGAL: Carlos Ferreira; Sousa, Leonardo, Venâncio, Carlos Pereira, Durão, Carlos Manuel, Marlon, Toni, Padinha, Carlos Ferreira.

Árbitro: Casarin (Itália).

Marítimo enfrenta suecos do Elsborg

A equipa de futebol do Marí- timo defronta sábado à tarde, no Estádio dos Barreiros, a turma sueca do Elsborg em jogo de carácter particular.

O Elsborg, foi o 4.º classificado no último Campe- onato sueco da 1.ª Divisão

TRIBUNAL CÍVEL DA COMARCA DE LISBOA

SEGUNDO JUÍZO

2.ª Secção
P.º n.º 9407/A.

ANÚNCIO

FAZ-SE SABER que no dia 4 de Maio próximo, pelas 10 horas, se há-de pro- ceeder, à porta deste Tribunal, à arrema- tação em hasta pública pela segunda vez por metade do valor que lhe vai indi- cado, das acções abaixo discriminadas, penhoradas nos autos de Execução de Sentença (Sumária) que o Banco Pinto & Sotto Mayor move contra os Executa- dos: JOAQUIM CORREIA LOU- RENÇO, residente na Av. do Brasil, 15-4.º A e B em Lisboa e ALBANO LOPES GASPAR, residente na Rua D. Jerónimo Osório, 21-r/c em Lisboa, as quais serão entregues a quem maior valor oferecer acima do que lhes vai indicado.

Lisboa, 9 de Março de 1981

O JUÍZ DE DIREITO — a) José Albino Caetano Duarte.

O ADJUNTO — a) Carlos Manuel Nunes de Oliveira.

ACÇÕES A VENDER

50 acções da COMUNDO, com os n.ºs 3039752/71; 3067987/90; 3127657; 3139227; 3172178; 3229159/67; 3281207/8; 3308651/6; 3360682 (45x1); 3410046/50 (1x5). Valor 100000 cada. 213 acções da INTERHOTEL, n.ºs 166972/167004 (33x1); 74831/80; 266131/80 (20x5); 107061/90; 364761- /810 (8x10); Valor 1000000 cada. 30 acções da MATUR, n.ºs 71238/67 (30x1); Valor 1000000 cada. 60 acções da SOMOTEL, n.ºs 23968/97 (30x1); 72181/210 (3x10); valor 1000000 cada.

Atletismo

Estafeta dos Campos Verdes

A Associação Cultural e Re- creativa Zona Azul, de Beja, rea- liza este ano a 3.ª Estafeta Inter- nacional dos Campos Verdes (Alentejo-81).

A prova, que faz parte do ca- lendário da Federação Portu- guesa de Atletismo, disputa-se em Beja no dia 19 de Abril e consta de quatro percursos: 7500, 5800, 5500 e 3500 metros.

A Estafeta dos Campos Ver- des tem o apoio da Comissão Municipal de Turismo de Beja, Bombeiros Voluntários, Direcção-Geral dos Desportos, Câmara Municipal, Regimento de Infantaria e comércio local.

"Jogos Olímpicos não são dos Governos"

O presidente do Comité Olím- pico Brasileiro, Silvio Maga- lhães, afirmou em Santiago do Chile que os Jogos Olímpicos são propriedade do Comité Olímpico Internacional (COI) e não dos governos.

Discursando perante a Aca- demia Olímpica Internacio- nal, que se reuniu no Chile, o diri- gente brasileiro declarou que os boicotes aos Jogos Olímpicos em nada contribuem para o de-



envolvimento do desporto mundial.

«O boicote, acrescentou, é uma forma de muitos países utiliza-

rem o desporto como veículo de propaganda dos seus sistemas políticos».

Magalhães pronunciou-se ainda contrário à ideia de que a Grécia venha a ser sede perma- nente dos Jogos Olímpicos.

Lançando um apelo para que os países não misturem política com desporto, Magalhães con- cluiu afirmando que o espírito olí- mpico sobreviverá às adversi- dades dos tempos modernos.

Ciclismo insólito: Volta ao Mundo em Bicicleta

Marco António Navas, colom- biano que em 1969 iniciou a volta ao mundo em bicicleta, chegou à capital do Uruguai depois de atravessar 49 países. Navas ini- ciou a aventura em 18 de Agosto de 1969, em Bogotá, com o ob- jectivo de posteriormente escre- ver um livro sobre o comporta-

mento humano. O casamento dos filhos que inicialmente o acompanhavam, obrigou Navas a continuar a viagem sozinho ao longo de diversos países.

O aventureiro da bicicleta saiu de casa apenas com cem dóla- res no bolso (cerca de 5700 es-

cudos) e tem conseguido sobre- viver participando em corridas patrocinadas por marcas co- merciais, fazendo e vendendo colares e dando conferências sobre os conhecimentos por ele adquiridos ao longo da viagem. Marco Navas pensa regressar a casa em 1982.

Cultura e espectáculos

Protecção à música portuguesa

Cultura investe, enfim, contra ondas hertzianas

Raras vezes em Portugal um projecto-lei (o n.º 73/11, referente à protecção da música portuguesa ou vertida em língua portuguesa), congregou à sua volta tantos apoios, tanta unanimidade. Logo em Janeiro passado, quando da apresentação, pelo deputado José Niza (PS), do referido projecto-lei à Assembleia da República, essa unanimidade ficou bem patente — nenhum dos partidos políticos com assento na AR levantou qualquer objecção ao projecto-lei.

No entanto, e muito embora todos o aprovem,

existem dúvidas de que a lei, a ser aprovada, consiga modificar sensivelmente o panorama actualmente vigente nas ondas da Rádio e da TV — alheamento profundo em relação à música de raiz portuguesa, falta de «pluralismo», incessante colonização interna por intermédio da importação de música estrangeira, a maior parte das vezes de medíocre qualidade. Porque essas dúvidas são reais, e com fundamento, diríamos, procurámos ouvir pessoas que, ora intimamente ligadas à música deste país,

ora preocupadas com problemas de índole cultural, são supostas possuir uma opinião abalizada sobre o assunto. Ouvimos algumas. Outras que gostaríamos de ter ouvido, não. Casos de Amália Rodrigues e José Cid, ausentes no estrangeiro. Simultaneamente, pedimos a José Niza, um dos autores da lei, para nos conceder uma entrevista onde propusémos, delinear as razões que motivaram a apresentação deste projecto-lei e os objectivos que pretende atingir. José Niza anuiu como adiante se verá.

JOSÉ NIZA

“Não temos petróleo mas somos culturalmente um povo rico...”

«DL» — O que deu aso ao nascimento deste projecto?

José Niza — «Este projecto nasceu de uma situação perfeitamente evidente e aceite por todos, que é a necessidade de proteger e promover a cultura e a língua portuguesa, neste caso através da divulgação da música pela rádio e pela televisão.

«A Constituição garante a liberdade de criação e a liberdade de expressão. Mas garante também a divulgação das obras artísticas. E só com a garantia desta divulgação essas obras são verdadeiramente vivas, só a partir do seu conhecimento pela comunidade se fecha a grande cadeia da comunicação, que começa no momento do acto criador e só termina, e se consuma, com a audição pública.

«Daí a importância da divulgação e a importância que, em relação à mesma, assumem a rádio e a televisão.

«Não temos petróleo, mas somos — culturalmente — um povo rico. Acontece, no entanto, que essa riqueza cultural — que é património de todos e de cada um de nós — não está ao alcance de todos por igual, não chega aos 10 milhões de portugueses que deviam partilhá-la e, por ela, ser enriquecidos. Em cada três ou quatro portugueses, um não sabe ler, nem escrever. Este, talvez, o maior crime que o fascismo nos deixou como herança. Daí a necessidade — melhor dito, a premência — de promover a cultura em todas as frentes, uma das quais é este projecto de lei. Mas, reconheço-o, este projecto é apenas uma andorinha na Primavera que Abril nos prometeu e há-de garantir».

«...As velhas práticas de António Ferro»

«Para além do analfabetismo, há também a colonização cultural, nas suas diversas formas. Descolonizámos África, com rapidez e alguns erros, mas temos tido mais dificuldade em nos descolonizarmos a nós próprios. É que, para além da colonização cultural e tradicional que sempre importámos de

França e da Europa, para além da colonização da música anglo-saxónica, ao mesmo tempo benéfica e nociva, temos ainda, e em fase inflamatória aguda, a colonização interna do mau gosto, da segregação política, de um certo retorno, embora com camuflagem democrática, às velhas práticas de António Ferro, ao chauvinismo salazarista, aos valores pseudoprogressistas e da rendição bacoca ao novo-riquismo das lanternações musicais da pior sociedade de consumo. É mais ou menos isto que hoje se passa em Portugal, graças ao Poder político que temos, à rádio que temos, à televisão que temos.

«Estamos ainda à beira da entrada para a CEE. O que significa também que a Comunidade Económica Europeia está prestes a entrar em Portugal. Em relação a isso, este projecto é, digamos, uma forma preventiva e protectora de evitar os males e a turbulência de uma invasão concorrencial. Não precisamos de nos despersonalizarmos para sermos europeus. Temos de manter e reforçar a nossa própria identidade cultural. Podemos ser europeus, sendo portugueses...»

O exemplo brasileiro e espanhol

«DL» — Mas, no concreto, o que se pretende atingir com esta lei, caso ela venha a ser aprovada no Parlamento?

J.N. — «O que se pretende é que, de forma progressiva, a música portuguesa tenha mínimos garantidos da sua divulgação através da rádio e da televisão. De forma progressiva, para que as estruturas da criação, produção e difusão musical se possam adaptar, gradualmente, a uma nova situação. Garantia de valores mínimos de difusão, para estímulo de autores e criadores, de poetas, de músicos, de maestros, de estúdios de gravação, de editores musicais, etc. E, ainda, para levar aos milhões de portugueses, que diariamente ouvem rádio e vêem televisão, a mensagem de língua que falamos e de cul-

tura que nos identifica.

«Medidas semelhantes noutros países, como a Espanha e Brasil, deram resultados muito positivos. Quem conheceu a Espanha há 10 anos e vê hoje o salto qualita-



tivo que foi dado no campo da música ligeira e erudita, concluirá facilmente que, em Portugal, valerá a pena adoptar medidas semelhantes.

«Aliás, a receptividade à filosofia da lei, aos seus princípios, aos seus objectivos e à própria formulação do seu conteúdo, tem sido generalizada e extraordinariamente diversificada.

«Na Assembleia da República, quando em nome do PS apresentei a lei — em Janeiro passado — fui aplaudido por todos os grupos Parlamentares e ouvi de todos eles, do CDS ao PCP, um acordo unânime em relação aos princípios enunciados.»

«Penso que este projecto será aprovado»

«DL» — O acordo unânime que refere foi resultado de contactos anteriores?

J.N. — «Durante os últimos dois meses falei com pessoas de todos os sectores musicais, políticos e partidários e posso dizer que — salvo raríssimas excepções — se verificou o mesmo que no Parlamento. Estive na Sociedade de Autores, em cooperativas musicais, em programas de rádio, falei com jornalistas de todos os quadrantes, dei entrevistas como esta, falei com editores de discos,

com produtores musicais de rádio e televisão. Fui abordado por pessoas que não conhecia e que se me dirigiam para apoiar o projecto. De toda esta longa série de contactos resulta um claro apoio. Mas resultou uma coisa que me dá ainda mais gosto: — a da participação interessada das pessoas e uma boa recolha de sugestões que irão enriquecer a formulação inicial da lei.

«Por tudo isto penso que este projecto será aprovado. E desejo que o seja ainda este ano.»

«Uma escandalosa violação...»

«DL» — Entremos noutro domínio. Que tipo de música portuguesa vai passar na Rádio e na TV? Que garantias de pluralismo cultural a lei dá aos autores portugueses? Não será pernicioso acreditar em demasia nos frutos (positivos) que esta lei poderá trazer à nossa música, à nossa cultura? ...

J.N. — «Acontece que o projecto, em si próprio, não pretende intervir nos critérios de programação da rádio e da televisão, já que isso seria invasivo em relação à sua própria independência e criatividade. Aliás, as leis vigentes no País, começando pela Constituição e passando, por exemplo, pela lei da televisão, garantem esse pluralismo. Só que essas leis não estão a ser cumpridas. Pelo contrário assistimos diariamente, quer na televisão, quer na rádio, à sua escandalosa violação. O mal está exactamente nisto: — em não se cumprir as leis. E não será fazendo novas leis, a dizer o mesmo, que se resolverá o problema. A questão está na prática da democracia. O que acontece é que não há democracia sem democratas. A AD mostrou isto, à evidência».

«DL» — Ocorre-me que você ainda não respondeu à segunda pergunta que lhe formulei — no concreto, quais os objectivos da lei?

J.N. — «Em concreto, a lei prevê que 50 por cento da música ligeira a difundir pela rádio e pela televisão seja de autores portugueses...»



«DL» — Só isso? ...

J.N. — «Não. Prevê ainda um acréscimo de 10 por cento em relação à música ligeira que, mesmo de autoria estrangeira, seja interpretada em português. Estão neste caso as versões de originais estrangeiros vertidos e interpretados em português e ainda as obras brasileiras e dos países africanos de expressão portuguesa.

«Quanto à música erudita, há que distinguir duas categorias: por um lado, as composições de autores portugueses; por outro, a que seja apresentada por intérpretes nacionais. Este critério pretende simultaneamente, não só garantir a divulgação dos originais portugueses, como também estimular e promover a actividade musical dos nossos executantes e solistas».

Telejornal: um «Play-Back» partidário...

«A RDP por exemplo, possui três orquestras, uma ligeira e duas sinfónicas, com um total superior a 200 músicos e com um encargo anual superior a 100 mil contos.

Esta lei poderá ajudar ao funcionamento efectivo dessas orquestras, à motivação dos seus profissionais e, no fundo, ao aproveitamento total do investimento que com elas é feito. Por essa Europa fora, quase todas as emissoras de rádio e televisão possuem orquestras próprias, intensivamente aproveitadas em programas gravados ou ao vivo, concertos, recitais, etc. Em Portugal isso não acontece ou raramente acontece. É mais fácil e mais cómodo utilizar o «play-back»... Até o Telejornal é um «play-back» partidário! «Veja-se o caso exemplar do «TV-Show», onde uma grande orquestra ligeira, que custa semanalmente à RTP algumas centenas de contos, acaba por servir de cenário ao programa, uma vez que a maioria dos artistas que lá vão cantam em «play-back»! Um «slide» ficaria mais barato e seria menos indigno para os músicos, que ganhando o seu «cachet», acabam por meter a viola no saco e participar como figurantes do programa mais caro da RTP. Isto, realmente, só em Portugal!»

JOSÉ MÁRIO BRANCO

“Quem decide o quê...”

Sempre que o político intervém na arte, os verdadeiros artistas sentem um calafrio — e nem sequer em Portugal mais do que noutra sítio. Atavismo defensivo, a meu ver, mais que justificado pela História.

A lei agora apresentada no parlamento pelo autor de cantigas José Niza, e aí aprovada unanimemente, começou por me provocar um compreensível calafrio: vocês têm ouvido Rádio? e Televisão? vocês notam os critérios que imperam por aí? e nas editoras discográficas? não vos faz calafrios a hipótese de essa gente estar a ser chamada a decidir qualquer coisa?

Vejamos: quem decide o quê? Você sabe, realmente, quem é que tem o poder de fazer chegar aos seus ouvidos esta música, e não aquela — seja na Rádio, seja na TV?

A meu ver, o problema dos



programadores e realizadores (esses homens poderosos, que mandam na sua vida sem você saber) não é, nem foi, o de haver pouca música portuguesa. O

grande problema é que eles são ignorantes — o que é corrente num homem de poder. O seu papel na promoção da qualidade está limitado à partida. Nesta sociedade é o lucro que traz, por eventual arrastamento, a qualidade possível. Não o contrário.

Estou, pois, a acabar de dar a volta ao assunto: sou, claro que sou, a favor desta nova lei. Ela vai favorecer o desenvolvimento da indústria do som neste país — se se fazem leis para proteger outras indústrias, porque não se há-de proteger esta? Os empresários agradecem (mesmo os estrangeiros). Eu também, pois posso vir a beneficiar indirectamente, daqui a ... «uns tempos»...

E agora José Niza? Para quando a outra lei? Topas? «a outra» ... a que vai mandar prender e confiscar os bens dos verdadeiros criminosos...

PACO BANDEIRA

“... defende a única forma possível de independência Nacional”

Estou convencido que os senhores deputados irão aprovar por unanimidade o projecto-lei que regula a passagem de música portuguesa na Rádio e na TV.

1º — É uma lei indiscutivelmente justa porque defende a única forma possível de Independência Nacional e nem sequer, como seria justo, propõe vantagens sobre a música estrangeira. Fica-se, portanto, na igualdade.

2º — Porque todos os grupos políticos nacionais utilizam, utilizaram e vão de futuro utilizar



música portuguesa nas suas campanhas eleitorais, é lícito pensar que esta lei já foi aprovada na prática pelos senhores

deputados e pelo povo português que não dispensa a música que é sua mesma que a Rádio e a TV não lhe dêem na proporção e na qualidade a que têm direito. E disso têm os partidos políticos profundo conhecimento.

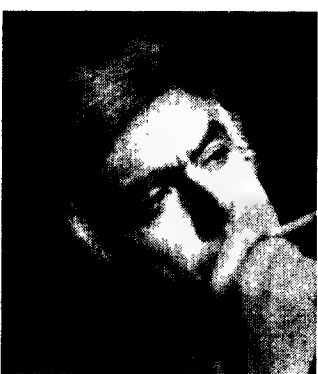
Por último, direi que estranho bastante que se ande a dificultar o fácil dando demasiada importância política a um assunto que não passa de um direito claro que os portugueses têm de ouvir falar e cantar a sua língua na sua terra. Será que alguém quer tirar dividendos políticos eleitoralistas por tão pouco?...

CARLOS DO CARMO

“Total colonização cultural...”

Por algum lado se tem que começar! Se em Portugal existe uma profissão sem estatuto e igualmente ferozmente à mercê das prepotências da classe dominante e dos seus executores, é sem dúvida a profissão de artista uma delas.

Desunidos, não entre si mas por factores exteriores à sua profissão, torna-se o terreno deles presa fácil dos criadores de oportunismo sem que os artistas, unidos no fundamental, façam frente às constantes ofensas que lhe são feitas como por exemplo, estando sem trabalho verem os casinos tomados de assalto por artistas estrangeiros, verem grupos, maus na sua maioria, virem a Portugal roubar-lhes trabalho e divisas a todos nós, a Rádio/Televisão



sempre disposta a pagar bem a artistas estrangeiros (alguns de qualidade bem duvidosa) e verem discutido, centavo a centavo, o que se lhes quer pagar e finalmente fazerem-lhes o favor

de passar em rádio 20% do seu trabalho, dando-se assim completa cobertura a uma total colonização cultural que a todos sem excepção ofende.

Esta lei da música é apenas e na minha opinião, um princípio que creio, desencadeará outras acções que levarão a que o artista deste país seja tratado com o respeito que lhe é devido porque amor do seu povo já ele tem, faltando apenas a sua força colectiva que ainda não existe porque não se sai de 50 anos de ditadura sem grande mocha.

O tempo, mestre de todas as coisas, julgará os «pensadores» e os feitores dos crimes diários que se cometem contra os nossos filhos!

E nisto da cultura e dos artistas, não têm sido tão poucos!

NATÁLIA CORREIA

“A tentativa de José Mário Branco...”

É indiscutível a necessidade de se fixarem percentagens mínimas de tempo de emissão para a música de autores portugueses ou vertida em língua portuguesa. Mas os estímulos devem ser graduais para não se provocar uma quantidade desnivelada da qualidade, o que prejudicaria o que se quer favorecer. Julgo, porém, complementar do objectivo em causa incentivar-se a música de raiz portuguesa, transposição ligeira ou erudita de temas populares.

A tentativa de José Mário Branco no último Festival TV da



Canção, ainda que corajosamente desajustada do espírito festivo, foi grosseiramente desfigurada por vaia de mau gosto cultural ou, talvez, político. Mas é um caminho que não deve fechar-se no âmbito da valorização da música portuguesa.

A não ser que desta se tenha a visão humilhantemente colonizada do rock à portuguesa ou do disco-sound à lusitana. Já me parece apreciável a resposta portuguesa aos Beatles, em termos de balada posta em Pop-Music, de José Cid. Responder não é imitar.

Voltaremos a cantar Abril

“... Já demos a volta ao mundo, com Fernão de Magalhães, descobrimos a Índia e o Brasil. Talvez seja tempo de descobrirmos, finalmente, Portugal!” — com estas palavras o deputado do Partido Socialista, José Niza, deu por finda, em 16 de Janeiro último, a sua intervenção na Assembleia da República a favor do projecto-lei «Protecção à música portuguesa ou vertida em língua portuguesa», da autoria do seu partido.

Compositor com provas dadas, político que não volta costas ao mundo das cantigas, profundo conhecedor dos meandros da rádio e da televisão, José Niza ao pronunciar aquelas palavras acabava de colocar conscienciosamente o dedo na ferida — existem neste País músicos, intérpretes, autores, compositores que fariam história noutros países. Todavia: a rádio e a televisão, cujo papel em termos de divulgação da música é, quem o ignora?, fundamental, insubstituível, fecham-lhes as vias de acesso optando pela colonização interna, ou seja, colocam arame farpado no espaço que deveria pertencer por direito próprio à música portuguesa e infestam as ondas com música e músicos estrangeiros que, na sua grande maioria, primam pela falta de qualidade. É tempo, pois, de descobrirmos Portugal, os quatro pontos cardiais da nossa cultura, as nossas raízes.

Isso igualmente o compreenderam, antes e depois da apresentação do projecto de lei no parlamento, as inúmeras vozes que, também antes e depois do texto ter sido submetido à atenção dos deputados, tentaram de forma diversa, e por vezes paralelas, elaborar, numa primeira fase, iniciativas de semelhante alcance e, numa fase posterior, enriquecer, contribuir de forma decisiva para que uma lei, porque justa e necessária, não enfermasse de ambiguidades e limitações, fosse concisa e cristalina de modo a obstar a possíveis dúvidas na sua aplicação.

Com efeito, e logo que o

texto do PS foi apresentado na Assembleia da República, os esforços desenvolvidos anteriormente por outros sectores e pessoas no sentido de criar um texto legal que regulamentasse a passagem de música portuguesa na rádio e na televisão (e nesses esforços cabe salientar os da Sociedade Portuguesa de Autores), se canalizaram de imediato para a defesa, apoio, quicá para alterações de detalhe, do projecto-lei do PS.

Essa «união sagrada» em redor de uma «causa justa» possibilitou uma série de reuniões públicas, durante as quais o articulado do projecto foi analisado à lupa, brotaram ideias e sugestões.

Numa delas, promovida recentemente pela «Cantarrabril» — Cooperativa de Espectáculo Popular, Luís Francisco Rebelo, presidente da Sociedade Portuguesa de Autores, depois de referir, por um lado, a indiscutível justiça e premente necessidade do decreto-lei e lamentar, por outro, o facto de não se ter aproveitado a oportunidade para estender esta medida a todo o território nacional, por forma a abranger igualmente a produção literária, dramática e cinematográfica, disse **esperemos que dentro em breve se ouça cantar Abril na rádio e na televisão.**

Esta frase exprime bem os objectivos do texto a que temos vindo a aludir. Abril devolveu-nos à nossa identidade, libertou-nos das tutelas, deu-nos força para, qual David que se agiganta perante Golias, avançarmos para o Futuro quebrando as amarras de um Passado que se quer ultrapassar. Para tal, há que erigir o dia de amanhã com os utensílios que temos. A nossa cultura é um deles. E é rica. Como se compreende que não a utilizemos, divulgemos? Não faltam por aí, é certo, canhestras tentativas para nos fazerem crer que a música portuguesa na generalidade não tem qualidade. São vozes de além túmulo que o clamam, vozes subservientes, pessoas habituadas a procurar nas estrelas a riqueza que encontramos no chão que pisamos. Ao ritmo das lesmas — se ritmo é... —,

caminham em frente voltadas para trás, esvaem-se em «salamaleques» ao exterior perante os benesses que o exterior lhes dá. Mas, pergunta-se, têm a noção exacta daquilo que nos contrapõem? — subprodutos excreáveis em qualquer parte do planeta. Têm a noção que não são aquilo que pensam, a saber: génios iluminados ao serviço do bom gosto, mas sim o caixote do lixo de interesses que, com gáudio, exploram a vossa estupidez?

A música portuguesa não tem qualidade? Lérias. Carlos Paredes, Carlos do Carmo, Amália Rodrigues, Sérgio Godinho, Paulo de Carvalho, Zeca Afonso, José Mário Branco, Paco Bandeira, Brigada Victor Jara, Fernando Lopes Graça, Anabela Chaves, para só citar alguns dos nomes mais significativos, não valem nada?

Se assim o pensam, peguem no comboio, ou no carro, ou no avião e, com uns disquinhos dos artistas atrás citados, vão por essa Europa fora (eu já o fiz...), pela América fora (ainda não...), e ouçam, indaguem a opinião dos músicos, dos intérpretes, dos departamentos de música de algumas universidades, dos meios ligados às «mass-media», das editoras inclusivamente. Depois, bem depois... talvez regressem (estou certo que sim) com a orelha murcha, envergonhados não com o verdadeiro crime que até agora cometaram contra o património cultural da terra em que nasceram, envergonhados, sim, com o verdadeiro «tabefe» que o vosso «Eldorado» vos deu.

Nesse dia, a carga memorial do eco que Abril nos legou — «doravante somos um povo livre e soberano...» —, despertar-nos-á de um passado. Sim, porque nesse dia a hora de «ser português» chegará; o desejo de Luís Francisco Rebelo será uma realidade — Abril (a qualidade, as nossas Artes e Letras, a nossa música, a nossa Cultura e raízes, em suma), regressarão à rádio e à televisão. Até lá, armemo-nos de paciência.

Manuel Anta

CARLOS PAREDES

“Não há arte sem o amor e compreensão da verdade”

Alargar, na Radiodifusão, o espaço reservado à música portuguesa é, obviamente, uma medida acertada, sob todos os pontos de vista. Mas, a partir daí, outras questões se podem levantar. É o caso de saber o que é a Rádio. Não é evidentemente, uma rima de prateleiras, carregadas de discos e fitas magnéticas, prontos a serem passados pelas cabeças de leitura. É, sim, uma arte específica capaz de revelar, nas palavras e na música, uma face nova. E música portuguesa, o que é? Não qualquer coisa que possamos reduzir a um denominador comum, representado por várias horas de melodia, ritmo e harmonia realizados em Portugal. Antes de ser portuguesa, sueca ou inglesa, a música, para funcionar, tem de interessar nela as pessoas, como as pessoas se interessam umas pelas outras. Jogam a favor da música o temperamento, a personalidade, as emoções, os sentimentos, a experiência, a sinceridade, a capacidade de informar, a inteligência, a agilidade, o engenho, o bom gosto, o prazer do convívio, o humor, a utilidade, o modo de



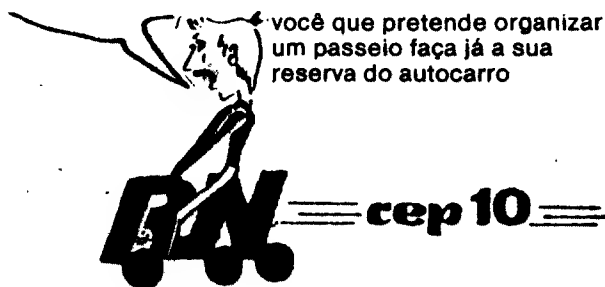
vida. Isto chega para criar géneros de música tão diferentes e, ao mesmo tempo, tão tradicionais quanto o são uma moto e um comboio, uma carroça e um automóvel, não obstante todos terem rodas, andarem e serem úteis, à sua maneira.

Pois, é necessário que a Rádio se desenvolva, livremente, segundo os caminhos que a sua condição de arte (não há arte sem o amor e compreensão da verdade) lhe aponta, para que, através dela, aprendamos a conhecer a música, em geral, e a portuguesa, em particular. Nin-

guém poderá suportar um romance antiliterário onde os personagens, amontoados, caracterizados, se assemelham, assustadoramente, uns aos outros. Pela mesma razão, seria o caos se todos eles se movessem, à nossa frente, ignorando-se, de tão diferentes e desligados entre si. A descoberta dos laços subtils que unem música de vários géneros e proveniências, tendo em fundo a realidade comum passada, presente e futura, à qual, quer se queira quer não, todos nós, portugueses, estamos agarrados, é aquilo a que podemos chamar a alma fresca duma Rádio não compartimentada como os pedaços soltos dum espelho partido.

Quanto a isto, infelizmente, as perspectivas são sombrias. Assistimos, de há uns tempos a esta parte, à extinção forçada de programas responsáveis que garantiam à Rádio portuguesa, de velhas e apreciáveis tradições apesar das difíceis condições que tem conhecido, a defesa da sua personalidade defrontónica, cultural e artística. Defrontamos, aliás, uma autêntica calamidade

SERRA DA ESTRELA-ALGARVE



AV. CASAL RIBEIRO N.º 18-B 5.º PISO LISBOA
(TEL.: 57 06 56)

TRIBUNAL CÍVEL DA COMARCA DE LISBOA

12.º JUÍZO
ANÚNCIO

CARTA PRECATÓRIA N.º 7 700

2. SECÇÃO

Faz saber que, no dia 10 do próximo mês de Abril, às 10 horas, à porta do tribunal do 12.º Juízo Cível desta comarca de Lisboa, sito no Palácio da Justiça, nos autos de carta precatória, vinda da 3.ª Secção do 7.º Juízo Cível da comarca do orto, extraída dos autos de execução de sentença que a exequente

Dismael - Sociedade Distribuidora de Malhas, Lda., com sede na rua Ferreira de Novalis, 35-Porto move contra o executado - Centro Comercial Bloco, 10, Lda., com sede na Rua Pinheiro Chagas, 10-Lisboa, há-de ser posta em praça, pela primeira vez, para ser arrematada ao maior lance oferecido acima do valor indicado no processo, uma máquina registadora marca Cash Master, N. 142617.

LISBOA, 6 DE MARÇO DE 1981
O JUIZ DE DIREITO
AS) JOAQUIM MANUEL CABRAL E PEREIRA DA SILVA

O ESCRIVÃO DE DIREITO
AS) JOÃO LOBATO CORREIA.

TRIBUNAL DA COMARCA DE LISBOA 16.º JUÍZO CÍVEL ANÚNCIO

2.ª Publicação

O Dr. Juiz de Direito do 16.º Juízo Cível de Lisboa Proc. 3825-2.ª Secção. Faz saber que por este Tribunal, nos autos de execução que Cofertel - Comércio de Ferramentas Técnicas, Lda.ª move contra Maprofer - Máquinas, Protecção e Ferramentas, Lda.ª, com sede na Rua Francisco Metrass, n.º 42-A, Lisboa, correm éditos de vinte dias, contados da 2.ª e última publicação do anúncio, citando os credores desconhecidos daquela executado para, no prazo de dez dias posterior aos éditos, virem à execução deduzir os seus direitos.

Lisboa, 6 de Fevereiro de 1981
O Juiz de Direito
Mário Manuel Pereira
O Escrivão Adjunto
(Hermenegildo Alonso Marques)

TRIBUNAL CÍVEL DA COMARCA DE LISBOA 14.º JUÍZO CÍVEL ANÚNCIO

São citados os credores desconhecidos que gozem de garantia real sobre os bens penhorados aos executados para reclamar o pagamento dos respectivos créditos, pelo produto de tais bens no prazo de dez dias, depois de decorrida a dilatação de vinte dias, que se começará a contar da data da 2.ª e última publicação deste anúncio. Execução sumária n.º 4933, 2.ª Secção, Exequentes - Banco Pinto & Sotto Mayor, E.P. Executado - António José Figueiras, casado, morador na Rua José Estevão, 18-A, r/c., em Faro.

Lisboa, 18 de Março de 1981.

O Juiz de Direito
Abílio Peres

O ESCRIVÃO DE DIREITO,
Henrique Cunha



SINDICATO DOS TRABALHADORES TÊXTEIS, LANIFÍCIOS E VESTUÁRIO DO SUL

Sede: Rua do Conde Redondo, 60 - 2.º, 3.º, 4.º, 5.º LISBOA - Telefones: 53 54 37-55 55 71-400 03

26 E 27 DE MARÇO ELEIÇÕES

LOCALIZAÇÃO DAS MESAS DE VOTO

N.º DAS MESAS DE VOTO	LOCALIZAÇÃO DAS MESAS DE VOTO	VOTAM AQUI TODOS OS TRABALHADORES QUE TRABALHEM EM:	HORÁRIO DAS MESAS DE VOTO
1 LISBOA	Sede do Sindicato R. Conde Redondo, 60 Lisboa	No concelho de Lisboa (à excepção das freguesias de Olivais Sul, Olivais Norte, Encarnação e Cabo Ruivo); No concelho de Loures (à excepção das freguesias de Moscavide, Sacavém, Camarate, S. João da Talha, Bobadela e Santa Iria da Azóia); No concelho de Oeiras; No concelho de Cascais; No concelho de Sintra.	dias 26/27 das 9 às 21 horas
2 MOSCAVIDE	Delegação do Sindicato-Rua Dr. João Gomes Patricio, 26 Moscavide	Nas seguintes freguesias do concelho de Loures: Moscavide, Sacavém, S. João da Talha, Camarate, Bobadela e Santa Iria d'Azóia; Nas seguintes freguesias do concelho de Lisboa: Olivais Norte, Olivais Sul, Cabo Ruivo e Encarnação. No concelho de Vila Franca de Xira e Carregado.	dias 26/27 das 9 às 21 horas
3 SANTARÉM	União dos Sindicatos de Santarém	Nos concelhos de Benavente, Coruche, Salvaterra de Magos, Cartaxo, Almeirim, Alpiarça, Rio Maior e Santarém	dias 26/27 das 9,15 às 19,45
4 MINDE	Delegação do Sindicato-Av. S. Sebastião, 43 c/v Minde	Nas freguesias de Minde e Moitas Vendas	dias 26/27 das 12 às 18 horas
5 T. NOVAS	Delegação do Sindicato-R. Gen. José e Vasconcelhos Correia, 2 Torres Novas	Nos concelhos de: Torres Novas, Entroncamento, Golegã, Chamusca, Vila Nova da Barquinha, Constância, Abrantes, Sardoal, Mação e Alcanena (à excepção das freguesias de Minde e Moitas Vendas)	dias 26/27 das 9 às 19 horas
6 TOMAR	Delegação do Sindicato-R. da Fábrica, 70	Concelhos de Tomar, Vila Nova de Ourém e Ferreira do Zêzere	dias 26/27 das 9 às 18 horas
7 PORTALEGRE	Delegação do Sindicato-R. 1.º de Maio, 59-1º	No distrito de Portalegre	dia 27 das 10 às 16 horas
8 ALMADA	Delegação do Sindicato-R. Serpa Pinto, 43 Almada	Nos concelhos de Almada e Seixal	dias 26/27 das 10 às 20 horas
9 SETUBAL	União Sindicatos Praça da República-Setúbal	Nos concelhos de Setúbal, Seseimbra, Palmela, Alcácer do Sal, Grândola, Santarém e Sines	dia 27 das 10 às 20 horas
10 ALENQUER	Soc. União Musical-Largo Esp. Santo-Alenquer	Nos concelhos de Alenquer (à excepção do Carregado), Lourinhã e Cadaval	dias 26/27 das 10 às 20 horas
11 BARREIRO	Delegação do Sindicato-R. Miguel Pais, 35-A Barreiro	No concelho do Barreiro	dia 27 das 10 às 20 horas
12 A. VEDROS	Soc. Recreio «Velhinha»-Alhos Vedros	Nos concelhos de Moita, Montijo e Alcochete	dia 27 das 10 às 20 horas
13 LISBOA	Centro Social Comércio Rossio-Lisboa	Malhas Vieira, Marques & Coelho, A. Castro Fernandes, Gil, Francisco Soares da Silva, Alves Teixeira da Cunha, A. Rego Rodrigues, Confed. Soc. Leão, Marques & Rodrigues, Adão & Machado, Picadilly.	dias 26/27 das 11 às 15,30h

MESAS DE VOTO NAS EMPRESAS

ZONA DE LISBOA

- 1 - A. FREIRE GOMES
- 2 - ALVA CONFECÇÕES
- 3 - ANTONIO BORGES SANCHEZ
- 4 - CAMBOURNAC
- 5 - CONFECÇOR
- 6 - COMP. REDES DE PESCA
- 7 - DINIZ & CRUZ
- 8 - BOAMALHA
- 9 - CONF. J.R. RODRIGUEZ
- 10 - FAB. NACIONAL TAPEÇARIAS
- 11 - INDULIVE
- 12 - LAVANDARIA TÁGIDE (Campolide)
- 13 - MARTINHO, LDA.
- 14 - ONLY
- 15 - PLUVIA
- 16 - HENRIQUE & MARTINS
- 17 - MELKA-CACÉM (2 mesas-Fab. e Armazém)
- 18 - RUOBEL
- 19 - S.I.C.
- 20 - SAMPAIO & COSTA
- 21 - SIMÕES & C.ª LDA. (Benfica)

Nesta Mesa votam as seguintes empresas:

ROSINEL
LANALGO
CORREIA & CORVO
C. TEIXEIRA GOMES
FAB. MALHAS POLAR

- 22 - SINGRA
- 23 - SULCORTE
- 24 - VESTICON
- 24/A - TRICOFIX
- 24/B - TÊXTIL ALBERTO POMBO, LDA.

ZONA DE ALMADA

- 25 - CANUTO & LOUREIRO
- 26 - COMP. LANIF. ARRENTOLA
- 27 - COMPROVESTE
- 28 - COMPEFIL
- 29 - LUNDBERG & WESTER
- 30 - PARIVER
- 31 - ORIGINAL TÊXTIL

Nesta Mesa votam ainda:
VALADAS & CARMEN
FAUSTINO & VENTURA

- 32 - VEGA & WERNER
- 33 - VERONA (Colna)
- 34 - VERONA (Sesimbra)
- 35 - TRANEMO TÊXTIL
- 35/A - A.G. FERNANDES
- 35/B - REBELO & REBELO
- 35/C - COOPDRESS

ZONA DE MOSCAVIDE

- 36 - EUROFIL
- 37 - FAB. BARROS LDA.
- 38 - LAVANDARIAS BELAS
- 39 - LOTUS
- 40 - QUIMIGAL DTL (Sacavém)
- 41 - PENTEALÁ
- 42 - TRIUNFO

ZONA BARREIRO/SETÚBAL

- 43 - BORE
- 44 - COOPJOVEM
- 45 - CONVEX
- 46 - COSAL
- 47 - GEFA
- 48 - LANDER
- 49 - MELKA (Setúbal)
- 50 - NORPORTE

ZONA DE SANTARÉM

- 51 - ALEIXO & IRMÃO
- 52 - CONF. ARGONAUTA
- 53 - CONF. CZARINA
- 54 - FAB. MALHAS ILDA
- 55 - FIAÇÃO TORRES NOVAS
- 56 - FÁBRICA MIRRADO
- 57 - INTÉXTA
- 58 - IPETEX
- 59 - SIFAMECA
- 60 - SIMÕES & C.ª LDA. (Santarém)

ZONA DE PORTALEGRE

- 61 - FRANCISCO FINO/FIBRAFIL
- 62 - MANUF. TAPEÇARIAS PORTALEGRE
- 63 - INVICAR
- 64 - ZIVA
- 65 - ISIDRO MARQUES ALPEDRINHA
- 66 - FRANCISCO FINO (Fortios)
- 67 - FRANCISCO FINO (Alagoas)
- 68 - FRANCISCO FINO (Castelo Vide)

ZONA DE ÉVORA

- 69 - MELKA (Évora)
- 70 - PAJOPEL

NOTA: Os horários de votação nas mesas de voto das empresas, serão divulgados nas próprias empresas.

PARTICIPA NAS ELEIÇÕES DO TEU SINDICATO, VOTA!

Lisboa, 23 de Março 1981

P'la DIRECÇÃO
(ass. ilegível)

Canal da crítica

Mário Castrim

O vício, perdão! O vice-presidente

1 - O dr. Mário Soares é um espectáculo. Digamos que um triste espectáculo. Uma espécie de cadáver de muletas. Uma das muletas, por sinal rentável, chama-se Internacional Socialista. Com esse pretexto foi à televisão, num encantador face a face com Barata Feyo.

Uma conversa muito feya.

2 - Primeiro, esteve lá o dr. Freitas do Amaral, presidente da UEDC, facto com que Soares muito se congratula. O Feyo, ao Freitas, chamava-lhe «sr. Presidente», ao Soares chamava-lhe «senhor Vice-Presidente». Có-mico. O Barata devia atender àquele utilíssimo conselho: «Evitar ser ridículo, principalmente na televisão».

3 - Como se disse, as presidenciais foram meros pretextos. Como não há mais políticos portugueses com cargos de responsabilidade em grêmios políticos internacionais, não se corre o perigo de dar a palavra a políticos incómodos. É fácil, é simples, é manhoso...

4 - Os dois presidentiados podem fazer causa comum em matérias tão «preciosas» como o anticomunismo e o alinhamento com as forças internacionais desvairadas de belicismo. Nesse aspecto, o recado de Soares era para uso local. Balsemão tem bons ouvidos.

5 - Algumas observações de Soares parecem ter saído de alguma cartilha já gasta pelo tempo. Isto de pensar cansa. Melhor é repetir...

6 - As suas referências à Polónia fazem parte do abc da guerra fria contra o socialismo. Soares condena ingerências externas na Polónia. Mas quem organiza comissões de apoio ao Walesa? Quem angaria fundos e lhos manda? Quem o recebe no Vaticano, quem lhe leva flores e mensagens, quem o transporta aos ombros (olê!) quem o anima na cruzada anti-socialista? Quem é que, afinal, se está emiscuando nos assuntos da Polónia? Isto é o que Soares condena?

7 - Lá veio - tinha de ser! - o «socialismo em liberdade». A «cassete» funciona. Embora ninguém saiba o que seja. Com isso pretende-se significar um socialismo...no capitalismo. Espécie de confraternização entre lobos e cordeiros. Mas dessas situações percebe La Fontaine.

8 - Desafio Soares a provar a supremacia da qualidade de vida (moral, cultural, económica) do «capitalismo socialista» sobre o socialismo real.

9 - Soares alinha doidamente com Reagan nas teses ganghísticas sobre o que eles chamam «expansionismo soviético». Até lhe repete o «slogan» do desanuviamento, sim, mas «global». Embarca na aceitação dos mísseis americanos na Europa, como resposta aos SS-20 soviéticos - sendo certo que não há comparação entre as duas armas e que, para negociar redução dos SS-20, há que entrar em linha de conta com a redução

de armas igualmente pesadas dos Estados Unidos. E escamoteia o dado político essencial que é a sujeição da política e segurança europeia aos Estados Unidos. Tony Benn explicou isso muito bem - o dr. Mário Soares é que não percebeu.

10 - Reina a fome em grande parte do Mundo. Na parte do Mundo sujeita durante séculos, à exploração capitalista. Regra sem excepção: os países na órbita dos Estados Unidos, empobrecem; os países que se libertam dessa tutela, progridem. Apontem um povo, um só que tenha avançado moral, económica, culturalmente com a ajuda dos Estados Unidos. Se alguém me indicar um só que seja farei o acto mais repugnante da minha vida: pedirei um autógrafo ao Reagan.

11 - Nem uma palavra do dr. Mário Soares para as criminosas reaganicas no Salvador, na África do Sul, na Namíbia, no Golfo Pérsico. Silêncio sobre a possível instalação da NATO na ilha do Corpo Santo. Sobre a situação nas Lajes. Sobre o auxílio financeiro a Pinochet. Etc, etc.

12 - Quanto ao Mitterrand, o dr. Mário Soares é de um optimismo que raia o provincianismo. Não tem emenda. Vende a banha de cobra sempre com a mesma convicção. Os resultados estão à vista.

13 - Mitterrand não conta com os votos comunistas, embora os tenha pedido, sem dar, em troca, nenhuma garantia de defesa

dos trabalhadores. Mitterrand pede aos comunistas um salto mortal no escuro.

Algo semelhante aconteceu em Portugal, com Mário Soares. Este acusou os comunistas de derrubarem o Governo PS-sozinho quando, mesmo no caso do Governo passar, já estava previsto novo Governo com o CDS, como veio a acontecer. Ou seja: assistimos a uma armadilha aos comunistas. E se estes tivessem caído na esparrela?

14 - Curiosamente, Mitterrand censura Giscard d'Estaing por este preconizar a solução do problema do Afeganistão por negociações entre o Governo deste país e o da União Soviética! Ele quer uma linha mais dura, mais reaganica, ele, o tal «socialista democrático».

15 - Muito mais haveria para dizer. Falta o essencial: esta emissão enquadra-se na promoção política que a direita instalada na TV está fazendo do dr. Mário Soares. Porque, não sei. Mas os socialistas sinceros, devem saber. Ponham-se a pau.

TRIBUNAL
DA RELAÇÃO
DE LISBOA

ANÚNCIO

2.ª Publicação

Nos autos de Revisão de Sentença Estrangeira, pendentes na terceira secção de processos do Tribunal da Relação de Lisboa, sob o n.º 19.704, requeridos por MARIA ODETE HENRIQUES DA COSTA FREITAS, casada, moradora em França, 4 Rue du Bearn, Chevilly Larne, contra MANUEL GONÇALVES DE FREITAS, operário, também morador em França, 8 - Rue Daubigny, 77 Melun Seine et Marne, mas actualmente em parte incerta e que teve, porém, a sua última residência conhecida no País em Carvalhal, freguesia de Casais, do concelho e comarca de Tomar, é este citado, para no prazo de DEZ dias, decorrida que seja a dilação de QUARENTA DIAS, contados da 2.ª e última publicação do respectivo Anúncio, deduzir, querendo, a oposição que tiver por conveniente à Revisão e Confirmação da Sentença respectiva, proferida pelo Tribunal de Grande Instância de Cresteil (Val de Marne) em 22 de Agosto de 1978 e que decretou o divórcio entre ambos, nos termos e para os efeitos dos art.ºs 1096.º e seguintes do Código de Processo Civil.

LISBOA, 9 de Março de 1981

O Desembargador-Relator

Ricardo António da Velha

O escrivão da 3.ª secção
Manuel da Costa Andrade

Rua Tenente Raul

Casais, 1-A

1200 LISBOA

Telef. 661515/669205

teatro

do bairro

alto

teatro da Cornucópia

NÃO SE PAGA!
NÃO SE PAGA!

de

Dario Fo

3.º MÊS

TODOS OS DIAS

ÀS 21.30 h

DOM. ÀS 17.00 h

SEGUNDA DESCANSO

J. MARQUES

Reparação em TV a cores ou a preto e branco.
Montagem de antenas individuais e colectivas

Tel. 573559 - 577706

Hoje



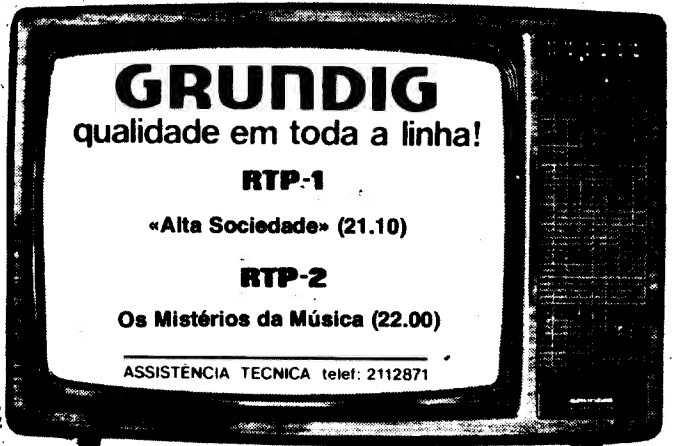
Na RTP-1 é esta noite exibido o filme realizado por Charles Walters e interpretado por Grace Kelly (na foto), Frank Sinatra e Bing Crosby, intitulado «Alta Sociedade»



- 18.19 A Criança à Janela - colaboração do Centro de Educação Especial de Lisboa.
18.45 País, País
19.10 Autores Portugueses - Ivete Centeno entrevista Lenor Buerco.
19.30 «Água Viva»
20.30 Telejornal
21.05 O Tempo
21.10 «Alta Sociedade» - Intérpretes: Grace Kelly, Frank Sinatra e Bing Crosby.



- 20.30 Informação/2
21.00 «O Homem da Atlântida» - «Os Mensageiros da Morte». Intérpretes: Patrick Duffy, Benilde J. Montgomery e Kenneth Tigar.
22.00 Os Mistérios da Música - 3.º programa: Mahler.



Amanhã



Das 13.20 às 18.15: Ciclo Preparatório TV; 18.22: Tempo dos Mais Novos; 18.45: País, País; 19.25: Eurovisão - final da Taça dos Campeões Europeus de Basquetebol entre as equipas de Maccabi Tel Aviv e V. Sinodina; 21.30: Telejornal; 22.00: O Tempo; 22.15: Água Viva



20.30: Informação/2; 21.00: Animação - os jovens e a animação; 21.30: Harold Lloyd; 22.00: «Um Tâxi na Cidade» - 4.º episódio.

GRUPO DE CAMPOLIDE

O PEQUENO CÍRCULO DE GIZ
de A. Sartre, José Viana

DIAS 25 e 26 na MOFIA

SUB SEC - CMA - CMI MOFIA

FINALMENTE... O CAFE-TEATRO da COMUNA
* **DEIXO'S POISAR** ***
lotações esgotadas * um espectáculo... diferente
* MÚSICA AMBIENTE E DE DANÇA * UM ESPAÇO NOVO DE CONVÍVIO *
SERVIÇO BAR-RESTAURANTE A PARTIR DAS 20 H * MARCAÇÕES TEL 76 26 24

TEATRO NACIONAL DE S. CARLOS, E. P.

Temporada Internacional de Ópera
ÉPOCA DE INVERNO 1981

- Quarta-feira 25 de Março, às 21 horas
- Sexta-feira 27 de Março, às 21 horas
- Domingo 29 de Março, às 16 horas

A Ópera em 1 Acto de RICHARD WAGNER

“O OURO DO RENO”

Elenco: Siegfried Vogel, Regina Fonseca, Udo Holdorf, Dieter Behlendorf, Reinhildt Runkel, Yolande Sudan, Elsa Saque, Barbara Egel, Ute-Maria Flake, Álvaro Malta, Perry Price, Helmut Pampuch, Thomas Thomaschke, Heins Feldhoff

Direcção Musical: Pichas Steinberg**Encenação:** Wolf-Siegfried Wagner**Cenografia:** Uwe Thill**Figurinos:** Hannelore Nenecke

ORQUESTRA SINFÓNICA DA RADIODIFUSÃO PORTUGUESA

ÉPOCA DE PRIMAVERA 1981

- Abertura da Bilheteira para Venda Avulso: Sábado 28 de Março
- Horário da Bilheteira: De 2.ª-feira a sábado, das 13 às 19 horas; e desde uma hora antes até uma hora depois de começo de cada espectáculo, mas só para esse espectáculo.

ZECA AFONSO

"A questão do poder de escolha..."

Pois é claro que estou de acordo com esta lei. Mas, pergunto, como vai ser aproveitada? Fala-se de música portuguesa mas a verdade é que nestas duas palavras — música, uma, portuguesa, outra —, cabe lá tudo: cabem, por exemplo, importações de ingredientes de música que não é nossa e «tutti quanti». Ilustração do que acabo de dizer e daquilo que, temo, possa vir a acontecer: «Vinho Verde», uma cantiga que tanto «êxito» obteve, foi, talvez a maioria das pessoas não saiba, uma cantiga de expressão alemã à qual se justapôs uma letra portuguesa. É este tipo de música, tida como portuguesa, que circula nas ondas da rádio. Vai continuar a circular?

Outro tipo de problema. Todos sabemos que, na rádio, existem pessoas que, consoante a sua



formação, escolhem o que melhor lhes convier. Esta é, no fundo, a questão do poder de escolha. O que, aliás, é normal visto que elas se encontram à frente dos programas. Todos sabemos que, igualmente, que essas pessoas poderão ter, se o quise-

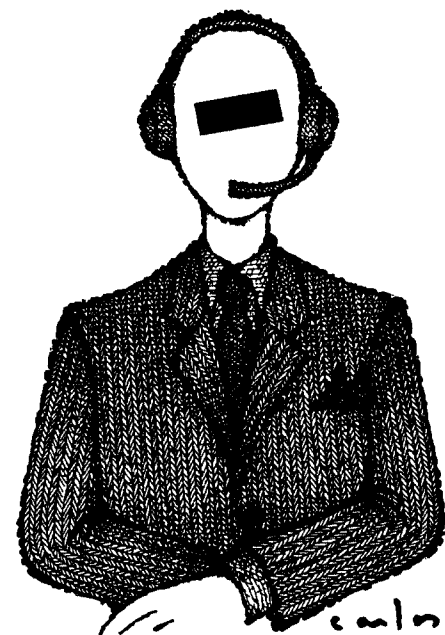
rem, os meios para torpedear a lei de que agora se fala. Como? De uma maneira inteligente, a saber: colocar debaixo da cabeça de leitura má música portuguesa e, ainda por cima, mal gravada. Depois, colocar debaixo da cabeça de leitura música estrangeira sabiamente escolhida e excelentemente gravada. Porquê tudo isto?

Respondo: para que desse confronto ressaltasse no espírito do ouvinte que a música portuguesa é de má qualidade.

A terminar: é do conhecimento público que a rádio não tem fins educativos (por isso mesmo se chama rádio comercial), não está apostada em veicular a cultura portuguesa. Porque assim é, não poderá fazer mais do que dividir o mal pelas aldeias...

Estou de acordo com a lei, mas como vai ser aproveitada?...

O poder da escolha



Carlos Paredes

Continuação da pág. 19

que não atinge somente a parte dita ligeira. Como é do conhecimento público, o antigo e fundamental programa Lisboa 2 sofreu, recentemente, cortes graves que, segundo se diz, não ficarão por aí. Para cúmulo, fala-se também, vagamente, no fim de uma rubrica considerada, pela qualidade, regularidade e actualidade, o símbolo de uma Rádio bem de acordo com as exigências da sua importância nacional. Trata-se de «O Gosto pela Música», de João de Freitas Branco, desempenhada, ao longo dos anos, por verdadeiros mestres da arte de fazer locução,

como é o caso de Maria Leonor, João da Câmara e Igrejas Caieiro.

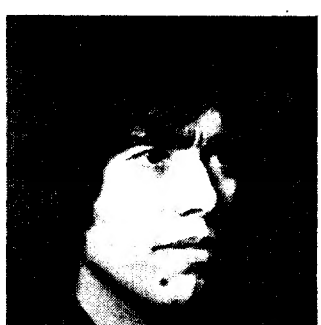
Os valores que a lei, agora em discussão, procura defender são, em absoluto, incompatíveis com esta absurda tendência destruidora. A menos que se pretenda chegar a um tal estado de carências musicais e radiofónicas que as coisas se resolvam, muito simplesmente, recomendando: «olha, faltam ainda tantos por cento, passa aí mais sete minutos e meio de música portuguesa, pode ser do A ou do B».

Depoimentos recolhidos por Manuel Anta

SÉRGIO GODINHO

"Que 'música portuguesa' vai passar?"

Outro dia ouvi na rádio um pianista ligeiro declarar que considerava ser música portuguesa um disco seu, muito embora fosse cantado em inglês, visto que os intervenientes eram todos portugueses! Esta anedota verdadeira, que não deixa de ser uma verdadeira anedota, é revelador do autêntico saco sem fundo que é a definição de música portuguesa. Música portuguesa, o que é? Será simplesmente música feita por portu-



gueses? Será música «em português», mesmo que seja a adaptação de um «hit» estrangeiro? Será só a música que traz as berças ao colo? Ou a que, embora ande por pé próprio, se não esquece do pai e da mãe e dos primos?

Portanto, para lá dos tantos por cento da lei, o que me interessa saber é que «música portuguesa» vai passar... Para lá das conjunturas que num determinado momento fazem esta

ou aquela música passar mais ou menos (e nós sabemos que neste momento o panorama não é brilhante...) interessa sobretudo fazer boa música, bons textos, com brio e com garra...

O critério da qualidade é definitivo, e acabará por influenciar a percentagem, a verdadeira que interessa; ou seja: que «música portuguesa» vai passar, e em que percentagem, e porquê esta e não aquela?

CRÉDITO PREDIAL PORTUGUÊS		
BANCO FUNDADO EM 1864		
PAGA OS MAIS ALTOS JUROS DA BANCA		
COTAÇÕES DE NOTAS E MOEDAS ESTRANGEIRAS	(Por unidade)	
	COMPRA	VENDA
ÁFRICA DO SUL (rand)	52\$15	57\$15
ALEMANHA FED. (marco)	26\$65	27\$75
AUSTRIA (xelim)	3\$70	3\$80
BELGICA (franco)	1\$50	1\$60
BRASIL (cruzeiro)	8\$92	9\$42
CANADA (dólar - notas de 1 e 2)	46\$75	48\$75
(notas de 5 a 1000)	47\$25	49\$25
DINAMARCA (coroa)	6\$45	6\$85
ESPAÑA (peseta)	8\$23	8\$73
EUA (dólar - notas de 1 e 2)	55\$35	57\$35
(notas de 5 a 1000)	55\$85	57\$85
FINLÂNDIA (marka)	13\$80	14\$40
FRANÇA (franco)	11\$35	11\$85
HOLANDA (florim)	24\$05	25\$05
INGLATERRA (libra)	128\$40	130\$40
IRLANDA (libra)	97\$85	101\$85
ITALIA (lira)	304\$	305\$
JAPÃO (iene)	324\$	327\$
NORUEGA (coroa)	10\$35	10\$85
SUÉCIA (coroa)	12\$15	12\$75
SUIÇA (franco)	29\$30	30\$40
VENEZUELA (bolivar)	11\$30	12\$30

Observações:
1. - No respeitante a moedas, estas cotações devem ser consideradas a título meramente informativo.
2. - Todas as operações de venda estão sujeitas ao imposto de 3 por mil.

STAR
TURISMO VIAGENS

UMA AGENCIA DE VIAGENS DE SERVIÇO COMPLETO

Lisboa Estoril Porto Guimarães Faro Portimão Madeira e Açores

rádio

ANTENA 1

16.00: Sem Margem; um nome...
17.00: Jogo de Antena; 18.00: Que Literatura Portuguesa temos?; 18.45: RDP/Região; 19.00: Títulos do jornal; 22.00: Enquanto os outros veem TV - Sinfónico Incompleto, por António Vieira; 21.00: Intercalar - Folhetim «O Marquês de Vileleir» de George Sand - Programa da noite; 22.00: Inter-Rádio; 23.00: Títulos do jornal; 24.00: Disco... Tempo; 02.00: Madrugada na RCP; 05.30: Terra e mar. Grandes blocos informativos: 13.00; 19.30 e 23.30.

Programa 2

16.30: Que quer ouvir; 17.40: Música de Bach; 18.30: Arquivo do disco; 19.00: Música portuguesa; 20.00: Música de câmara de Chopin e Schoenmaker; 21.00: A ópera em prólogo e 3 actos «Attila» de Verdi; 22.50: Concerto em sol maior, PV 134, de Vivaldi; 23.00: Solos de piano; 23.55: «Stabat Mater», de Domenico Scarlatti; 00.30: Concerto em mi menor, op. 85, para violoncelo e orquestra, de Elgar; 01.00: Fecho.

Rádio Comercial (89, 290 e 397m)

17.03: Todos no top; 18.08: Hora de ponta; 20.03: Quando o telefone toca (1.ª edição); 20.30: Diversos; 21.03: Telefone top; 21.30: Quando o telefone toca (2.ª edição); 22.03: Portugal e a CEE; 22.15: Hora literária; 22.30: Desporto; 23.08: 24.ª hora.

RC-FM-Estéreo (97,4 MHz)

16.03: Rock em stock; 18.03: Circuito em FM; 19.03: Em órbita; 20.03: Rolls rock; 21.03: Café concerto.

RÁDIO RENASCENÇA

16.00: Aqui e agora; 17.00: Jornal da mulher; 18.15: Igreja em notícia; 18.25: Palavra do dia; 18.30: Transmissão do terço do Externato do Parque; 19.00: Programa da LAR; 20.00: 60 minutos; 21.00: Pentagrama; 21.30: Diálogo e vida; 22.00: Quando o telefone toca; 22.30: Meta final; 22.50: Curso de Inglês; 23.00: Flash informativo; 23.10: Textos e pretextos; 23.55: Meditando; 24.00: Meta final.

palavras cruzadas

COM PROVÉRBO PROBLEMA N.º 12 987

HORIZONTAIS:

- Chuva. Chinó.
- Oceano. Conjunção. Madeira.
- Grande ribeira da Ásia Russa. Reles. Gerner.
- Limpes com água. Mulher chinesa da classe baixa.
- Prefixo de negação. Estima.
- Manha. Interjeição que designa satisfação ou admiração.
- Cidade da Galileia. Remam para trás.
- Filipeira. Precipita.
- Pronome indefinido. Duna na Suécia.
- Nasce. Momento.
- Ruim. Freguesia do concelho de Alenquer. Anéis.

VERTICAIS:

- Afiar. Bolor.
- Série (lig). Lodo.
- Cidade da antiga Caldeia. Marcada (lig).
- Chegue. Espaço de doze meses.
- Aqui está. Rainha de Inglaterra que foi decapitada na Torre de Londres. Átomo.
- Bolo de farinha de arroz e azeite de coco, usado na Ásia.
- Artigo definido (ant). Íntimo. Chefe etíope.
- Mãe de Rómulo e Remo. Grandes veados também chamados grã-besta.
- Ligava. Suspiros. Douror.
- Estampares. Flauta chinesa de três buracos.
- Ilha do Pequeno Belt. Metes em mala.

Resolvi completamente este problema? Procure agora, em segundo passatempo, o provérbio nele inscrito.

tempo

SITUAÇÃO DO TEMPO ÀS 09.00 H

O céu estava muito nublado, o vento era fraco ou moderado de sudoeste e chovia ou choviscava nas regiões do Norte e Centro e havia neblina nas do Sul.

TEMPERATURAS DO AR às 9 horas

Viana do Castelo	15°
Bragança	11°
Vila Real	12°
Porto	14°
P. Douradas	7°
Coimbra	14°
C. Carvoeiro	14°
Portalegre	12°
Lisboa	15°
Évora	14°
Sines	15°
Beja	15°
Sagres	16°
Faro	16°
P. Delgada	16°
Funchal	17°

MARÉS DE HOJE

PREIA-MAR	BAIXA-MAR
5.42 3,7 m 11.17 1,3 m	17.58 3,6 m 23.34 1,3 m
Dia 26	
6.14 3,5 m 11.53 1,5 m	18.31 3,4 m
Dia 27	
6.51 3,3 m 0.15 1,5 m	19.13 3,3 m 12.36 1,7 m

PREVISÃO DO TEMPO ATÉ ÀS 24 H DE AMANHÃ

Nas regiões de Norte e Centro: céu muito nublado; vento fraco ou moderado de sudoeste. Períodos de chuva ou chuveiro especialmente a norte do rio Mondego. Nas regiões do Sul: céu geralmente muito nublado; vento fraco de sudoeste e neblinas.

AMANHÃ

NAScer ÀS 6.31

OCASO ÀS 18.54

DIA 28 DIA 4 DIA 11 DIA 19

NOVA MODALIDADE PROBLEMA N.º 8947

HORIZONTAIS:

- Em Goa, herdeiro. Estacionar.
- Comprara.
- Dai miras. Guarnecem de armas.
- Antes do meio-dia. Nivelara.
- Utensílios domésticos. Vagabundo.
- Cério (s.q). Ilha do estado da Baía. Clima.
- Faleceis. Ilha de Cabo Verde.
- Cólera.
- Transferes para outro dia. Cures.
- Batráquio. Tocas de leve. Em a.
- Armara. Adoçadas com mel.

VERTICAIS:

- Distrito da ex-Índia Portuguesa. Vendera a crédito.
- Prefixo de negação. Roubar (pop).
- Magnete natural. Tirai a pele a.
- Antiga medida agrária. Atmosfera.
- Distar. Uma das partes do mundo. Emissão de voz.
- Cabelos brancos. Ninho. Cerio (s.q).
- Impedidas de andar. Chiste.
- Ave trepadora. Vivenda.
- Latadas.
- Cólera. Eia!
- Romântico (estilo). Molestas.

SOLUÇÃO DO PROBLEMA N.º 12 986

HORIZONTAIS:

- Quem. Nadaís.
- Única. Basto.
- Eia! Rs. Siar.
- Rã. Amos.
- Isolam. Ca.
- Ramo. Ma.
- Atamar. Lais.
- Só. Alhos.
- Raros. Essa.
- Ara. Tal.
- Semeia. Ralo.

VERTICAIS:

- Queridas. As.
- Unias. Forre.
- Eia. Opa. Aam.
- MC. Al. Mar.
- Armara. Obi.
- Somaras.
- Ab.
- Dás. Colhe.
- Asila. Aosta.
- Ita. Missal.
- Sortias. Aló.

Provérbio: Quem basto semeia ralo colhe.

SOLUÇÃO DO PROBLEMA N.º 8946

HORIZONTAIS:

- Cás. Ratar.
- Adoraram. Cá.
- Bor. Sopapos.
- Ecar. Sarara.
- Ca. OC. Rã. To.
- Arolas.
- Deparais. lo.
- Amornarias.
- Só. lá. Au.
- Suasses. Pã.
- Am. Em. Pio.

VERTICAIS:

- Cabeçarias.
- Adoçaremos.
- Sora. Opo. Ua.
- Rolar. am.
- Rãs. Carnes.
- Arco. Saa. Sé.
- Tapar. Ir. Em.
- Anara. Sias.
- Fã. Au.
- Cortais. Pi.
- Casão. Cão.

Tiragem média diária do mês anterior: 48.364 exs.

Lisboa

Lisboa

PERMANENTE

RIO DE JANEIRO, Av. Rio de Janeiro, 4-C (T. 881409); **SEPOL**, C. da Boa-Hora, 94-A (T. 631958); **ELMA**, R. D. Maria Pia, 358-A (T. 666176); **ALIANÇA**, Av. Almirante Reis, 145-B-C (T. 570487); **SANTA MARIA**, Av. 5 de Outubro, 283-A (T. 763016); **SÃO JOÃO**, E. da Luz, 124-A (T. 783179); **BRANCO**, Av. Duque Loulé, 61-65 (T. 545048); **CONCEIÇÃO**, C. D. Gastão, 30-32 (T. 381279); **COMBATENTES**, Av. Combatentes da Grande Guerra, 166 (T. 2112081); **BRITO**, R. do Colégio, lote 32-B (T. 993351); **CENTRAL ODIVELAS**, Al. Infante D. Henrique, 1 (T. 911203).

REFORÇO

JOÃO XXI, Av. João XXI, 16-A (T. 886462); **SIMÕES PIRES**, R. da Prata, 115 (T. 362350); **UNIAO**, E. Benfca, 592-594 (T. 700092); **COMBO**, C. do Combro, 78-82 (T. 326059); **DOURO**, Al. Linhas de Torres, 93-A-B (T. 791131); **RONIL**, R. Rodrigo da Fonseca, 153 (T. 683438); **MARLUZ**, C. da Picheleira, 140-B-CeR. Prof. Mira Fernandes, MAF (T. 880703); **DALVA**, Av. Duque d'Ávila, 125 (T. 545225); **LISBONENSE**, R. Leão de Oliveira, 2-B (T. 637020); **EUROPA**, Av. General Roca, 27-A-B (T. 843880); **VAZ MARTINS**, R. António Ferro, 6-A (T. 970660); **NOVA**, R. Açores, 11-A (T. 910305); **PONTINHA**, E. St. Elói, lote SE (T. 990220); **MATOS**, T. Prioras, Vivenda Morgadinho (T. 2519939).

Linha de Cascais

TRES: Guimarães, L. Duartes, lote A, r/c (T. 2441616). Até às 21 horas; **ALCABIDECHÉ**: Carvalho, B. João P. Correia, 40-B (T. 2690363). Até às 21 horas; **PORTO SALVO**: Ferreira Bastos, R. D. Firmino Rebelo (T. 2421015). Até às 21 horas; **MALVEIRA DA SERRA**: Luz, lote A às 21 horas; **PAÇO DE ARCOS**: Pargana, Av. Eng. Bonnevill Franco (T. 2435147). Até às 22 horas; **OEIRAS**: Oeiras, L. Henrique Paiva Couceiro (T. 2430485). Até às 24 e das 0 às 9 horas; **NOVA OEIRAS**: Leal, Quinta das Palmeiras, lote 24, r/c (T. 2478737). Até às 21 horas; **CARCAVELOS**: Central, R. 5 de Outubro, 25 (T. 2470037). Até às 24 e das 0 às 9 horas; **VILLAR**, Av. Maria Conceição, lote 8 (T. 2470777). Até às 22 horas; **S. DOMINGOS DE RANA**: Godinho da Silveira, Av. Sabóia, 29-B (T. 260085). Até às 21 horas; **PARADE**: Almir. Av. Gago Coutinho, B. Caixas de Previdência (T. 2472948). Até às 24 e das 0 às 9 horas; **Junqueiro Mendes**. Até às 21 horas; **S. PEDRO DO ESTORIL**: S. Pedro, R. 9 de Abril, 24 (T. 2683052). Até às 21 horas; **AMOREIRA**: Amoreira (T. 262313/267314). Até às 22 horas; **MONTE ESTORIL**: Lopes, R. Hangar, 3 (T. 260008). Até às 21 horas; **CASCAIS**: A. Costa, R. Freitas Reis, 24-C (T. 280214). Até às 21 horas; **Cordeiro**, Av. Combatentes da Grande Guerra, 40 (T. 280170). Até às 24 e das 0 às 9 horas.

Outra Banda

ALMADA: Cristo Rei, Av. do Cristo Rei, 31-A (T. 2766498); **COVA DA PIEDADE**: Louro, R. Alexandre Herculano, 6-B (T. 2763517); **LARANJEIRO**: Baptista Marques, Laranjeiro de Fora; **COSTA DA CAPARICA**: Higiénica, Av. da República, 23 (T. 240002); **SEIMBRA**: Lopes, R. Cândido dos Reis, 21 (T. 2233028); **BARREIRO**: Soares, Av. da República, 1 (T. 2073023); **AMORA**: Nova Amorense, Av. Marginal Silva Gomes, 80 (T. 2210042); **SEIXAL**: Soromenho, R. Paiva Coelho, 38 (T. 2218560); **MONTIJO**: Diogo, R. Almirante Reis, 50 (T. 2310032); **MOITA**: Silva Rocha, P. da República, 16 (T. 239029); **ALHOS VEDROS**: Portugal, Av. da Bela Rosa, 8 (T. 204250); **ALCOCHETE**: Gameiro, L. António Santos Jorge, 15 (T. 234100).

Linha de Sintra

AMADORA: Campos, R. Elias Garcia, 185 (T. 930072). Permanente; **S. Jorge**, R. Pedro del Negro, 5, Reboreira (T. 938703). Até às 22 horas; **DAMAIA**: Damala, P. Alexandre Gusmão, 9-A (T. 970523). Permanente; **QUELUZ**: Zolner, R. da República, 83 (T. 950045); **CAMARATE**: Santos Silva, L. 25 de Abril, 135-C, Apelação (T. 2513158); **CACÉM**: Guerra Rico, entre lotes 6 e 7, Freixo Capito (T. 2944002); **MEM MARTINS**: Miranda Garcia, E. de Mem Martins, 173 (T. 2914103). Permanente; **MERCES**: Claro Russo, R. Abade Faria, 2-A (T. 2915275). Das 9 às 15 e das 15 às 21 horas; **RIO DE MOURO**: Riomouro, Av. Oscar Monteiro Torres, 8 (T. 2960194). Das 9 às 23 horas; **S. PEDRO DE SINTRA**: Valentim (T. 980456). Permanente; **COLARES**: Abreja (T. 299088).

MOSCAVIDE - Banha - Av. Moscavide, 22-A (T. 2518518) Permanente
SACAVEM - Cortes - Av. M.ª Luisa Braamcamp, 2-A (T. 2519420) Até às 22 horas

Porto

(De dia e só até às 22 horas)

COSTA CABRAL - Rua de Costa Cabral, 1832, T. 480790; **FORTE DA MOURA** - Rua de Tânger, 1483, T. 681444; **BARROS** - Rua do Bonfim, 1292, T. 487032; **FATIMA** - Rua de Oliveira Monteiro, 475, T. 65406; **GARANTIA** - Rua de Fernandes Tomás, 696, T. 24645; **SÁ** - Rua Vale Formoso, 181, T. 480427; **SARABANDO** - Largo dos Lóios, 36, T. 21701; **DINIZ** - Rua Matias de Albuquerque, 247.

(De dia e toda a noite)

BATALHA - Praça da Batalha, 26, T. 29524; **CAMPO** - Praça da República, 118, T. 25116; **INVICTA** - Rua do Bonfim, 330, T. 51212; **MIRA PAULO** - Rua do Castelo de Numão, 37, T. 64658.

Coimbra

(Das 9 horas às 9 do dia seguinte)
RODRIGUES DA SILVA - R. Ferreira Borges, 32, T. 24348.

centro de cinemas e teatros

abcCINE

803055

Centro Comercial de Alvalade
SALA A
As 14.30, 16.30, 18.30, 21.30 e 23.45
(13 anos)
FÉRIAS COM ANITA
(comédia)
de Mário Monicelli
SALA B
As 14.45, 17, 19, 21.30 e 23.45
Não acons. m. 18 anos
RACING BULL - O Touro enraivado
com Robert Deniro

ALVALADE

897480

Av. de Roma
As 15, 18.15 e 21.15
- Para Todos
O melhor filme para oferecer aos seus filhos!
O EXTRAVAGANTE DR. DOLITTLE
c/ Rex Harrison e Samantha Eggar

APOLO

763319

Av. Júlio Dinis, 10-A
As 15, 18.15 e 21.30 h
Int. men. 13 anos
Natassja Kinski-Peter Firth, Leigh Lawson
em **TESS**
21.ª Semana
As 00.30 h. Não acons. men. 13 anos
O INIMIGO PÚBLICO

AVIS

547163

Av. Duque d'Ávila, 45
As 15.30, 18.30 e 21.30
- Int. men. 18 a.
Quanto de nós serão vítimas?
Quanto serão os assassinos?
PARANÓIA
(UMA LONGA NOITE DE TERROR)
c/ Norma Bengell e Anselmo Duarte

BERNA

776098

Av. Marquês de Tomar
As 14, 16.30, 19 e 21.30
VISITAS DE MEDICO
c/ Walter Matthau, Glenda Jackson e Ant. Carney
Um filme de Howard Zieff
Technicolor

CALEIDOSCÓPIO

795093

Campo Grande
As 14.00, 16.30, 19.00 e 21.30
Johnny Weissmuller/Maureen O'Sullivan
A FUGA DE TARZAN

CASTIL

530194

Rua Castilho
As 15.30-18.30 e 21.30
- N. ac. men. 18 a.
PIPOCAS E GELADO
c/ Zach Noy, Benny e Olivia Pascal

CINE 222

579460

Av. Pr. da Vitória, 37 (Ao Saldanha)
As 14.15, 16.30, 19 e 21.30
Não acons. men. 13 anos
AVENTURA É AVENTURA
Um filme de Claude Lelouch
com Lino Ventura-Jacques Brel
As 23.45
Não acons. men. 18 anos
OS DETECTIVES
com Anthony Quinn-Yaphet Kotto

CINEBOLSO

573407

R. Actor Taborda, 27-B
12.30, 14.30, 16.45 e 19.00
CLAIR, UMA MOÇA SENSUAL
Int. men. 18 anos - pornográfico - hardcore
As 24 - N. ac. men. 18 anos
SCORCHY

CINE BLOCO

556824

Gaveto Av. 5 de Out. e Pinheiro Chagas
As 14.30, 16.45, 19 e 21.30
- N. ac. men. 13 a.
Um dos melhores filmes dos últimos anos, só comparável em subtileza de forma e coragem política a «O Homem de Mármore»
A EDUCAÇÃO DE VERA
c/ Veronika Papp e Erzsébet Pásztor
Um filme de Pál Gabor
As 24 - N. ac. men. 18 a.
OS SELVAGENS DA NOITE

CINE CAMÕES

324194

Rua do Loreto, 15
As 14.15, 16.30, 21.30h
O PAR DE BRUCE LEE
um filme de Jimmy Shaw

CITY CINE

549999

Rua Tomás Ribeiro, 34
As 14.30, 16.45, 19 e 21.30 h
Não acons. men. 13 anos
A história sensual
dum amor puro
A LAGOA AZUL
Com Brooke Shields e Christopher Atkins
As 23.45 N. ac. men. 13 a.
POR FAVOR NÃO ME MORDA O PESCOÇO

DOIS MIL

2100055

Bomb. Voluntários, Lote 113-Algés
Não acons. m. 18 anos
ZOLTAN
O sanguinário

D. JOAO V

971794

Pr. Centro Comercial - Damala
As 21.30h
Int. men. 18 a.
HOLOCAUSTO CANIBAL

EDEN

320768

P. dos Restauradores, 21
As 14, 16.30, 19 e 21.30

A FORÇA DO AMOR

c/ Amitabh Bachchan e Vinod Khanna
Um filme de Prakash Mehra
Colorido

ESTUDIO

555134

Av. Afonso Henriques, 35
As 15.30-18.30 e 21.30
N. ac. m. 13 anos
ENCONTROS IMEDIATOS DO TERCEIRO GRAU
Agora, considerado um clássico
um filme único melhor que o primeiro
Edição Especial
Filme de qualidade

ESTUDIO 444

779095

Av. Defensores de Chaves 83-B
As 15.30, 18.30 e 21.30
- M. 10 a.
«Les Charlots» estão de volta com as suas intermináveis aventuras!
MALUCOS EM ESPANHA
c/ Les Charlots

EUROPA

661016

R. Almeida e Sousa, 35
Hoje às 15.15 e 21.30
Não acons. m. 18 anos
O BECO DO PARAISO

IMPERIO

555134/5

Al. Afonso Henriques, 35
As 15.15, 18.30 e 21.30
Int. m. 18 anos
você vai ver este filme uma vez mas a segunda não vai com certeza
SEXTA-FEIRA 13
2.ª Semana

LONDRES

801313

Av. de Roma, 7-A
As 14, 16.30 19 e 21.30
N. ac. men. 13 anos
Colorido
O ÚLTIMO METRO
O novo filme
de François Truffaut

MONUMENTAL

555131

P. Duque de Saldanha
3 sessões
15.15, 18.15, 21.30h
N. ac. men. 13 a.
O TUBARÃO DO PACIFICO
Dayton Ka'Ne e Maren Jansen

MONTECARLO

681117

Av. Pedro Álvares Cabral, 37
As 15.30-18.30 e 21.30
Não acons. m. 18 anos
FIM-DE-SEMANA ESCALDANTE
Um filme de Larry Spiegel e Lance Hool

MUNDIAL

538743

R. Martins Ferrão, 12-A
As 14, 16.30, 19 e 21.30 h
COMO PERDER UMA MULHER E ENCONTRAR UMA AMANTE
c/ Johnny Dorelli, Barbara Bouchet e Carlo Bagno
Um filme de Pasquale Festa Campanile

NIMAS

574362

Av. 5 de Outubro, 42-B
As 14, 16.15, 18.30 e 21.30 h.
Não acons. men. 18 anos
A mais expressiva obra
do mestre Alberto Lattuada
FRANCESCA
Um amor impossível

O filme terá início logo após o começo das sessões

ODEON

328283/4

R. Condes, 12 e 20
As 15.15, 18.15 e 21.30
- N. ac. men. 13 a.
O célebre romance de Vitor Hugo
OS MISERÁVEIS

PATHE

821933

R. Francisco Sanches, 122
As 14.15, 16.30, 18.45 e 21.30
A MALDIÇÃO DO VALE DOS FARAÓS
c/ Chpton Heston e Sosannah York
Colorido

POLITEAMA

326305

R. Portas de St. Antão
As 14.15, 16.30, 19 e 21.30 h.
N. ac. men. 18 anos
Estreia às 21.30 - N. ac. men. 18 a.
A grande epopeia da guerra no Vietnã
O ÚLTIMO HERÓI DO APOCALIPSE
c/ John Steiner, Tisa Farrow e David Warbeck
2.ª Semana

QUARTETO

771378

R. Flores Lima, 16
Sala 1, às 15, 17, 21.30 e 23.30
Não acons. men. 18 anos
SALVE-SE QUEM PUDE
Sala 2, às 14, 16.30, 19, 21.30 e 24 horas
maiores de 18 anos
KILAS O MAU DA FITA
Sala 3, às 15, 17, 19, 21 e 23
AGORA É A MINHA VEZ
Não acons. m. 18 anos
Sala 4, às 15, 17, 19, 21.30 e 23.30
maiores 18 anos
AS MÃOS SOBRE A CIDADE

RESTELO

610375

Av. Torre de Belém
As 15.30 e 21.30
Não acons. m. 13 anos
AS ROTAS DO INFERNO

ROMA

887778

Av. de Roma, Lote JRB
As 15.30, 18.30 e 21.30
Não acons. m/18 anos
Carol Baker e A. Franciosa
O MUNDO ESTÁ CHEIO DE HOMENS CASADOS
Os problemas do casamento no ponto de vista de uma bela mulher!

ROXY

548560

Av. Almirante Reis, 20
As 14.15, 16.30, 18.45 e 21.30
A FORÇA DO AMOR
c/ Rakhee Guizar e Amjad Khan

SÃO JORGE

579144-579344

Av. da Liberdade, 175
As 15.15, 18.15 e 21.30
N. acons. men. 18 anos
Candidato a 8 «Oscars» em 1981
«RACING BULL» - O Touro Enraivado
De Martin Scorsese
com Robert de Niro

SATELITE

562632

Av. Fontes Pereira de Melo, 61
As 15, 17, 19 e 21.30
Int. men. 13 anos
HEDDA
com Glenda Jackson
2ª Semana
Sexta, sáb. e domingo
sessões da meia-noite
AVANCE

STAR

804210

Av. Guerra Junqueiro, 14-C
As 15, 18.15 e 21.30 h
Int. men. 13 anos
O MEU TIO DA AMERICA
com Gerard Depardieu e Nicole Garcia
9.ª Semana

TERMINAL

371573

Estação do Rossio
As 11, 13, 15, 17, 19, 21.30 e 23.30
Int. a men. 13 anos
A EXECUÇÃO DO SOLDADO SLOVAK
com Martin Sheen e Ned Beatty
Um drama tão pungente que jamais será esquecido

TIVOLI

570595

Av. da Liberdade, 188
As 14, 16.30, 19 e 21.30 h.
Não acons. men. 13 anos
A CONTAGEM FINAL
Um filme de Don Taylor
4.ª Semana

VOX

880808

Av. Fr. Miquel Contreiras, Lote 879
As 14.15, 16.30, 19 e 21.30 h
Não acons. men. 13 anos
OS CONQUISTADORES DE DOMINGO
5ª Semana

XENON

368480

Av. da Liberdade, 9
As 14.15, 16.30, 19 e 21.30
Não acons. men. 18 anos
O MEU PRIMEIRO AMOR
Uma história de amor excepcional...

teatros

Lisboa

MONUMENTAL - «A Gravata», às 21.30 (13 anos)
VARIEDADES - «Há Petróleo no Beato» às 21.30 (18 anos)
MARIA VITÓRIA - «O Patego Olha o Balão», às 20.30 e 22.45 (18 anos)
TEATRO DO BAIRRO ALTO - «Não se Paga! Não se Paga!», às 21.30 (13 anos)
D. MARIA II - «O Judeu», às 21.15 (13 anos)
LAURA ALVES - «Chega

PORTE PAGO

DL

PROPRIEDADE, COMPOSIÇÃO E IMPRESSÃO:
RENASCENÇA GRÁFICA, SARL

Administração, Redacção, Serviços Técnicos
e Publicidade: **RUA LUZ SORDANO, 44**
1200 LISBOA
Telefones: 321154/5 - 320271/2/3
Publicidade: 368740

Agentes, Assinaturas e Contabilidade:
Rua Castilho, 185-1.º - 1100 LISBOA
Telefones: 654331/2/3

Serviço de noite (depois das 21)
Porteiro: 321154
Redacção: 320271/2/3
Mensagens gravadas: 320229

Endereço Telegráfico: DIBOAL
Telex: 123631 LISBOA PORTUGAL

DELEGAÇÃO DO PORTO: Rua do Almada, 2.º
Telefones: 20954/5 - 4000 PORTO

Últimas

● **O livro «Todos al Suelo!»** (Todos para o Chão!), da autoria de seis jornalistas espanhóis, entre os quais o nosso correspondente Fernando Jauregui, e que é dedicado à tentativa de golpe em Espanha, começou a sua vida atribuladamente: a apresentação pública prevista para domingo passado foi suspensa e o editor, José Luis Lopez, foi detido durante várias horas pela Polícia. Entretanto, confirma-se que uma editora portuguesa está já a preparar o seu lançamento entre nós.

● **Quatrocentas caixas de tabaco** norte-americano, no valor de oito mil contos, foram apreendidas esta madrugada no Tejo por uma fancha da Polícia Marítima. O tabaco encontrava-se a bordo da traineira «Senhora da Rocha», registada em Portimão, tendo sido detidos os seus cinco tripulantes.

● **Sete quadrilheiros**, de um grupo internacional dedicado ao furto diversificado, desde o sovaqueiro ao carteirismo e que actuavam em todo o País, foram detidos pela PSP numa operação que começou em Portalegre, no dia 20, e se prolongou até Lisboa. Naquela cidade alentejana, três deles; um chileno, um peruano e uma portuguesa deram um golpe num pronto a vestir, com a jovem a distrair o empregado, no valor de 20 contos. Só o peruano logrou fugir e na sua pista, a secção de justiça daquela Polícia, não tendo ainda apanhado o peruano viria a prender mais três chilenos e três portugueses, responsáveis por dezenas de golpes que atingiram muitas centenas de contos.

«Mas há mais para prender». Afirmam um dos agentes que intervieram no presente caso.

● **Rajadas de metralhadora «G3»**, disparadas em puro acto de intenção terrorista, destruíram na noite de anteontem, na zona de Cascais, dois resguardos de paragens de autocarros, uma cabine telefónica e dois automóveis.

Este é um balanço provisório dos estragos causados pelos tiros disparados de uma viatura que durante a noite percorreu várias povoações daquele concelho, com objectivos tão diversificados e tão gratuitos que fácil se torna relacioná-los com manobras destinadas a criar ambiente propício a outros fins.

Um «Mercedes» estacionado na Rua de Birre, em Cascais, pertencente ao cidadão alemão, Klaus Kar Gotze, foi perfurado com uma rajada, e também com dois tiros uma outra viatura, um «Renault» pertencente a Manuel Costa Pereira. Os resguardos das paragens de autocarro, destruídas, uma situa-se junto da Boca do Inferno e outra na Avenida de Sintra em Cascais e a cabine telefónica na Rua 25 de Abril da mesma vila. Sabe-se também que algumas janelas têm sido atingidas por disparos.

Entendimento PS-APU provoca eleições intercalares na Câmara da Nazaré

Novas eleições para a Câmara Municipal da Nazaré deverão ser realizadas no dia 14 de Junho, na sequência da queda do executivo camarário, na passada segunda-feira, quando o único vereador da APU, Fernando Rodrigues Soares, apresentou o seu pedido de demissão, a exemplo daquilo que já tinham feito, em Outubro passado, os três vereadores do PS, incluindo o presidente da Câmara, Lourenço Monteiro.

A demissão do vereador da APU surgiu após contactos entre as estruturas locais da APU e do PS, que chegaram a um entendimento baseado na defesa dos interesses locais, através da conjugação de esforços para a obtenção junto dos órgãos de soberania das verbas já or-

çamentadas e constantes da aplicação integral da lei das finanças locais necessárias para a concretização do Plano de Actividades da Câmara.

Um comunicado da secção concelhia da Nazaré, do Partido Socialista, sublinha que as duas forças políticas «acham natural e positivo o entendimento agora registado», que «corresponde às profundas aspirações unitárias de todos os democratas do nosso concelho, e que prova que o diálogo é o método indicado para a superação das incompreensões entre os democratas».

Entretanto o PS recusou a possibilidade de coligação com a APU nas próximas eleições autárquicas da Nazaré, a realizar em Junho, embora uma fonte ligada ao PS, tenha revelado à ANOP

não estar fora de hipótese a criação de uma lista conjunta entre as duas organizações para a candidatura às eleições autárquicas de 1982.

O entendimento entre as duas forças não funcionou todavia para a formação da comissão administrativa que h-ade gerir a câmara até Junho. Segundo uma fonte socialista citada pela ANOP, a APU quis impor nomes que o PS não aceitou pelo que será a assembleia municipal a decidir.

Nas últimas eleições locais, em 1979, o PS obteve 3.183 votos (três vereadores incluindo o presidente), a AD 2.434 (três vereadores) e a APU 1.123 (um vereador). A assembleia municipal é constituída por 16 elementos do PS, 13 da AD, cinco da APU e um da UDP.

Soares à RDP

«PS vai ser oposição até às próximas eleições»

«O PS vai ser e será oposição até às próximas eleições» — afirmou ontem Mário Soares na RDP.

O líder socialista respondia a uma pergunta quanto à sua reacção face à proposta avançada pelo secretário-geral do PSD, António Capucho, para um eventual acordo entre os dois partidos para as eleições autárquicas de 1982.

Confirmou a declaração, feita logo após a sugestão de António Capucho, de que considerara a proposta «nova e interessante, que deveria ser estudada pelo PS», mas acrescentou que qualquer modificação na política de alianças dos socialistas «terá de ser precedida de grande discussão nas bases do partido».

«Fui receptivo a uma ideia e disse que a sugestão deveria ser estudada, mas não deixei de ser de esquerda por isso» — comentou.

Quanto à afirmação de que a coligação do PS, UEDS e ASDI tinha sido «um mau negócio» para os socialistas, declarou: «Fiz uma apreciação realista mas penso que a FRS não está esgotada nas suas virtualidades

e que é de manter a coligação».

Mas isso não exclui novos arranjos políticos que possibilitem ao PS readquirir a posição de partido fulcral na vida política portuguesa — adiantou.

Recusou, por outro lado, uma aliança com o PCP, porque «o PS perderia logo metade dos seus votantes».

Mário Soares reafirmou o propósito de não aceitar continuar a ser secretário-geral do partido se a sua moção não for aprovada no congresso.

«Isso representaria desconfiança em relação à minha linha política e não me sentiria com legitimidade para exercer o cargo» — esclareceu.

Excluiu também qualquer entendimento com os subscritores das outras três moções com vistas à elaboração de um documento-síntese: «Era escamotear a vontade das bases do PS, porque o documento seria feito nas suas costas».

O dirigente socialista afirmou também que o debate no interior do PS nada tem a ver com a recandidatura,

de que se demarcou, de Ramalho Eanes.

«O problema da recandidatura é um problema ultrapassado, porque o Presidente da República foi livremente eleito e tem de ser respeitado por todos» observou.

Soares referiu que, se a sua moção sair vitoriosa no congresso do partido «não haverá represálias contra os que discordam do secretário-geral e das suas concepções». afirmou, a propósito, que, na série de visitas que está a efectuar a todo o País, «tem sido compreendido pela maioria dos militantes do PS e que tem recolhido apoios significativos».

Em relação ao próximo congresso, declarou: «Vamos dar um exemplo de grande democraticidade interna e o partido sairá reforçado da crise, através da redefinição e clarificação da sua linha política».

Soares disse ainda que defende o regime semipresidencialista e que entende que na revisão da Constituição devem ser mantidos os poderes do Presidente da República.

Eanes este ano no Maputo



Continuação da pág. 1

Eanes convidou o presidente Samora Machel a visitar Portugal? — perguntámos.

«Certamente que o fará quando estiver no Maputo, e nessa altura o presidente Samora Machel responderá».

Joaquim Chissano sublinhou ainda que as conversações com o Governo português correram «muito bem» e que em breve uma delegação chefiada pelo secretário de Estado dos Negócios Estran-

geiros, Leonardo Matias, se deslocará ao Maputo «para estudar problemas concretos».

Chissano admitiu que então se possam assinar novos acordos ou «ultrapassar as dificuldades que impediram que os já existentes tivessem sido concretizados».

A delegação portuguesa, soube o «DL», irá a Moçambique muito brevemente, talvez ainda em Abril, logo após Leonardo Matias ter regres-

sado dos Emiratos Árabes, onde se deslocará dentro de dias.

Esta manhã Joaquim Chissano ainda se deslocou à Setenave. À tarde estará no Instituto de Medicina Tropical e avistará-se com dirigentes da Associação Portuguesa-Moçambique. Amanhã segue para Espanha, em visita oficial, mas deverá voltar a escalar Lisboa no fim-de-semana, já em trânsito, na viagem de regresso a Maputo.

Charlatão ou incompreendido? Ordem dos Médicos não gosta de homens de quem se fale muito

Charlatão ou incompreendido? Gênio incompreendido ou charlatão incorrigível?

Estas dúvidas e questões põem-se relativamente a Manuel Rosado, especialista em «medicina fantástica», homem de quem a Ordem dos Médicos não gosta. Mas há pessoas de quem a Ordem não gosta e que têm peso no País, e junto das populações. A algumas delas, como ainda há dias nas imediações do Rêgo e, depois, em Torres Vedras, esse peso (a que terceiros ligam à prática de curandeirismo) acarreta-lhes problemas: é que uma vez mais, e sem que se saiba explicitamente porquê, a PJ anda no seu encalço. Se não é preocupação da Ordem, pelo menos parece.

Não estará a extraveassar a sua competência? Em que suporte legal se apoia a PJ, se atendermos a que isso de «medicina ilegal» era antes? Já terão reparado que o fenómeno naturopático ocupa lugar de eleição terapêutica em muitos países da Europa e que na RFA, por exemplo, um naturopata pode abrir consultório? Saberá porventura a PJ (porque a Ordem ignorará deliberadamente o fenómeno) destrinçar inquestionavelmente

onde acaba a naturopatia e começa o espiritismo?

Voltemos a Manuel Rosado: há dois anos e meio a Ordem dos Médicos proibiu-o de exercer medicina por ter divulgado, através da televisão uma série de mezinhas caseiras contra todo o tipo de males. No caso de afogamento por imersão, por exemplo, Rosado recomendava que se aplicassem pontas de cigarros acesas na nuca da vítima.

O conselho foi seguido à letra por uma mãe que queimou desta maneira a sua filha de 18 meses, meio-afogada numa piscina. A rapariga salvou-se, mas os médicos que depois observaram as queimaduras criticaram duramente Manuel Rosado e este perdeu o programa que tinha na televisão, bem como o direito de exercer a medicina.

Durante um certo tempo não voltou a ouvir-se falar dele, até que, recentemente, reapareceu através de anúncios na Imprensa oferecendo às mulheres espanholas um depilatório infalível. A Ordem dos Médicos reagiu imediatamente advertindo o público contra as práticas de Rosado e acusando-o de não respeitar a deontologia médica.

Como o trânsito nas estradas

Tráfego marítimo tem regras e «corredores» para passar

Os comandantes e mestres dos barcos que sulcam os mares não ignoram que, embora não haja sinais de trânsito nessa superfície, há um certo número de regras a respeitar e indicações a não violar. Não podem ir por qualquer caminho, como também sucede em terra com os carros.

Já ouviu falar, a propósito, nos célebres corredores marítimos? Portugal tem um esquema de separação (sabia?) de tráfego com vias ascendentes e descendentes em frente das Berlengas e dos Cabos da Roca e de S. Vicente. O responsável da segurança de navegação do Instituto Hidrográfico adiantou que os problemas do controlo da navegação marítima estão a ser acompanhados pelos portugueses através de estudos nas zonas costeiras. Segundo Pereira Venâncio, o tráfego marítimo sofreu nos últimos 25 anos um grande incremento e Portugal está interessado no estudo do tráfego marítimo que circula nos «corredores marítimos», suas características, quantidades e tipos de navios, principal-

mente os transportadores de cargas perigosas.

No que respeita à densidade e às características do tráfego na zona costeira portuguesa, sabe-se que ele é oriundo, na sua maioria, do estremo de Gibraltar e do Cabo da Boa Esperança.

Verifica-se ainda que ele se dirige para os portos da Europa do Norte, via Finisterra e dispositivos de tráfego do Canal da Mancha.

Com a montagem de duas estações de radar na costa portuguesa (a frente aos dispositivos de tráfego dos Cabos da Roca e de S. Vicente), tanciona-se também participar num programa de investigação no Campo da segurança e do controlo de navegação junto das áreas costeiras, patrocinado pelas Comunidades Europeias.

CARL ZEISS BENFICA

Taça das Taças
CONHEÇA BERLIM DE
5 a 9 DE ABRIL
VIAGEM
ACOMPANHADA
GUIA ABREU
POUCOS LUGARES
DISPONÍVEIS

PROGRAMAS E INSCRIÇÕES

abreu
fundada em 1840

UMA EMPRESA PRIVADA, DINÂMICA
E COMPETENTE AO SEU SERVIÇO

LISBOA Av. da Liberdade, 160 Telef. 317341
PORTO Av. dos Aliados, 207 Telef. 317921
COIMBRA Rua da Seta, 2 Telef. 27011/2
PARO Av. da República, 124 Telef. 25035/6
FUNCHAL Rua do Gurgulho, 1 Telef. 31077/8

CONSULTE SEU AGENTE DE VIAGENS

TERRA SANTA

VISITANDO: JERUSALÉM · BELEM · JERICÓ ·
MAR MORTO · NAZARÉ · TIBERÍADES ·
CAFARNAUM · HAIFA · TEL · AVIV

★ 1 SEMANA DE ESTÁDIA ★

INCLUINDO:

- Viagem de avião
- Circuito em Autocarro c/ ar condicionado
- Hotéis de 19 categoria
- Pensão completa
- Assistência de guia falando português

PARTIDAS: 14 e 21/4 • 19/5 • 9 e 23/6
7 e 21/7 • 4, 11, 18 e 25/8
1, 3, 10, 17 e 24/9 • 15/10
• 3/11 • 1, 15 e 22/12

PROGRAMAS E INSCRIÇÕES

abreu
fundada em 1840

PORTO: Av. Aliados, 207 • Telef. 31 79 21
LISBOA: Av. Liberdade, 160 • Telef. 37 13 41
• Av. Roma, 66 • Telef. 803609
COIMBRA: Rua da Seta, 2 • Telef. 270 11/2
FARO: Av. República, 124 • Telef. 25035/6
FUNCHAL: Rua Gurgulho, 1 • Telef. 31077/8